

## Análise Mensal

05 de Agosto de 2010

### Mercados Financeiros

Cristina Casalinho  
Paula Gonçalves Carvalho  
Agostinho Leal Alves  
João Vitor Sousa  
Susana de Jesus Santos  
Teresa Gil Pinheiro

#### País arco-íris em reavaliação

- ▶ Os dados económicos mais recentes apontam para uma revisão positiva das perspectivas de evolução da economia europeia, quando o pessimismo se intensifica relativamente ao desempenho dos EUA. Em ambos os lados do Atlântico, o processo de desalavancagem dos sectores privado e público deverá significar ritmos de crescimento económico modestos no médio prazo. Um dos aspectos que distinguem as retomadas nos dois blocos económicos é o desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego retrocede na Europa, mas teima em reduzir-se nos EUA.
- ▶ A mudança de sentimento no que se refere ao comportamento relativo da área do euro e dos EUA, bem como o melhor alinhamento de posições políticas sobre reformas estruturais no âmbito do euro, implicaram ganhos na moeda europeia face ao dólar norte-americano, que deverão ser retidos nos próximos tempos.
- ▶ As autoridades monetárias, muito embora prossigam na eliminação das medidas extraordinárias de cedência de fundos aos sistemas financeiros, não deverão alterar as suas taxas directoras antes de 2011 dada a reconhecida debilidade da retoma em curso.
- ▶ Os mercados de dívida pública actuaram como o porto de abrigo de intempéries financeiras. O desanuiamento das condições nos mercados financeiros poderá implicar algumas perdas, mas o regresso da propensão ao risco não está iminente. Assim, estes activos poderão continuar a proporcionar retornos interessantes, em termos relativos.
- ▶ O mercado de dívida de empresas apresenta-se menos tenso, abrindo-se para instituições financeiras fora da periferia da área do euro. Estas melhorias devem consolidar-se a prazo, mas custam.
- ▶ A publicação de resultados de empresas continua dominada por revisões para cima e lucros superiores ao previsto inicialmente. A despeito destas boas notícias, a baixa propensão ao risco é adversa ao regresso de um padrão de valorização genérica consistente; todavia existem sinais de retoma de investidores.
- ▶ Esta publicação é dedicada à reavaliação da África do Sul, um ano após a primeira apreciação do seu comportamento económico e a pretexto da realização do Campeonato do Mundo de futebol neste país no passado mês. Esta economia, apesar das suas insuficiências, lacunas e desequilíbrios, parece desfrutar de um futuro saudável. Alguns dos maiores problemas sul-africanos observam fenómenos de remissão: melhorias no combate à SIDA; resolução encaminhada das falhas energéticas; diluição do impacto da discriminação positiva da população negra.



**África do Sul**  
**tomo II**

## País arco-íris em revisão

A baixa aversão ao risco continua a condicionar a evolução dos mercados, penalizando os activos mais arriscados. O euro aparece ter ganho mais um sopro de vida face ao dólar norte-americano pelo descrédito das perspectivas mais pessimistas de desempenho da Europa face aos EUA. As autoridades monetárias deverão manter as suas principais taxas de referência inalteradas até, pelo menos, o primeiro trimestre de 2011, embora as condições de liquidez se tornem menos pródigas.

### DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Cristina Casalinho  
Paula Gonçalves Carvalho  
João Vitor Sousa  
Susana de Jesus Santos  
Teresa Gil Pinheiro

Dir. Coordenadora  
SubDirectora

**ANÁLISE TÉCNICA**  
Agostinho Leal Alves

Tel.: 351 21 310 11 86

Fax: 351 21 353 56 94

Email: [deef@bancobpl.pt](mailto:deef@bancobpl.pt)

[www.bancobpl.pt](http://www.bancobpl.pt)

[www.bplinvestimentos.pt/Research](http://www.bplinvestimentos.pt/Research)

<b>ÍNDICE</b>	Pág.
Principais Economias: Perspectivas e factores de risco	04
Principais Mercados: Recomendações	06
<b>PREVISÕES</b>	
Previsões Económicas do BPI	07
Previsões Económicas	
Previsões Económicas dos Mercados Emergentes	08
Previsões para as Taxas de Câmbio	
Previsões para as Taxas de Juro	09
Taxas Oficiais dos Principais Bancos Centrais	10
Previsões para as Taxas de Câmbio dos Mercados Emergentes	
Previsões para as Taxas de Juro dos Mercados Emergentes	11
<b>AFRICA DO SUL</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	14
<b>CONJUNTURA ECONÓMICA</b>	16
ACTIVIDADE, PREÇOS E MERCADO DE TRABALHO	16
...A ACTIVIDADE ECONÓMICA EM 2009	16
...PIB 1T10 EM ACELERAÇÃO	18
...O IMPACTO ESTIMADO DO CAMPEONATO MUNDIAL DE FUTEBOL 2010	18
...INFLAÇÃO SOB CONTROLO...MAS TENDÊNCIA DEVERÁ ALTERAR A MÉDIO PRAZO.	19
...DESEMPREGO EM ESTABILIZAÇÃO...MAS NUM PATAMAR ELEVADO.	19
...PREVISÕES PARA 2010-2011	20
SECTOR EXTERNO	22
<b>SECTOR FINANCEIRO</b>	25
CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO	25
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS	26
ANÁLISE DO CRÉDITO CONCEDIDO PELO SISTEMA BANCÁRIO	26
ANÁLISE DOS DEPÓSITOS DO SISTEMA BANCÁRIO	27
<b>POLÍTICAS ECONÓMICAS</b>	28
O RUMO RECENTE DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS ECONÓMICAS	28
Política fiscal: forte consolidação na última década posta à prova com recessão de 2008/2009	28
<i>Rating</i> de investimento e <i>upgrade</i> da Moody's	29
Política monetária expansionista suportou recuperação da economia	30
Câmbio recupera para valores pré-crise	31
<b>INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO</b>	32
COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS	32
<i>Doing Business</i> 2010	32
Índice de Desenvolvimento Humano	32
<b>DESAFIOS NA ESFERA SOCIAL E ECONÓMICA</b>	34
O FLAGELO SOCIAL DA SIDA	34
As estatísticas	34
As repercussões e as políticas	38
CRIMINALIDADE: EVIDENTE DESAGRAVAMENTO NOS DELITOS MAIS GRAVES	40
SECTOR ENERGÉTICO	43
SECTOR DOS TRANSPORTES	46
Portos marítimos	46
Rede rodoviária	46
Caminhos-de-ferro	47
Transporte aéreo	47
<b>ANEXO</b>	
Indicadores económico e financeiros seleccionados	48

## Perspectivas Globais e Principais Factores de Risco

---

- Global** O segundo semestre de 2010 será um período de crescimento mais fraco. A implementação antecipada de planos de consolidação orçamental, a persistência de dificuldades de financiamento do sector privado nas economias desenvolvidas e o esgotamento do efeito positivo dos estímulos de política económica implementados durante a crise de 2008-09, justificam esta tendência. Nos próximos meses, procurar-se-á esclarecer várias questões: qual a dimensão do arrefecimento nos EUA, onde o processo de desalavancagem mal começou; até que ponto os mercados emergentes serão bem sucedidos em auto-sustentar a dinâmica positiva que se instalou (ou seja, o regresso da tese do *decoupling*); irá o movimento observado em Julho relativamente à política cambial da China ter continuidade; finalmente, até que ponto será credível o processo de consolidação orçamental nos países periféricos, voltará o risco soberano a ser tema dominante do mercado?
- Riscos:** Arrefecimento mais acentuado nos EUA, regresso da aversão ao risco; retorno dos receios relativamente ao risco soberano. Por outro lado, excesso de optimismo e adiamento excessivo de normalização de políticas económicas poderão estimular a formação de novos desequilíbrios e impedir que se façam os ajustamentos necessários nos balanços do sector privado em alguns países desenvolvidos (sobretudo EUA, Reino Unido e periféricos europeus).
- 
- EUA** O PIB no segundo trimestre aumentou 2.4%, em termos anualizados, abaixo dos 3.7% observados nos primeiros três meses do ano. Pelo lado positivo destaca-se o aumento do investimento em equipamento e a expansão da construção residencial, ainda na sequência do crédito fiscal para compra de casa. Em contrapartida, mais uma vez a acumulação de *stocks* contribuiu de forma significativa para o crescimento (+1.1 p.p.), o que pode reflectir-se negativamente no futuro caso a procura final não recupere; o consumo privado cresceu novamente, mas de forma tímida (+1.6% depois de +1.9% no 1T10); finalmente, as importações registaram um crescimento expressivo + 28.8%, contribuindo muito negativamente para o PIB.
- Depois de esgotado o efeito dos estímulos de política económica e esvaziado o efeito positivo da reposição dos *stocks* em níveis mais próximos da média histórica, a actividade económica deverá desacelerar no segundo semestre.
- Na perspectiva do sector privado, diversos constrangimentos condicionarão a actividade futura: o nível de endividamento das famílias permanece elevado e a apetência por recurso ao financiamento continua reduzida; o mercado de trabalho indicia estabilização, mas a taxa de desemprego está ainda próximo de níveis máximos de 30 anos e o desemprego de longa duração tem vindo a aumentar; ou seja, a evolução do rendimento disponível das famílias deverá ser contida.
- No sector empresarial, há uma particular preocupação com as pequenas e médias empresas, cuja importância na actividade económica tem vindo a aumentar, sobretudo a nível do seu peso no emprego. Este segmento de mercado continua a enfrentar dificuldades de financiamento, dado que não tem dimensão para recorrer ao mercado de capitais internacional.
- A nota mais negativa vai para o mercado imobiliário, pois o volume acumulado de casa por vender continua a aumentar. Depois de terminados os incentivos fiscais à aquisição de habitação e face ao continuado aumento dos incumprimentos e no número de execuções de hipotecas, teme-se uma nova recessão no mercado imobiliário.
- Para o andamento futuro da actividade económica, serão fundamentais, por um lado a evolução do mercado de trabalho; por outro, a suavização das condições de financiamento e da apetência dos bancos para a concessão de crédito. Um sinal mais evidente de retoma seria o aumento do crédito concedido ao sector privado.
- Riscos:** A gradual retirada das medidas de estímulo, a ainda frágil situação do sistema financeiro e a evidência que os habituais mecanismos multiplicadores não estão a funcionar, limitará a capacidade da economia atingir rapidamente ritmos de crescimento próximos ou superiores ao potencial. Por outro lado, o adiamento da consolidação fiscal, poderá colocar riscos a médio prazo e reduzir o produto potencial de uma forma mais duradoura.
- 
- Japão** As previsões de crescimento económico para 2010 são relativamente confortáveis - o FMI antecipa 2.4%. Todavia, a força da moeda, o abrandamento das economias externas e a fragilidade da dinâmica doméstica fazem prever arrefecimento no segundo semestre.
- Vários indícios apontam no sentido de perda de fulgor da actividade: a produção industrial registou uma queda significativa em Junho, -1.5% y/y, a maior retracção em cerca de 1 ano; o índice PMI relativo a Julho recuou também, ainda que mantendo-se acima da fasquia 50, que separa aumento de contracção da actividade; pelo lado da procura agregada, há que destacar o desemprego, com tendência de agravamento; finalmente, a situação de queda dos preços ao consumidor permanece bem enraizada.
- Este quadro evidencia que o crescimento económico está ainda longe de ser sustentável, dada a dependência das exportações para os parceiros asiáticos e os sinais de desaceleração vindos do exterior.
- Riscos:** A apreciação da moeda, sobretudo face ao euro, pode dificultar a trajectória das exportações. De um ponto de vista mais estrutural, o factor demográfico continua a penalizar.
-

## Perspectivas Globais e Principais Factores de Risco (Continuação)

- Z. Euro** Os indicadores mais recentes permitem antecipar que o ritmo de crescimento do segundo trimestre será expressivo. Pela positiva, surpreendeu o comportamento dos índices PMI e do indicador de sentimento económico (ESI), que no conjunto da UEM alcançou o nível mais elevado desde inícios de 2008.
- Todavia, as subidas registadas em Julho nos indicadores prospectivos (PMI, IFO, Ind.Sentimento Económico), com elevada correlação com a actividade económica, poderão não ser sustentáveis, derivando dos movimentos de existências, encomendas ainda em carteira e beneficiando da perda de terreno do euro em Maio/Junho, que animou os espíritos do sector exportador europeu.
- No segundo semestre, o arrefecimento de importantes parceiros comerciais, com destaque para os EUA mas também algumas economias emergentes, a recuperação do euro e a implementação dos pacotes de consolidação fiscal, deverão induzir algum arrefecimento.
- Todavia, a médio prazo poderão registar-se surpresas positivas, sobretudo se o abrandamento global não for tão acentuado como se espera e se os planos de consolidação fiscal derem rapidamente bons frutos, fortalecendo a confiança do sector privado europeu.
- Riscos:** Regresso da turbulência aos mercados financeiros, aumento das restrições ao financiamento; arrefecimento externo mais acentuado.
- 
- R. Unido** A economia britânica surpreendeu pela positiva no segundo trimestre, crescendo 1.1% em cadeia e 1.6% em termos homólogos. Esta foi a primeira estimativa para o crescimento do produto naquele período, estando por isso, sujeita a revisões. O comportamento do PIB beneficiou da expansão da actividade nos serviços, indústria e construção, sectores estes que avançaram, em cadeia, 0.9%, 1% e 6.6%, respectivamente. Contudo, importa ter em conta que os indicadores entretanto publicados revelam um abrandamento da actividade, o que associado a uma política fiscal mais restritiva sugere que o crescimento seja mais moderado durante o segundo semestre do ano.
- Neste sentido apontam também as actas da última reunião do Banco de Inglaterra, que antecipa moderação da actividade na segunda metade do ano, contribuindo para a redução das pressões inflacionista e manutenção de um cariz acomodatório da política monetária. A confirmação deste cenário, poderá traduzir-se no adiamento do movimento subida da taxa directora, possivelmente para o primeiro trimestre de 2011.
- Riscos:** A não verificação do cenário traçado pelo banco central relativamente ao desempenho da inflação poderá traduzir-se na antecipação do momento de inversão da política monetária.
- 
- Portugal** Os indicadores de actividade relativos ao segundo trimestre apontam para a manutenção de uma tendência positiva; destaca-se o consumo privado (as vendas de automóveis registaram acréscimos em torno de 50% y/y) reflectindo antecipação do aumento do IVA, em Julho.
- As exportações evoluem favoravelmente (+14.7% até Maio), continuando a evidenciar-se a diversificação de destinos, a procura de novos mercados, com potencial de crescimento elevado, designadamente na Ásia, África e América do Sul.
- Todavia o desemprego permanece num patamar elevado e os indicadores de confiança dão sinais de estagnação ou de correcção, como é o caso dos consumidores.
- A implementação do plano de consolidação fiscal e algum abrandamento das economias externas terão reflexos a partir do segundo semestre, ditando arrefecimento cujo impacto será mais evidente em 2011.
- Riscos:** Para o crescimento são descendentes e prendem-se com a permanência de fragilidades nos mercados financeiros e com o impacto da retirada das medidas de estímulo no crescimento mundial, constituindo um factor de risco para a expansão das exportações nacionais. Internamente, a aceleração do processo de consolidação fiscal poderá gerar um impacto mais negativo que o previsto, a curto prazo, ainda que a médio prazo deva influenciar positivamente a actividade económica. Os riscos para a inflação são equilibrados.
- 
- A. Latina** As previsões de crescimento económico para 2010 têm vindo a ser revistas em alta nesta região, na medida em que a maioria destas economias beneficiam da aceleração do comércio internacional. No caso do Brasil e da Argentina, políticas internas de estímulo postas em prática em 2009 continuam a sustentar ritmos de expansão acelerados, os quais, levantam, no entanto, algumas interrogações relativamente à sua sustentabilidade a prazo. De modo a evitar o sobre-aquecimento, antecipa-se a remoção de progressiva de medidas extraordinárias. No Brasil, o sinal de partida já foi dado com subidas da taxa SELIC pelo banco central e expiração do prazo de algumas medidas de apoio às famílias não renovadas. Na Argentina, as autoridades tenderão a ser mais lentas a actuar e no México, uma vez que a retoma depende fortemente da componente externa, pois a procura interna permanece cautelosa, medidas restritivas são menos urgentes.
- Riscos:** Os riscos variam de economia para economia. Enquanto no Brasil e Argentina dominam receios de sobreaquecimento, no México, as preocupações orientam-se para a robustez da retoma norte-americana, de que este país é forte beneficiário.

**Principais Mercados: Recomendações**

M. Cambial	Embora se tenha iniciado a época estival, há posicionamentos cambiais que se mantêm, por mais estreito e limitado que se possa encontrar o mercado cambial. As apostas continuam a incidir na SEK (coroa sueca), NOK (coroa norueguesa) e CHF (franco suíço), assim como no CAD (dólar canadiano), NZD (dólar neozelandês) e AUD (dólar australiano). Moedas que continuam a inspirar confiança, por várias razões: andamento económico favorável; taxas de juro atractivas; economias e moedas ligadas à produção e venda de <i>commodities</i> . Por outro lado, o mercado continua focado nos indicadores económicos dos dois lados do Atlântico, sendo grande a expectativa quanto ao andamento da economia americana. De facto, tem-se assistido ao aumento do risco de retrocesso, ou pelo menos de abrandamento da actividade, com repercussões ao nível do emprego. Recentemente, a Fed divulgou um discurso cauteloso e de incerteza quanto ao futuro. Inversamente, na UEM, os números têm sido melhores que o esperado, alimentando uma postura confiante por parte da autoridade monetária. Neste contexto, o EUR (euro) tem ganho firmeza em relação às moedas rivais, com maior expressão face ao USD (dólar). Deste modo, terminou a tendência de apreciação do dólar, embora não se acredite no retorno ao refúgio no euro, pelo menos como movimento generalizado de mercado. Assim, aconselha-se uma postura de cariz mais neutral no curto prazo.
M. Monetário	O nosso cenário central atribui maior probabilidade a que o BCE apenas inicie o ciclo de subida de taxas no segundo trimestre de 2011. Neste sentido aponta também o comportamento dos futuros da taxa euribor a 3 meses. As expectativas de evolução da política monetária e o declive da curva das taxas euribor (marcadamente positivo) continuam a sugerir aplicações nos prazos mais curtos e o recurso a financiamentos nos prazos mais longos.
Dív. Púb.	O cenário central alterou-se, esperando-se que as taxas de juro nos prazos mais longos subam de forma menos pronunciada. Mantém-se, no entanto, a expectativa de diminuição do declive da curva de rendimentos e a sua deslocação para cima. O clima de aversão ao risco aliviou ligeiramente permitindo uma correcção do <i>spread</i> dos países periféricos, movimento que se deverá manter, embora a volatilidade continue presente. Recomenda-se a adopção de posições longas nos países periféricos de forma a aproveitar este movimento, com um horizonte temporal superior a 6 meses.
Dív. Div.	O primeiro impacto sobre os mercados dos <i>stress tests</i> foi positivo, o que poderá ter efeitos positivos sobre a dívida do sector bancário. Adopte posições longas no sector, caso se mantenha o actual sentimento de mercado. Mantém-se a recomendação de compra para empresas com necessidades limitadas de financiamento e maior exposição aos mercados emergentes.
Acções	O período de divulgação de resultados continua a confirmar a capacidade de geração de resultados das empresas. Por seu turno, reconhece-se a acumulação de meios libertos e a fraca orientação para investimento em novos projectos dada a incerteza inusitada da actual fase do ciclo económico. Consequentemente, intensificam-se os rumores ou declarações no sentido de aumento da cedência de liquidez aos clientes: aumento do dividendo e/ou regresso de programas de aquisição de acções próprias. Este poderá ser um argumento a favor das acções nos tempos mais próximos. No período estival, a volatilidade tende a aumentar, podendo não ser o melhor momento de entrada ou de ampliação à exposição em acções.
M. Emerg.	Após mais um período da aversão ao risco, que fez estancar os movimentos de apreciação da maioria das moedas dos países emergentes, para além do limite imposto pela forte apreciação verificada no dólar, acredita-se no retorno gradual do investimento. Com risco limitado, mantêm-se as apostas no BRL (real brasileiro) e MXN (peso mexicano), para além das moedas asiáticas, em resultado de razoáveis resultados económicos. Adormecida a turbulência que fustigou a dívida soberana dos estados mais frágeis da Zona Euro, com consequências generalizadas na fuga de activos europeus, o PLN (zloty polaco) e a CZK (coroa checa) voltam a ser moedas credíveis.
<i>Commodities</i>	A fraca retoma económica mundial, com riscos de abrandamento futuro nalgumas zonas, está a gerar as expectativas mais optimistas, com repercussão nos preços. Mesmo com o dólar mais estável, depois de um período de forte apreciação, a progressão dos preços é lenta. Soube-se, entretanto, que a China assumiu a liderança mundial do consumo de energia, o que aliada ao presente forte crescimento poderá suportar os preços. A prática defendida continua a ser a de constituição de <i>stocks</i> , quando tal for física e economicamente possível. Os metais preciosos podem continuar a ser, por mais algum tempo, investimentos de refúgio. No entanto, a diversificação que se perspectiva pode vir a limitar valorizações expressivas, numa altura em que os preços já estão muito altos.

## Previsões Económicas do BPI

## EUA&amp;UEM

	PIB			Taxa de Inflação*		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
EUA	-2.4%	2.5%	2.0%	-0.3%	1.5%	2.0%
Zona Euro	-4.0%	1.0%	1.4%	0.3%	1.5%	1.8%
Portugal	-2.7%	1.1%	0.3%	-0.8%	1.0%	1.8%

Fonte: Banco BPI.

Nota: \* Taxa de Variação Média; IPCH para Zona Euro.

## Portugal

	2009	2010	2011
Consumo privado	-0.8	1.7	0.3
Consumo público	3.5	1.2	-1.7
Investimento	-12.6	-3.1	0.2
Exportações	-11.6	3.5	2.0
Importações	-9.2	1.8	0.3
PIB	-2.7	1.1	0.3
Déf. orçam. sem rec. extr.	9.4	7.2	4.2
Taxa de inflação média	-0.8	1.0	1.8
Taxa média de desemprego	9.5	10.8	10.6

Fonte: Banco BPI.

## Previsões

## Previsões Económicas

	Taxa de Inflação			Saldo Orçamental/PIB			Dívida Pública/PIB			BTC/PIB			Desemprego			Crescimento PIB		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
E.U.A.	-0.3	1.7	1.2	-10.6	-9.7	-8.4	67.0	76.1	83.6	-2.9	-3.4	-3.5	9.2	9.7	9.0	-2.4	3.0	2.8
Japão	-1.3	-1.1	-0.4	-9.3	-9.1	-9.0	207.7	217.1	226.0	2.8	3.2	3.0	5.0	5.0	4.6	-5.2	2.9	1.6
UE	1.0	1.8	1.7	-6.9	-7.5	-6.9	73.4	79.6	83.8	-0.5	-0.4	-0.4	8.9	9.8	9.7	-4.2	1.0	1.4
UEM	0.3	1.4	1.4	-6.2	-6.5	-5.5	79.0	84.7	88.5	-0.6	-0.2	0.1	9.5	10.5	10.2	-4.1	1.2	1.7
Alemanha	0.2	1.1	1.3	-3.3	-5.2	-4.3	72.6	77.3	80.0	5.0	6.0	6.4	7.9	8.5	7.9	-4.9	1.9	2.1
França	0.1	1.5	1.4	-7.8	-7.7	-6.4	77.7	83.5	88.0	-2.1	-2.2	-2.2	9.3	10.1	9.7	-2.4	1.5	1.8
Itália	0.8	1.4	1.6	-5.3	-5.1	-4.7	115.8	118.5	119.9	-3.2	-3.0	-2.8	8.0	9.0	8.7	-5.1	1.1	1.5
Espanha	0.1	1.4	1.2	-11.1	-9.8	-8.5	37.5	66.0	74.3	-5.2	-4.2	-3.6	18.0	19.8	19.7	-3.6	-0.3	0.8
Holanda	1.0	1.0	1.3	-4.8	-5.9	-5.0	60.9	66.3	69.6	4.9	6.3	6.5	4.0	5.2	5.4	-4.1	1.6	2.0
Bélgica	0.0	1.6	1.4	-5.9	-5.5	-4.8	96.7	99.0	100.9	0.4	1.2	1.4	8.4	9.4	9.1	-3.0	1.5	1.9
Austria	0.4	1.3	1.4	-3.9	-5.0	-4.6	66.5	70.2	72.9	2.2	2.9	3.4	5.3	6.1	6.4	-3.5	1.4	1.9
Finlândia	1.6	1.5	1.5	-2.4	-4.2	-3.9	44.0	50.5	54.9	1.3	2.0	2.1	8.3	9.5	9.5	-7.8	0.9	2.3
Grécia	1.3	3.1	1.9	-13.0	-9.4	-8.4	115.1	125.8	135.1	-11.3	-9.3	-7.9	9.3	11.5	12.9	-1.9	-3.2	-1.3
Irlanda	-1.7	-1.4	0.2	-12.4	-12.2	-10.8	64.0	77.3	87.3	-3.0	-1.2	-0.5	11.9	13.6	13.6	-7.3	-0.7	2.0
Reino Unido	2.2	2.9	2.0	-11.1	-10.9	-8.6	68.1	78.4	85.5	-1.0	-1.6	-1.2	7.6	8.1	7.7	-4.9	1.4	2.5
Suécia	0.1	1.5	2.0	-2.0	-2.8	-2.0	42.3	42.1	41.4	6.6	6.0	6.3	7.8	8.5	7.9	-4.9	2.4	2.7
Dinamarca	1.3	2.0	1.8	-3.5	-5.7	-4.2	39.8	44.3	47.8	3.7	3.0	2.8	4.6	5.8	5.9	-4.8	1.4	1.9
Luxemburgo	0.2	1.9	1.5	-1.7	-4.0	-3.9	14.5	19.0	23.6	3.2	3.8	4.6	6.0	6.4	7.0	-3.8	2.1	2.7
Suiça	-0.5	0.9	1.0	0.1	-0.5	-0.3	40.1	40.6	40.8	8.2	9.3	8.9	3.9	4.3	3.8	-1.5	2.1	2.0
Portugal	-0.9	0.8	1.2	-9.1	-7.8	-6.5	76.9	85.5	89.9	-10.0	-8.8	-8.6	9.5	10.3	10.1	-2.7	0.6	0.6

Fontes: Média simples de previsões mais recentes: da OCDE, UE, FMI, BdP, Economist, e outras instituições.

Notas: O uso de médias de várias previsões pode gerar valores incongruentes entre si.

## Previsões Económicas dos Mercados Emergentes

	Taxa de Inflação			Crescimento PIB			Tx. de Desemprego			Dívida Pública/PIB			Saldo Orç./PIB			BTC/PIB			Dívida Externa/PIB		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Brasil	4.4	4.8	4.8	-0.1	5.6	4.5	8.3	8.0	7.3	41.4	40.5	41.2	-2.5	-2.1	-1.9	-1.3	-2.4	-3.2	20.1	18.8	n.a.
México	4.5	5.1	3.9	-6.9	4.3	3.6	5.6	5.7	5.1	33.0	33.5	33.9	-2.3	-2.5	-2.1	-0.6	-1.0	-1.7	23.1	20.1	19.7
Argentina	10.0	13.9	14.1	-0.7	3.3	3.4	n.a.	n.a.	n.a.	57.0	54.5	51.8	-0.9	-1.1	-1.3	2.5	2.0	1.2	52.6	52.2	46.8
Chile	1.5	2.6	3.4	-1.2	4.7	5.5	7.9	n.a.	n.a.	6.6	5.9	5.6	-3.9	-1.4	0.0	0.3	-0.5	-0.3	25.4	30.5	34.0
R. Checa	1.0	1.7	2.1	-4.2	1.7	2.9	7.5	8.6	8.3	35.7	40.0	43.2	-5.8	-5.1	-4.8	-1.0	-0.6	-1.4	42.5	40.3	40.7
Polónia	3.4	2.4	2.7	1.7	3.0	3.7	9.9	10.9	10.8	50.4	54.4	57.1	-6.1	-5.8	-5.2	-1.0	-2.1	-2.8	59.1	50.0	50.5
Hungria	4.6	4.1	2.7	-6.2	0.5	3.2	9.9	10.7	10.5	78.5	79.2	77.3	-3.8	-4.3	-3.8	0.3	-0.4	-1.5	132.9	125.0	123.1
Rússia	10.8	6.9	7.1	-7.9	4.7	4.5	8.2	7.9	7.2	7.5	9.2	11.5	-6.1	-3.9	-2.4	3.9	5.3	4.1	37.4	32.6	29.1
China	-0.4	3.5	3.1	8.7	10.3	9.4	4.4	4.5	4.1	20.8	21.2	21.3	-2.4	-2.0	-1.3	6.3	5.3	4.8	8.0	7.2	5.6

Fontes: Média simples de previsões mais recentes: FMI, OCDE, CE e outras instituições.

## Previsões para as Taxas de Câmbio

03.Ago.10

Taxas de Câmbio	Taxa actual	...a 1 mês	...a 3 meses	...a 6 meses	...a 1 ano
EUR/USD	1.32	1.25	1.21	1.22	1.23
EUR/USD (Prev. BPI)	-	1.29	1.25	1.22	1.20
USD/YEN	85.83	88.86	90.40	91.44	95.20
USD/YEN (Prev. BPI)	-	88.00	90.00	92.00	95.00
EUR/JPY	113.28	110.29	109.94	112.68	117.72
EUR/JPY (Prev. BPI)	-	113.52	112.50	112.24	114.00
EUR/GBP	0.83	0.83	0.82	0.82	0.81
EUR/GBP (Prev. BPI)	-	0.84	0.83	0.81	0.80
EUR/CHF	1.37	1.34	1.33	1.34	1.37
EUR/CHF (Prev. BPI)	-	1.35	1.34	1.35	1.38

Fonte: Médias de previsões pelo BPI, JPMorgan, Goldman Sachs, Deutsche Bank, Paribas, Credit Suisse

Nota: São apresentadas duas projecções relativas aos preços, uma desenvolvida pelo BPI e outra resultante de uma média simples de previsões de várias instituições.

## Previsões para as Taxas de Juro

03.Ago.10

	Taxas de Juro					Spreads equivalentes face às taxas americanas				
	Taxa act.	...a 1 mês	...a 3 meses	...a 6 meses	...a 1 ano	Spread act.	...a 1 mês...	a 3 meses	...a 6 meses	...a 1 ano
<b>Taxas de juro 3 M</b>										
EUR	0.90%	0.99%	1.01%	1.07%	1.41%	46	40	38	38	27
EUR (Prev. BPI)	-	0.90%	0.95%	1.10%	1.40%	-	35	35	35	-10
USD	0.43%	0.59%	0.64%	0.69%	1.14%	-	-	-	-	-
USD (Prev. BPI)	-	0.55%	0.60%	0.75%	1.50%	-	-	-	-	-
JPY	0.24%	0.24%	0.30%	0.31%	0.32%	-19	-35	-34	-38	-81
JPY (Prev. BPI)	-	0.25%	0.30%	0.30%	0.35%	-	-30	-30	-45	-115
GBP	0.74%	0.73%	0.84%	1.86%	1.71%	31	14	20	117	57
GBP (Prev. BPI)	-	0.78%	0.85%	1.00%	1.50%	-	23	25	25	0
CHF	0.17%	0.18%	0.29%	0.54%	1.03%	-26	-41	-35	-15	-11
CHF (Prev. BPI)	-	0.20%	0.35%	0.60%	1.00%	-	-35	-25	-15	-50
<b>Taxas de juro 10 A</b>										
POR	5.15%	5.30%	5.15%	5.35%	5.20%	225	216	189	188	138
POR (Prev. BPI)	-	5.30%	5.15%	5.35%	5.20%	-	230	200	185	140
ALE	2.61%	2.70%	2.88%	3.03%	3.31%	-29	-44	-38	-44	-51
ALE (Prev. BPI)	-	2.80%	2.90%	3.10%	3.30%	-	-20	-25	-40	-50
EUA	2.90%	3.14%	3.26%	3.47%	3.82%	-	-	-	-	-
EUA (Prev. BPI)	-	3.00%	3.15%	3.50%	3.80%	-	-	-	-	-
JAP	1.03%	1.23%	1.31%	1.39%	1.54%	-187	-190	-194	-208	-228
JAP (Prev. BPI)	-	1.10%	1.15%	1.30%	1.50%	-	-190	-200	-220	-230
RU	3.27%	3.54%	3.67%	3.85%	4.20%	37	41	42	39	38
RU (Prev. BPI)	-	3.40%	3.50%	3.50%	4.00%	-	40	35	0	20
SUI	1.48%	1.85%	2.08%	2.20%	2.38%	-143	-129	-118	-127	-145
SUI (prev. BPI)	-	1.70%	1.80%	2.00%	2.50%	-	-130	-135	-150	-130

Fonte: Médias de previsões pelo BPI, JPMorgan, Goldman Sachs, Deutsche Bank, Paribas, Credit Suisse

Nota: São apresentadas duas projecções relativas aos preços, uma desenvolvida pelo BPI e outra resultante de uma média simples de previsões de várias instituições.

## Previsões

Taxas Oficiais dos Principais Bancos Centrais						
Taxa de referência	Nível em 31.Dez.09	Nível actual 03.Ago.10	Data da última alteração	Próxima(s) Reuniões	Possível decisão da próxima reunião	
<b>Bancos Centrais G-7</b>						
Reserva Federal dos EUA	0%-0.25%	0%-0.25%	16-Dez-08 (-75/-100 pb)	10 Ago, 21 Set <sup>1*</sup>	Sem alteração	
Banco Central Europeu	1.00%	1.00%	7-Mai-09 (-25pb)	5 Ago; 2 Set 2*	Sem alteração	
Banco do Japão 3*	0.10%	0.10%	19-Dez-08 (-20 pb)	9/10 Ago; 6/7 Set	Sem alteração	
Banco do Canadá	0.25%	0.75%	20-Jul-10 (+25 pb)	8 Set; 19 Out	-	
Banco de Inglaterra	0.50%	0.50%	5-Mar-09 (-50 pb)	4/5 Ago; 8/9 Set	Sem alteração	
<b>Outros Bancos Centrais</b>						
Banco Nacional da Suíça	0%-0.75%	0%-0.75%	12-Mar-08 (-25 pb)	4*	-	
Riksbank (Suécia)	0.25%	0.50%	7-Jul-10 (+25 pb)	1 Set; 25 Out	-	
Norges Bank (Noruega)	1.75%	2.00%	5-Mai-10 (+25 pb)	11 Ago; 22 Set	-	
Banco Nacional da Dinamarca	1.00%	0.75%	15-Jan-10 (-25. pb)	5*	-	
Reserve Bank (Austrália)	3.75%	4.50%	4-Mai-10 (+25 pb)	7 Set 6*	-	
<b>América Latina</b>						
BACEN (Brasil)	8.75%	10.75%	21-Jul-10 (+50 pb)	31Ago/1 Set; 19/20 Out	+50 pb	
BANXICO (México)	4.50%	4.50%	15-Mai-09 (-75 pb)	20 Ago; 24 Set	Sem alteração	
<b>Europa de Leste</b>						
NBP (Polónia)	3.50%	3.50%	24-Jun-09 (-25 pb)	23/24 Ago; 21 Set	-	
NBH (Hungria)	6.25%	5.25%	27-Abr-10 (-25 pb)	-	-	
CNB (República Checa)	1.00%	0.75%	7-Mai-10 (-25 pb)	Regra geral - Todas as 5ª feiras	-	

Notas: 1\* Normalmente as alterações de taxas são anunciadas nas datas dos FOMC. No entanto poderão ser criadas reuniões intermédias, e as taxas poderão ser alteradas em qualquer altura.

2\* De acordo com o BCE, apenas a 1ª reunião de cada mês serve para anunciar alterações na sua política monetária. No entanto, existe a possibilidade de poder alterar essa mesma política em qualquer altura.

3\* O Banco do Japão, em 9 de Março de 2006, anunciou o fim da sua política monetária ultra-expansionista, através do abandono da injeção de liquidez no mercado, em vigor desde Março de 2001, e do retorno à condução da sua política monetária através da gestão da taxa ON

4\* Reuniões regulares, todas as 5ª feiras. Próximas reuniões com conferência de imprensa sobre política monetária: 10 Dezembro 2009

5\* Sem datas pré-marcadas. Normalmente nos mesmos dias das alterações do BCE (5ª feira)

6\* O Banco Central da Austrália anuncia alterações de taxas um dia depois da sua reunião mensal.

7\* As taxas de juro dos cetes são definidas semanalmente (todas as 5ª feiras) através de um mecanismo de leilões.

## Previsões para as Taxas de Câmbio dos Mercados Emergentes

03.Ago.10

Taxas de Câmbio	Taxa actual...	a 1 mês...	a 3 meses...	a 6 meses...	a 1 ano
USD/BRL	1.77	1.80	1.79	1.81	1.80
USD/MXN	12.70	12.36	12.32	12.41	12.37
USD/ARS	3.93	4.00	4.11	4.27	4.43
EUR/CZK	25.15	25.74	25.49	25.33	24.91
EUR/PLN	4.02	4.00	3.97	3.89	3.80
EUR/HUF	286.49	279.50	278.46	276.67	273.57
USD/RUB	30.23	30.01	30.05	29.27	28.56
USD/CNY	6.78	6.74	6.72	6.67	6.55

Fonte: Médias de previsões pelo BPI, JPMorgan, Goldman Sachs, Deutsche Bank, Paribas, Credit Suisse

Nota: Média simples de previsões de várias instituições.

Legenda: BRL - Real do Brasil

PLN - Zloty da Polónia

MXN - Peso Mexicano

HUF - Forint da Hungria

ARS - Peso Argentino

RUB - Rublo da Rússia

CZK - Coroa Checa

CNY - Renminbi/Yuan da China

Previsões para as Taxas de Juro dos Mercados Emergentes<sup>1)</sup>

03.Ago.10

	Taxas de Juro					Spreads equivalentes face às taxas americanas <sup>7)</sup>				
	Taxa actual	...a 1 mês	...a 3 meses	...a 6 meses	...a 1 ano	Spread actual	...a 1 mês	...a 3 meses	...a 6 meses	...a 1 ano
<b>Taxas de juro 3 M <sup>2)</sup></b>										
BRL	10.64%	11.75%	11.03%	12.03%	12.88%	1020	1116	1039	1134	1174
MXN	4.68%	4.50%	4.50%	4.88%	4.88%	424	391	386	419	374
ARS	12.31%	n.d.	10.00%	12.00%	14.00%	1187	n.d.	936	1132	1287
CZK	0.96%	n.d.	1.40%	1.50%	2.10%	51	n.d.	76	82	97
PLN	3.71%	3.50%	4.03%	4.30%	4.70%	327	291	339	362	357
HUF	5.32%	5.25%	5.33%	5.28%	5.55%	488	466	469	459	442
RUB	4.75%	7.75%	7.75%	7.75%	7.75%	431	716	711	707	662
CNY	2.25%	2.25%	2.25%	2.25%	2.25%	181	166	161	157	112
<b>Taxas de juro de longo prazo</b>										
BRL 10Y <sup>3)</sup>	4.33%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	207	-	-	-	-
MXN 10Y <sup>3)</sup>	6.47%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	145	-	-	-	-
ARS 27Y <sup>4)</sup>	10.55%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	666	-	-	-	-
CZK 10Y <sup>3)</sup>	3.83%	n.d.	3.10%	3.50%	4.00%	117	-	-	-	-
PLN 10Y <sup>3)</sup>	5.86%	n.d.	5.80%	5.90%	6.10%	319	-	-	-	-
HUF 10Y <sup>3)</sup>	7.06%	n.d.	6.20%	6.40%	6.60%	439	-	-	-	-
RUB 13Y <sup>5)</sup>	7.74%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	227	-	-	-	-
CNY 9Y <sup>6)</sup>	3.94%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	128	-	-	-	-

Nota: <sup>1)</sup> Médias de previsões pelo BPI, JPMorgan, Goldman Sachs, Deutsche Bank, Paribas, Credit Suisse<sup>2)</sup> As taxas de juro de curto prazo mencionadas para o Brasil é a taxa swap de 30 dias, para o México repo de CETE de 91 dias e para a Argentina a BAIBOR dos 90 dias<sup>3)</sup> A yield apresentada refere-se ao Benchmark 10 Y publicado na REUTERS<sup>4)</sup> O empréstimo argentino em USD, cupão 8.28%, maturidade em 31/12/33<sup>5)</sup> Empréstimo russo em USD, cupão 11.00% e maturidade 24/07/18<sup>6)</sup> Empréstimo chinês em EUR cupão 4.25% e maturidade 28/10/14<sup>7)</sup> Os spreads de CZK, PLZ, HUF e CNY resultam da comparação directa entre a yield do benchmark dos Bunds a 10 anos e a yield aqui apresentada

Os spreads de BRL, ARS, MXN e RUB são os calculados pela JP Morgan nos índices EMBI





## África do Sul

### Risco e oportunidade convivem na África do Sul

- ▶ A economia sul-africana não escapou à crise financeira internacional. As fortes relações comerciais e o elevado nível de integração financeira com as economias mais desenvolvidas contribuíram para o recuo do Produto Interno Bruto em 2009, em 1.8%, a maior recessão económica desde 1992. No entanto, fundamentos económicos sólidos permitiram às autoridades pôr em prática políticas económicas contra-cíclicas, que impediram piores desenvolvimentos.
- ▶ A estabilização do desemprego num nível elevado, a redução do crédito ao sector privado, a queda dos preços no mercado imobiliário e a acentuada contracção das vendas ao exterior constituíram elementos dominantes no panorama económico em 2009. Em contrapartida, verificou-se uma ligeira melhoria nos níveis de endividamento das famílias, o défice externo encolheu e a inflação média recuou para 7.1% no final de 2009 face a 11.5% no ano anterior. Todavia, algumas destas tendências não são sustentáveis.
- ▶ Em 2010 e 2011 espera-se o regresso a um cenário de crescimento positivo mas ainda abaixo dos ritmos históricos: as previsões médias apontam para que o PIB anual cresça 2.8% e 3.6% respectivamente, cenário que consideramos bastante conservador e que fica ainda aquém dos ritmos de expansão observados no passado recente (4% nos 10 anos anteriores a 2009; 4.8% entre 2004 e 2008). Para a saída da recessão contribuiu também a organização do Campeonato Mundial de futebol de 2010, evento que deverá gerar um efeito positivo no PIB sul-africano na ordem dos 0.5%. Acresce referir que o impacto de médio/longo prazo poderá ser bastante superior, sobretudo se o país conseguir reposicionar a sua imagem à escala global.
- ▶ O sistema financeiro apresenta-se sólido na sequência da crise financeira internacional. O rácio de capital sobre o activo ponderado pelo risco era de 11%, em Junho de 2009, com tendência ascendente. Todavia, o arrefecimento económico reflectiu-se na degradação da qualidade dos activos de crédito, com o conseqüente agravamento dos rácios de incumprimento: entre o final de 2007 e Dezembro de 2009, o rácio de incumprimento aumentou 4.5pp para 5.9%.
- ▶ O comportamento da economia no futuro estará significativamente condicionado pela envolvente financeira internacional e pela capacidade do país atrair investimento estrangeiro. Com efeito, as necessidades externas de financiamento são elevadas e o défice da Balança Corrente é habitualmente financiado por entradas de investimento de carteira, que é tipicamente mais volátil, com um horizonte de aplicação de curto/médio prazo. Pelo que, para assegurar crescimento sustentado, será importante a melhoria do ambiente de negócios bem como o avanço mais nítido na escala do desenvolvimento económico. De facto, apesar de abundantes recursos físicos e humanos, a África do Sul pertence ao reduzido número de economias emergentes que não foi bem sucedido na aproximação dos padrões de vida do clube dos países mais ricos. E, segundo as previsões de médio prazo dos observadores internacionais, a redução desse diferencial ocorrerá sim, mas muito lentamente.
- ▶ Por outro lado, têm ocorrido progressos em várias frentes estruturais e disso mesmo dá conta a tendência positiva (ainda que ligeira) dos índices de comparação internacional: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Banco Mundial, melhorou ligeiramente em 2007 (último ano disponível, divulgado no relatório de 2009); o posicionamento no *ranking* mundial relativamente ao clima de negócios (Doing Business 2010) continua muito confortável em termos comparativos internacionais: a África do Sul ocupa o 34º lugar entre 183 países observados; a taxa de incidência da SIDA parece ter estabilizado, ainda que num patamar elevado (16.9%); finalmente, os índices de criminalidade têm melhorado, sobretudo no que respeita aos crimes mais violentes, ainda que se verifique aumento de outros tipos de delitos (por exemplo, o crime económico).

## Introdução

Um ano depois da primeira caracterização da África do Sul e também a propósito da primeira organização do Campeonato Mundial de futebol no continente Africano, pretende-se focar neste trabalho os principais aspectos de evolução conjuntural ao longo do último ano assim como discutir alguns dos desafios que se colocam ao país e à sociedade sul-africana, em busca de um futuro mais promissor.

A nível político, o balanço do primeiro ano da presidência de Jacob Zuma, um líder cuja ascensão suscitou alguns receios/expectativas entre os observadores internacionais, pode considerar-se positivo. O actual governo está também há pouco mais de um ano à frente dos destinos do país: as últimas eleições realizaram-se em Abril de 2009, tendo o ANC - African National Congress, ganho de novo com confortável maioria, apesar de aquém de resultados anteriores. O Executivo é formado por uma aliança tri-partida, que engloba, para além do ANC, o Congress of South African Trade Unions (COSATU) e o South African Communist Party (SACP).

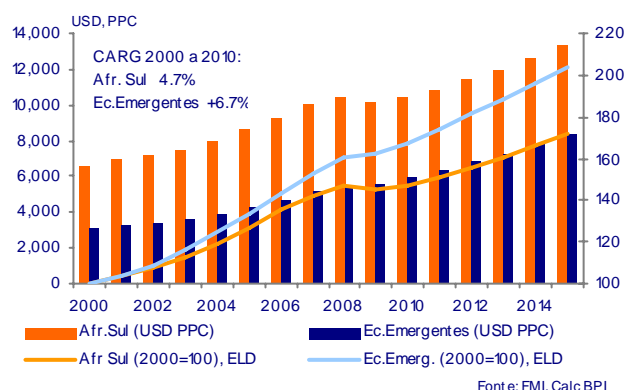
A organização do Mundial de futebol de 2010 foi encarada quase como um teste à governação, pois receava-se que o evento ficasse marcado por circunstâncias menos felizes; designadamente a nível de criminalidade, problemas de energia eléctrica, ou a nível do planeamento e organização, falhas que na verdade não aconteceram. Pelo contrário, existe quase consenso entre os observadores internacionais sobre o sucesso desta operação de envergadura muito significativa para um país Africano, cujos preparativos envolveram vastos recursos materiais e humanos e que deixará rasto na estrutura do país. De facto, alguns dos projectos desenvolvidos para o evento, designadamente a nível da rede de transportes, constituem um legado positivo para o futuro, pois a população consome demasiado tempo e recursos financeiros nas suas deslocações diárias. Um sistema de transportes públicos, de massas, eficiente, rápido e seguro seria um importante passo para a unificação do país e integração regional. O sistema de transporte ferroviário de alta velocidade que liga o aeroporto internacional a Joanesburgo e o início da construção do nó intermodal de Gauteng Station, com ligação e articulação com outros sistemas de transporte (metro, transporte rodoviário, etc) constitui um exemplo deste legado. Acresce que foi também uma gigantesca operação de charme e de "namoro" com a comunidade internacional, com vista a mudar alguns estigmas e ideias pré-concebidas que são impeditivos de relações económicas mais fluentes, nomeadamente ao nível de captação de novos investidores e negócios.

Mas a realidade sul-africana estende-se muito para além da organização do Campeonato Mundial de futebol dada a sua diversidade e extensão geográfica e perante os desafios que enfrenta, sobretudo no âmbito do desenvolvimento económico. Findo o campeonato, o país não está, de facto, muito diferente do que era, continuando o governo a ser confrontado com inúmeros desafios, que reptam também o empenho do sector empresarial privado e a sociedade civil. O crescimento económico robusto na era *pós-apartheid* permitiu uma melhoria importante nos indicadores sociais. Todavia, os índices de pobreza continuam muito elevados - declinaram de 51% em 1994 para 41% em 2007 - e as desigualdades entre raças, sexo e a nível regional têm vindo a aumentar: cerca de metade da população vive com apenas 8% do rendimento nacional. Acresce referir que, de acordo com o Banco Mundial, os mais pobres têm acesso limitado às oportunidades económicas e serviços básicos.

O desemprego constitui um dos maiores problemas que se colocam à economia e sociedade sul-africana, na base das desigualdades sociais que persistem e do clima de tensão social que frequentemente se evidencia. Segundo a OCDE, os elevados índices de desemprego e as baixas taxas de participação no mercado de trabalho constituem o maior factor de constrangimento ao crescimento económico. Apenas cerca de 40% dos sul-africanos tem trabalho, valor que contrasta com cerca de 60%-75% na média dos países de rendimento médio/baixo. Facto que é particularmente grave do ponto de vista social quando não existe um sector informal tão expressivo como noutros países, onde os desempregados se possam refugiar.

Outra questão com impacto determinante na sociedade, e com consequências humanas, sociais e económicas graves, é a elevada taxa de incidência do SIDA, principal factor que explica a reduzida esperança média de vida: apenas 49 anos. Estima-se que cerca de 16.9% da população adulta (entre os 15 e os 49 anos) esteja infectada. Apesar de não ser a mais elevada taxa de incidência da região (na Suazilândia a estimativa ronda 26.1%), em termos do número de indivíduos contaminados, a África do Sul lidera com cerca de 5.7 milhões (26% do total da África subsaariana), num universo populacional de 49 milhões de pessoas. No entanto, aparentemente os esforços das autoridades no combate e prevenção da doença estão a começar a surtir efeito, perspectivando-se uma estabilização ou mesmo um retrocesso no seu contágio e evolução. Também ao nível da criminalidade, sobretudo na mais violenta, têm ocorrido progressos, embora a globalidade dos crimes tenha chegado aos 2.1 milhões, no ano fiscal 2008/2009.

**África do Sul - Continua a destacar-se em termos da riqueza por habitante, ainda que com menor fulgor na última década face ao grupo dos emergentes.**



**Introdução**

Apesar da dimensão dos desafios, desde 1994 foram alcançados progressos notáveis na esfera social, beneficiando de uma gestão macroeconómica prudente e de disciplina orçamental forte. Os índices de escolarização aumentaram de 45% para 72%; foram construídas cerca de 1.6 milhões de habitações gratuitas para famílias de rendimento baixo; a parcela da população com acesso a electricidade aumentou de 34% em 1993 para 81% em 2007; melhorias semelhantes registaram-se no acesso a água e saneamento básico; o sistema de apoio social estendeu a sua cobertura, tendo o número de beneficiários aumentado de 2.5 milhões em 1999 para 13 milhões em 2009.

Em termos puramente económicos o balanço global é positivo, ainda que moderado. Apesar das fortes relações comerciais e financeiras com as economias desenvolvidas, o Produto Interno Bruto sofreu uma contracção inferior a 2% (ainda assim, o pior desempenho desde 1992) em 2009. O espaço de manobra de que as autoridades dispunham em termos de políticas económicas contra-cíclicas e que impediu uma maior derrocada da actividade, espelha bem a qualidade e a prudência das opções de política macroeconómica nos anos anteriores. De facto, foi notória uma resposta pró-activa, quer da parte do Banco Central (as taxas directoras foram reduzidas até um mínimo de cerca de 3 décadas), quer do Executivo (o défice público ultrapassou os 7%), na implementação de medidas com carácter expansionista, de suporte à actividade económica. A nível da política fiscal, é importante notar a melhoria da capacidade de mobilização de recursos pelo sector público, com um aumento tendencial da base fiscal e do número de contribuintes inscritos.

A taxa de inflação abrandou em 2009/2010, situando-se agora dentro da banda objectivo das autoridades monetárias, entre 3% e 6%. A debilidade da procura interna e a apreciação da moeda estiveram na base desta trajectória que, no entanto, poderá inverter em breve, face aos anunciados aumentos das tarifas de electricidade e também graças aos generosos aumentos salariais.

O alcance de progressos rápidos e visíveis a nível do desenvolvimento económico, constitui o principal desafio para o actual Executivo, que elegeu como prioritários a nível social, a luta contra a pobreza, a desigualdade e a corrupção. Este é um repto particularmente desafiante atendendo à recuperação económica lenta e também à impaciência da população; de facto, os sinais de tensão social continuam bastante visíveis ainda que controlados e de expressão limitada. Ora, esta exigência ou urgência no avanço de progressos sociais esbarra, por um lado, com o crescimento económico débil, com a situação fiscal já bastante desequilibrada, herança das políticas de suporte adoptadas em 2009, e também com a exigência ou sentimento dominante à escala global, pois pede-se aos soberanos que actuem no sentido da consolidação fiscal. A África do Sul tem níveis de endividamento externo e de dívida pública baixos quando comparados com economias desenvolvidas; mas a comparação não é tão favorável com os actuais campeões do crescimento, nomeadamente a China, Brasil ou mesmo a Índia. E acresce referir que as necessidades de financiamento apenas para suprir as deficiências a nível de infra-estruturas (comunicação e informação, transportes, estradas, caminhos de ferro, portos e embarcações; recursos hídricos, acesso a água, saneamento básico), são muito elevadas: o Banco Mundial estima que suplantem USD 20 mil milhões/ano, até 2015, as maiores da região de África subsaariana em valor absoluto, ainda que menos expressivas relativamente ao PIB: cerca de 11%.

Finalmente, importa recordar os principais objectivos enunciados no Plano Estratégico de Médio Prazo para o período 2009-14, tendo em conta os desafios em termos de aceleração do crescimento, partilha dos benefícios e alargamento das oportunidades. As dez prioridades enunciadas englobam: crescimento económico mais inclusivo; emprego e situação económica sustentável; infra-estruturas económicas e sociais; desenvolvimento rural, segurança alimentar e reforma do património rural; acesso a educação com qualidade; melhoria no sistema de saúde; luta contra o crime e a corrupção; comunidades coesas e sustentáveis; fomento de integração a nível regional: uma África melhor para um mundo melhor; gestão e uso sustentado de recursos; melhoria dos serviços públicos.

Em jeito de conclusão, a apreciação global da economia sul-africana é positiva, pois aparentemente as oportunidades suplantam largamente os riscos não obstante a dimensão dos desafios. A riqueza do país, em termos de recursos e reservas naturais e a capacidade de levar a bom termo uma estratégia de governação prudente, socialmente cautelosa e ambiciosa e, em simultâneo, atenta às exigências dos mercados financeiros internacionais justifica que mantenhamos uma avaliação optimista quanto ao futuro do país de todas as cores.

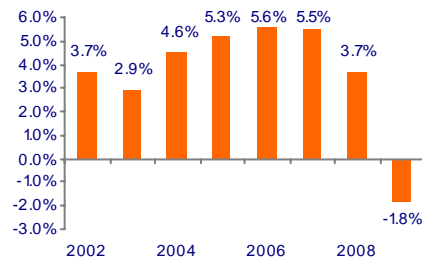
## Conjuntura Económica

### ACTIVIDADE, PREÇOS E MERCADO DE TRABALHO

#### ...A ACTIVIDADE ECONÓMICA EM 2009

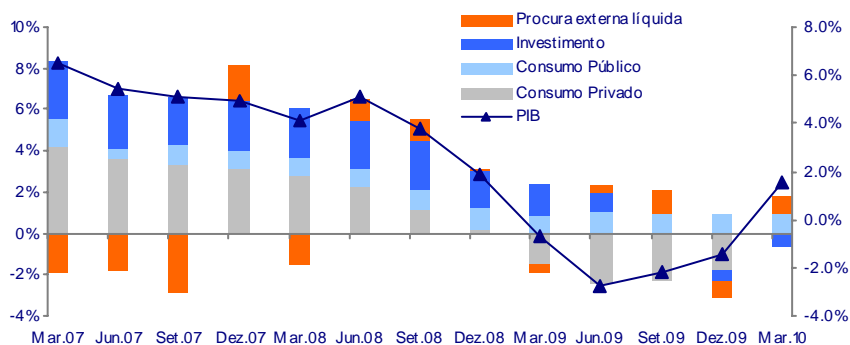
Em 2009, ao contrário da maior parte das economias em desenvolvimento, a actividade económica sul-africana registou uma contracção: o PIB decresceu 1.8% em termos reais. Este foi o pior desempenho desde 1992, quando, graças à forte instabilidade política, a actividade sofreu uma retracção superior a 2%. No entanto, tomando como referência o grupo de países desenvolvidos, em que o PIB contraiu cerca de 3.2% em termos reais, no mesmo período, o desempenho sul-africano acaba por ser moderado. O pendor acentuadamente expansionista das políticas económicas seguidas constituiu um dos principais factores de suporte à actividade em 2009. De facto, o saldo orçamental terá registado uma derrapagem de cerca de 3 pontos percentuais face ao orçamentado (-4.3% no Orçamento 2009/10 que compara com actuais estimativas na ordem dos -7.3%); e o Banco Central (SARB) reduziu sucessivamente as taxas directoras de política monetária, para o nível mínimo em cerca de 30 anos: 6.5% no passado mês de Março.

PIB real (tx var anual).



Fonte: Statistics South Africa

Composição do PIB - Principais contributos para o crescimento homólogo.



Fonte: Reserve Bank of South Africa; BPI cálculos

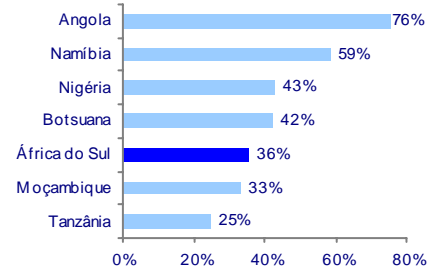
Composição do PIB na óptica da procura agregada (contributo para o crescimento em 2009).

	Peso no PIB 2008	Tx var. real 2009	Contributo estimado 2009
Consumo privado	64%	-3.1%	-2.0%
Consumo Público	19%	4.7%	0.9%
Investimento	21%	2.3%	0.5%
Exportações	28%	-19.5%	-5.5%
Importações	59%	-18.4%	10.9%
Var.Existências + Item residual			-6.6%
<b>PIB (aprox)</b>			<b>-1.8%</b>

Fonte: Reserve Bank of South Africa (valores provisórios).

A queda do consumo e das exportações estiveram na base da contracção da actividade económica registada em 2009, segundo a informação ainda provisória divulgada pelo Banco Central sul-africano. De acordo com a OCDE terá havido um comportamento díspar entre o investimento privado (cerca de 14% do PIB), que caiu, e o público (7% do PIB), que terá aumentado de forma significativa, mais que compensando a componente privada. Destaque ainda para a queda acentuada do consumo privado, um dos principais motores da actividade económica em anos anteriores, contribuindo em -2 p.p. para o crescimento anual. O aumento do desemprego (houve uma perda estimada de 870 mil postos de trabalho) e a queda da confiança, motivada pela crise financeira internacional, terão sido factores importantes explicativos deste mau desempenho. Condições financeiras mais restritivas e a forte desaceleração do ritmo de concessão de crédito, conjugados com endividamento excessivo das famílias contribuíram para esta evolução. A quebra da procura externa por minério e outras matérias-primas exportadas pela África do Sul justificaram a retracção da componente externa. Repare-se que o grau de abertura ao exterior é relativamente elevado: cerca de 74% do PIB (com base em valores nominais), que compara com 68% na Nigéria, 74% na Tanzânia e 79% em Moçambique. Relativamente ao peso da componente exportadora, o patamar observado na África do Sul (38% do PIB), constitui o reflexo de uma economia relativamente aberta ao exterior, mas diversificada (ver gráfico). Contribuindo favoravelmente, evidenciam-se os gastos públicos e as importações, cuja acentuada contracção (18.4%) constitui bem o reflexo da fraqueza da procura interna.

Peso das exportações no PIB (2008).



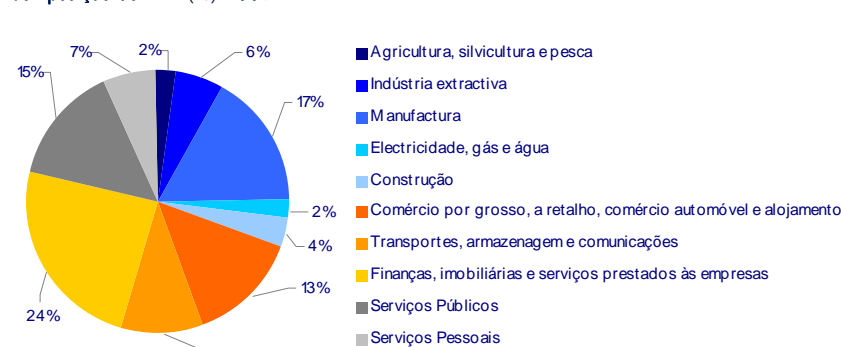
Fonte: OCDE

Analisando pela óptica da oferta, a queda acentuada da actividade nos sectores da Manufatura, Sector Extractivo e Comércio por grosso e a retalho, comércio automóvel e alojamento, com peso importante na actividade económica, estiveram na base do recuo do PIB em 2009. A manufatura gerou o contributo mais negativo (-1.8 p.p.), seguido pela Indústria extractiva (-0.4 p.p.) e comércio (-0.3 p.p.). Em sentido contrário contribuíram os Serviços públicos, o Sector financeiro e imobiliário e a Construção.

O sector agrícola foi um dos que registou pior desempenho, tendo a produção recuado 3.2% devido sobretudo a condições climáticas adversas e também à epidemia da febre aftosa, doença viral altamente contagiosa que afecta quase todos os tipos de gado. Segundo a OCDE, o país é um importador líquido de produtos agrícolas desde 2008. Apesar do peso diminuto do sector agrícola na actividade económica (2.2% em 2009), a sua revitalização tornou-se uma prioridade para o actual Executivo, facto que estará sobretudo relacionado com questões de natureza política. A revitalização do sector estará dependente da aprovação da reforma da lei da propriedade da terra, actualmente pendente, bem como do aumento da produtividade no sector. Recordar-se que esta reforma tem como objectivo que 30% das propriedades agrícolas comerciais estejam na posse da população negra até 2014.

A produção da indústria extractiva recuou 7.2%, reflexo da retracção da procura e da queda dos preços nos mercados internacionais. A produção de ouro, diamantes, platina e carvão caiu respectivamente 6.9%, 51.3%, 0.6% e 0.9%. Recordar-se que a extracção de ouro e platina representa cerca de metade da produção do sector. Apenas a produção de ferro aumentou, em cerca de 12%, graças à procura proveniente da China, de acordo com a OCDE. A produção do sector continua a ser constringida por deficiências ao nível das

Composição do VAB (%) 2009.



Fonte: Statistics South Africa

infra-estruturas ferroviárias e de distribuição de energia mas também graças à corrupção, falta de mão de obra especializada, questões relacionadas com a segurança e também graças a uma moeda relativamente forte, que reduz a competitividade externa.

O sector manufactureiro, com peso significativo no Valor Acrescentado Bruto (17%), ressentiu-se bastante da conjuntura recessiva (quer a nível da procura doméstica quer dos principais parceiros comerciais), tendo a sua produção média no ano decaído cerca de 12.5%, segundo o organismo difusor de estatísticas da África do Sul. As indústrias automóvel, de fabricação de produtos de ferro e aço, fabricação de mobiliário, indústria têxtil e produtos de madeira sofreram os maiores índices de contracção. Todavia, graças ao seu peso no sector, os contributos mais negativos foram gerados pela fabricação de produtos de ferro, aço, metálicos e maquinaria (-4 p.p.), bem como pelo sector automóvel, dos mais expostos à conjuntura externa. Todos os principais fabricantes de automóveis estão representados na África do Sul, assim como a maior parte dos principais fabricantes mundiais de peças e componentes e alguns dos maiores fabricantes de pneus. Estima-se que o sector exporte cerca de 10% da produção, sendo o restante para o mercado interno.

## Produto Interno Bruto - Óptica da produção.

	Taxa de variação			Contributo	
	2006	2007	2008	2009	
Agricultura, silvicultura e pesca	-5.5%	3.5%	10.9%	-3.2%	-0.1%
Indústria extractiva	-0.6%	0.0%	-5.4%	-7.2%	-0.4%
Manufatura	6.4%	5.0%	2.7%	-10.7%	-1.8%
Electricidade, gás e água	3.4%	3.4%	1.0%	-0.5%	0.0%
Construção	10.4%	14.3%	9.3%	7.8%	0.2%
Com. p/grosso, a retalho, com. aut. e alojamento	6.0%	5.3%	1.1%	-2.9%	-0.3%
Transportes, armazenagem e comunicações	5.1%	6.3%	3.9%	0.5%	0.0%
Finanças, imobiliárias e serv. prestados às empresas	9.6%	7.9%	7.9%	1.3%	0.3%
Serviços Públicos	3.1%	4.0%	4.2%	4.2%	0.5%
Serviços Pessoais	5.2%	5.6%	3.6%	2.7%	0.1%
Valor acrescentado bruto	5.5%	5.5%	3.8%	-1.5%	-1.3%
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	6.2%	5.2%	2.3%	-4.1%	-0.4%
<b>PIB a preços de mercado</b>	<b>5.6%</b>	<b>5.5%</b>	<b>3.7%</b>	<b>-1.8%</b>	<b>-1.8%</b>
Valor acrescentado bruto excluindo agricultura	5.8%	5.6%	3.7%	-1.5%	-1.3%

Fonte: Statistics South Africa.

## Manufatura - Por sub-sectores (em 2009).

	Peso	Variação da produção	Contributo
Alimentos e bebidas	21%	2%	0%
Têxteis, vestuário, couro e calçados	3%	-15%	-1%
Madeira e produtos da madeira, papel, edição e impressão	9%	-15%	-2%
Produtos de petróleo, produtos químicos, borracha e plástico	23%	-9%	-2%
Produtos de vidro e minerais não plásticos	3%	-12%	-1%
Produtos de ferro e aço, metálicos e máquinas	19%	-19%	-4%
Máquinas eléctricas	3%	-3%	0%
Rádio, televisão e equipamentos de comunicação	1%	-7%	0%
Veículos, peças e acessórios e outros equipamentos de transporte	12%	-24%	-3%
Móveis e outros	5%	-20%	-1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>-13%</b>	

Fonte: Statistics South Africa.

## Conjuntura Económica

No sentido positivo, **o sector da construção registou um crescimento em 2009, 7.8%, ainda que em abrandamento face ao ano anterior.** No entanto, os sectores residencial e não residencial registaram comportamentos díspares. Enquanto o primeiro foi afectado pela conjuntura desfavorável no mercado imobiliário, onde os preços sofreram uma retracção, pelos elevados níveis de endividamento dos particulares, condições de financiamento menos favoráveis e redução do rendimento disponível das famílias, a construção não residencial beneficiou da preparação para o Campeonato Mundial de futebol 2010 e do reforço das obras públicas.

**Destaque ainda para os serviços, com um peso dominante na actividade económica, pesando cerca de 69% do VAB.** O sector teve um contributo ligeiramente positivo para a actividade económica, apesar dos comportamentos díspares entre os vários sub-sectores. Pela negativa destacaram-se as actividades comerciais, a grosso e retalho, e alojamento, tendo o VAB decrescido em termos anuais cerca de 2.9%, gerando um contributo de -0.3 p.p.. Os serviços públicos evidenciaram-se pela positiva, com um contributo de +0.5 p.p.. O sector das actividades imobiliárias e financeiras teve uma *performance* significativamente aquém do que era típico em anos anteriores, tendo aumentado 1.3% face a ritmos na ordem dos 8% nos 3 anos anteriores; enquanto o segmento dos transportes beneficiou da recuperação das exportações no segundo semestre.

### ...PIB 1T10 EM ACELERAÇÃO

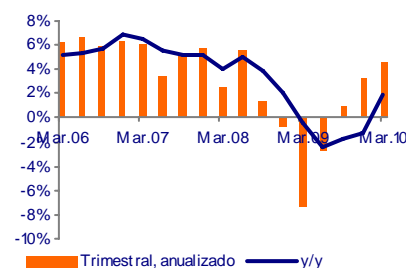
Nos primeiros 3 meses de 2010, a economia registou nova aceleração, para +4.6% y/y, que compara com +3.2% no trimestre anterior. A manufactura e a indústria extractiva foram os sectores que maior contributo gerou para a expansão, sectores mais expostos ao andamento da procura global. Em particular, a indústria automóvel beneficiou da retoma da procura global. Todavia, os indícios para o segundo semestre do ano são menos animadores, sobretudo pelo lado da oferta (ver perspectivas económicas).

### ...O IMPACTO ESTIMADO DO CAMPEONATO MUNDIAL DE FUTEBOL 2010

Segundo as estimativas de organismos internacionais (em particular, o Economist Intelligence Unit e o Institute for International Finance), **a organização do Campeonato Mundial de futebol, terminado no passado mês de Julho, deverá gerar um impacto positivo no PIB sul-africano na ordem dos 0.5%.** Todavia o impacto de médio longo prazo poderá ser bastante superior, sobretudo se o país conseguir reposicionar a sua imagem à escala mundial, como destino turístico, destino preferencial de investimentos e país com muitas oportunidades por explorar e potencial de crescimento elevado.

A nível do efeito directo causado pela organização do Campeonato, dados ainda provisórios sugerem que **a entrada extra de visitantes deverá ter rondado as 400 mil**, um valor próximo do esperado apesar de aquém dos valores mais optimistas. No entanto, tanto **a estadia média por visitante - 18 dias - como a despesa por turista adicional - cerca de 30 mil rands, USD 3 930 - excederam as previsões** mais optimistas. Segundo a EIU, os EUA foram o país de origem da maioria dos visitantes, seguidos pelo Reino Unido (64 mil) e pela Alemanha 30 mil). O interesse da população autóctone pelo evento foi também bastante elevado, pois cerca de 60% dos 3 milhões de ingressos foram vendidos a locais. **Os maiores recelos diziam respeito a questões de segurança e criminalidade** face ao mau posicionamento do país nesta matéria. Todavia, o empenho das autoridades permitiu que apenas cerca de 6% dos visitantes tivessem sido vítimas de algum tipo de crime enquanto 94% dos visitantes afirmou que recomendaria o país como destino turístico.

Actividade económica em aceleração.



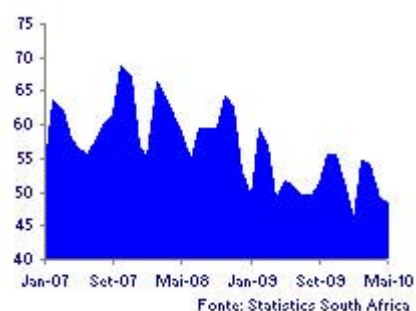
Fonte: Statistics South Africa

PIB - Contributos por sector para as taxas de variação trimestrais, anualizadas.

Indústria	Peso relativo no PIB 1T10 (%)	Contributo para as variações trimestrais anualizadas do PIB a preços constantes (em pontos percentuais)				
		2009				2010
		Q1	Q2	Q3	Q4	Q1
Agricultura, silvicultura e pesca	2.1	-0.1	-0.3	-0.2	-0.2	0.1
Indústria extractiva	5.2	-1.7	0.8	-0.3	0.2	0.8
Manufactura	15.1	-4.4	-1.6	1.1	1.5	1.3
Electricidade e água	2.0	-0.2	0.0	0.1	0.0	0.1
Construção	3.3	0.3	0.3	0.2	0.1	0.1
Comércio por grosso e a retalho, comércio automóvel e alojamento	11.8	-0.3	-0.7	-0.1	-0.1	0.4
Transportes e comunicações	9.1	-0.2	-0.1	0.1	0.2	0.2
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	21.3	-0.5	-0.8	-0.3	0.2	0.5
Serviços Públicos	13.8	0.3	0.4	0.7	1.0	0.4
Serviços pessoais	5.9	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1
Valor acrescentado total	89.7	-6.7	-2.1	1.3	3.1	3.9
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	10.3	-0.7	-0.7	-0.4	0.1	0.7
PIB a preços de mercado	100	-7.4	-2.8	0.9	3.2	4.6

Fonte: Statistics South Africa.

Turismo - Índice de ocupação na Indústria hoteleira (%).



Fonte: Statistics South Africa

## Conjuntura Económica

Por enquanto, ainda é cedo para avaliar os resultados globais da organização do Mundial de futebol. Todavia, para além do impacto imediato sobre o crescimento, o balanço parece ser positivo. Em termos de consequências tangíveis, a melhoria da rede de transportes e infra-estruturas é um exemplo bem claro de benefício para as populações - o sistema de transportes colectivos de Gautrain, que abriu portas em Junho e transportou milhares de pessoas desde o Aeroporto internacional, constitui um bom exemplo. De facto, para além dos benefícios que já proporciona no seu estádio actual, a linha deverá ser prolongada ao longo de Joanesburgo, devendo alcançar Pretória. **Mais importante, porém, serão os aspectos intangíveis caso o país se tenha conseguido reposicionar perante turistas e potenciais investidores internacionais.** Mas certezas quanto a esta questão não chegarão tão cedo.

...INFLAÇÃO SOB CONTROLO...MAS TENDÊNCIA DEVERÁ ALTERAR A MÉDIO PRAZO.

A taxa de inflação tem vindo a decrescer gradualmente desde meados de 2008, quando atingiu um máximo em torno dos 14%. **No passado mês de Junho, a taxa de inflação caiu para um mínimo de mais de três anos, 4.2%**, face a 4.6% observados no mês anterior. Vários factores têm contribuído para esta evolução, designadamente, as quedas dos preços das principais *commodities* nos mercados internacionais, o arrefecimento da procura interna em 2008-2009, assim como a tendência de apreciação da moeda desde finais de 2008: segundo o Boletim Trimestral do Banco Central, **a taxa de câmbio efectiva real do rand aumentou 22.8% nos 12 meses terminados em Março de 2010**, sinalizando uma deterioração da competitividade externa e exercendo um efeito positivo sobre a inflação doméstica, dado que se reduzem os preços dos bens importados (e recordamos que o peso das importações de bens e serviços no PIB é muito expressivo, na ordem dos 59%).

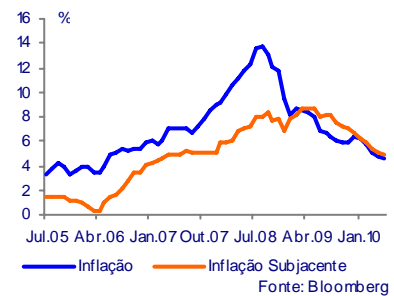
**No curto/médio prazo, a taxa de inflação sul-africana deverá manter-se bem comportada**, dentro da banda objectivo fixada pelo Banco Central: limite entre 3% e 6%. **Todavia, no segundo semestre do ano, a tendência de desaceleração deverá esbater-se** senão mesmo inverter, reflectindo o efeito do anunciado aumento das tarifas de electricidade em 25%, alguma reposição de margem pelos retalhistas e grossistas face a sinais de retoma da procura doméstica e também aumentos salariais generosos em alguns sectores de actividade. A política fiscal relativamente expansionista (não se vislumbram medidas de consolidação pelo lado da despesa pública) deverá também contribuir para uma tendência menos benigna da inflação a médio prazo.

...DESEMPREGO EM ESTABILIZAÇÃO...MAS NUM PATAMAR ELEVADO.

O desemprego permanece como um dos principais problemas na economia e sociedade sul-africana. Apesar de alguns sinais de estabilização recente na sequência da organização do Campeonato Mundial de Futebol, **a taxa de desemprego oficial, divulgada pelo organismo de difusão estatística, situou-se em 25.3% no segundo trimestre de 2010**, praticamente igual ao valor observado nos primeiros três meses do ano. Todavia, o número de desencorajados continua com tendência de subida: no 2T10 atingiu 1 907 milhares de indivíduos, um aumento de 390 mil face ao período homólogo. Incorporando a população desencorajada nas estatísticas de desemprego, a situação apresenta ainda contornos mais graves, aumentando a taxa de desemprego (em sentido lato) para os 33%. Repare-se que o diferencial entre ambas as medidas tem vindo a alargar, facto que por si só representa um sinal de alarme. Acresce ainda referir que **o desemprego afecta de forma desigual os diversos extractos da população**: observa-se que entre a população branca o desemprego é francamente inferior, na casa dos 6.4% no 2T10; por outro lado, o desemprego grassa na camada de população mais jovem, que representa 32% dos desempregados.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) realizou recentemente um primeiro relatório sobre o país (que actualmente foi englobado no conjunto

Inflação mantém tendência de queda.



A queda dos preços dos bens e *commodities* justifica a desaceleração da inflação.



Taxa de desemprego.



O desemprego afecta de forma díspar os diferentes extractos da população.

Entre raças	Desemprego no 2T10
Pretos/Africanos	29.50%
Mestiços	22.50%
Indianos/asiáticos	10.10%
Branços	6.40%
Total	25.30%
Entre idades	Peso no total de desempregados
Entre 15-24 anos	32%

Fonte: Stat South Africa, BPI.

## Conjuntura Económica

de países em observação) dando especial ênfase às questões laborais. Segundo a organização, os **elevados índices de desemprego e as baixas taxas de participação no mercado de trabalho constituem o maior factor de constrangimento ao crescimento económico.** Apenas cerca de 40% dos sul-africanos tem trabalho, valor que contrasta com cerca de 60%-75% na média dos países de rendimento médio/baixo. E, ao contrário de outros países pobres, a África do Sul não tem uma economia informal de relevo, onde os desempregados possam refugiar-se de alguma forma. **De acordo com as estimativas da OCDE, apenas cerca de 15% das empresas funciona na informalidade, que contrasta com 50% no Brasil e 75% na Indonésia.**

**Estima-se que o crescimento económico teria de rondar os 7% durante um período alargado para alterar esta realidade, patamar que não será alcançado tão cedo, de uma forma sustentada.** Entre as recomendações da OCDE ao nível de políticas microeconómicas que contribuíssem para melhorar a situação estão: aumento da poupança e do investimento; liberalização dos mercados de produtos; acesso a crédito mais fácil para pequenos negócios; maior coordenação das negociações salariais; combate ao desemprego nos jovens através de subsídios para jovens funcionários em formação, salário mínimo diferenciado por idade,...etc.

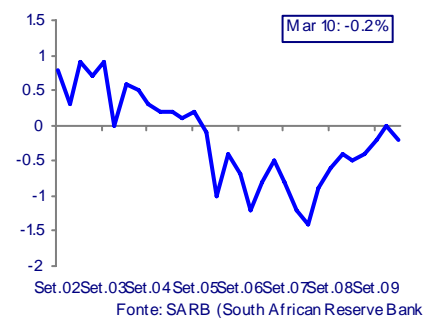
### ...PREVISÕES PARA 2010-2011

**O acentuado ritmo de expansão económica nos primeiros meses do ano (1T10 PIB: +4.6% y/y), aparenta não ser sustentável,** pelo menos em algumas vertentes, com destaque para o consumo privado. De facto, nos primeiros meses do ano alguns segmentos do consumo das famílias registaram uma considerável pujança, tirando partido da melhoria do rendimento disponível (aumentou 15.1% no 1T10, em termos nominais brutos) e também reflectindo a acumulação de intenções de aquisição, adiadas ao longo de 2009. Em concreto, entre Janeiro e Março, a procura por bens duradouros e semi-duradouros (automóveis, bens para entretenimento e recreativos, mobiliário e utensílios domésticos, e vestuário e calçado) aumentou respectivamente 16.8% e 28.4% (este último, o maior ritmo de expansão em 12 anos), segundo o Boletim do Banco Central.

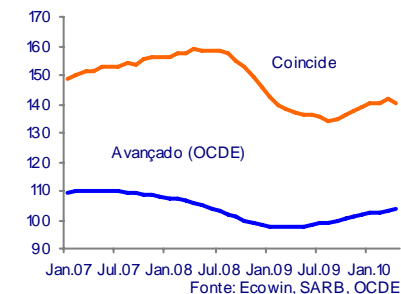
O andamento do segundo trimestre deverá ainda ser pujante, influência também da realização do Campeonato Mundial de futebol; a título de referência, em Maio as vendas a retalho aumentaram 4.6%, o ritmo mais elevado desde inícios de 2007; as vendas de automóveis aumentaram em 15.8% y/y em Julho; e o mercado imobiliário deu mostras de crescimento, em Julho (os preços aumentaram, em termos reais, desde meados de 2007).

Todavia, **nos indicadores prospectivos mais recentes crescem os sinais de moderação, sendo de antecipar um arrefecimento mais evidente ao longo do segundo semestre,** tal como aliás, a generalidade das economias. **Pelo lado do consumidor,** a ausência de melhorias significativas no mercado laboral, a expectativa de uma evolução menos benigna dos preços ao consumidor (recorde-se o anunciado aumento das tarifas de electricidade), os níveis de endividamento elevados (cerca de 78% do Yd) e a expectativa de que as taxas de juro possam começar a inverter a trajectória de descida num horizonte não muito distante, contribuem para arrefecer os ânimos, pois deverão pesar sobre o rendimento disponível: veja-se a correcção em baixa ligeira do índice de confiança do consumidor que, todavia, permanece num patamar confortável. Do mesmo modo, **pelo lado da oferta agregada, o índice PMI global e de expectativas recuam** face aos valores máximos atingidos no passado mês de Fevereiro. Em Junho e Julho, o PMI global recuou mesmo para valores inferiores a 50, fasquia que separa crescimento de contracção da actividade económica. **Para este cenário contribui também a reavaliação das expectativas de andamento da procura global,** com destaque para as principais economias motores do crescimento mundial (EUA, China, Brasil...). A moderação do ritmo de andamento dos preços de algumas *commodities*

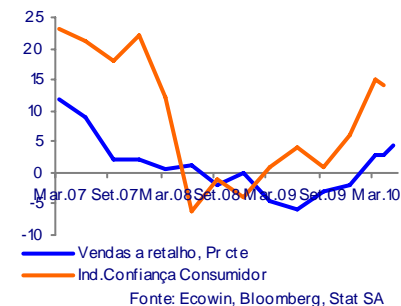
Taxa de poupança das famílias (em % do Yd).



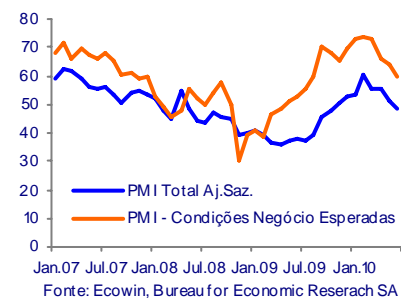
Indicadores económicos compósitos - sinais de estabilização.



Consumidor - sinais positivos mas abrandamento espreita.



Oferta - Em correcção depois do efeito Campeonato Mundial de Futebol.



## Conjuntura Económica

nos mercados internacionais, face à perspectiva de moderação da procura global, terá também influenciado os ânimos. Adicionalmente, a crise de confiança que afectou a União Monetária Europeia, alguns estados soberanos e o euro, teve também reflexos no sector empresarial sul-africano, dados os laços comerciais fortes entre as duas regiões. Deste modo, o indicador de sentimento empresarial calculado pelo Bureau of Economic Research da África do Sul recuou para o nível 30 em Junho face a uma média na última década de 57 e 43 registados no trimestre anterior.

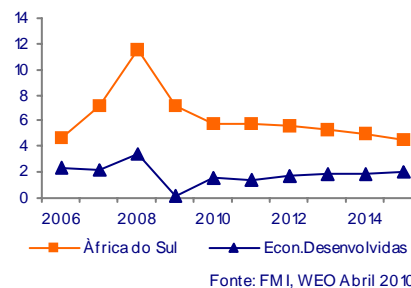
## Previsões para a actividade económica na África do Sul.

	2008	2009	2010	2011
<b>África Subsaariana</b>				
FMI - WEO Update Julho	5.6	2.2	5.0	5.9
<b>África do Sul</b>				
FMI - WEO Abril 2010	3.7	-1.8	2.6	3.6
Economist Intelligence Unit	3.7	-1.8	2.8	3.7
Standard Bank SA	3.7	-1.8	2.9	3.2
OCDE	3.7	-1.8	2.4	3.3
IIF - Institute of International Finance	3.7	-1.8	3.3	4
<b>Média</b>			<b>2.8</b>	<b>3.6</b>

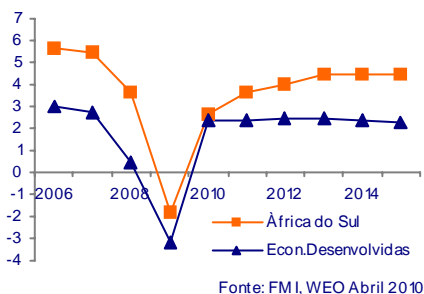
Face a este quadro, a média das previsões dos analistas aponta para que o ritmo de crescimento económico em 2010 se situe entre os 2.4% (OCDE, Abril 2010) e os 3.3% (IIF, Julho 2010). Na verdade, atendendo ao ritmo acentuado de expansão no 1T10 e face aos indícios de que ocorrerá apenas uma moderação do crescimento, parece razoável admitir que se concretizarão as projecções mais optimistas. Cenário cuja probabilidade aumenta face à ausência de perspectivas de acentuado aperto das condições de política económica - quer monetária quer orçamental.

O cenário de médio prazo é relativamente risonho, pois antecipa-se que o país continue a registar índices de crescimento económico acima do grupo dos países desenvolvidos (ver gráficos com cenário de longo prazo pelo FMI). Todavia, **é incerto se tal será suficiente para induzir uma aproximação significativa aos padrões de qualidade de vida mais elevados nos países desenvolvidos.** Segundo o cenário de médio/longo prazo do FMI, a riqueza média, por habitante, admitindo paridade de poderes de compra (PPC), deverá aumentar cerca de 26.7%, em termos cumulativos, desde 2009, o que compara com apenas 20.7% no conjunto das economias desenvolvidas. **Todavia, os pontos de partida são diferentes, pelo que em termos relativos a situação não se alterará significativamente neste horizonte:** em 2009, o PIB per capita (considerando paridade dos poderes de compra) na África do Sul (USD 10 243) era cerca de 28% dos níveis observados no grupo de economias desenvolvidas (USD 35 mil); em 2015, o posicionamento relativo da África do Sul registará apenas uma melhoria ligeira, para 29% (USD 13.4 mil que compara com cerca de USD 45.5 mil).

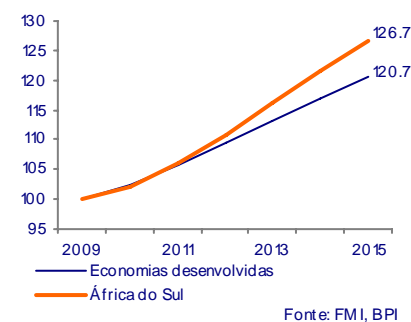
## Inflação - Em desaceleração, mas comparativamente mais elevada na África do Sul.



## Actividade económica - África do Sul destaca-se pela positiva.



## PIB per capita, em PPC, USD Internacionais (2009=100).



Paula Gonçalves Carvalho



## Conjuntura Económica

### SECTOR EXTERNO

O défice externo da África do Sul logrou reduzir-se para cerca de metade durante a crise económica global. Os dois principais contributos provieram da Balança de Bens, que em 2009 apresentou um saldo ligeiramente superavitário, e da Balança de Rendimentos, cujo défice foi substancialmente inferior.

A inversão do saldo da Balança de Bens deveu-se a uma queda mais acentuada das importações relativamente às exportações. A diminuição das importações deveu-se, por um lado, à queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, o que diminuiu a factura energética do país; por outro lado, a contracção da procura interna levou a uma queda do investimento, o que se reflecte em algumas das principais categorias de importações: Máquinas e aplicativos mecânicos e Equipamento de transporte. As exportações, maioritariamente constituídas por *commodities*, dos quais se destaca o ouro, deveram a sua queda a uma diminuição dos preços nos mercados internacionais e ao abrandamento da actividade económica global.

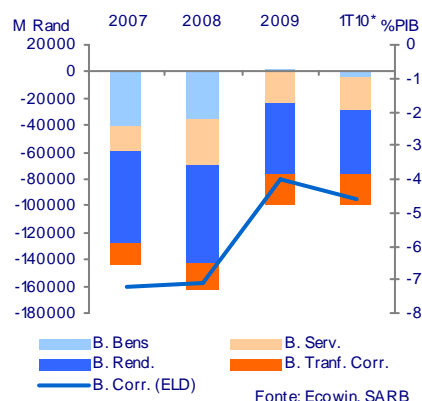
Espera-se que a Balança de Bens retome uma posição deficitária. A actividade doméstica tem vindo a recuperar a um ritmo superior às expectativas, o que deverá fazer aumentar a procura dirigida às importações, quer através do investimento quer através do consumo privado. Mais ainda, o rand, após depreciar em 2008, tem vindo a apreciar-se face aos principais parceiros comerciais. Esta apreciação deverá fortalecer a procura por importações enquanto que o efeito sobre a procura externa será menor pois o preço das mercadorias é formado nos mercados internacionais. Se persistente, esta apreciação poderá causar problemas estruturais, uma vez que poderá dificultar o desenvolvimento do tecido industrial.

Apesar da queda das exportações, no contexto global, o desempenho relativo foi positivo, uma vez que a quota de mercado retomou a sua tendência ascendente e atingiu o seu valor mais alto em 2009. O potencial de crescimento das exportações é elevado. Quando comparado com os seus congéneres africanos, o tecido industrial da África do Sul é relativamente desenvolvido mas ainda incapaz de rivalizar com as economias emergentes asiáticas. O desenvolvimento da indústria e os custos de mão-de-obra inferiores deverão permitir aumentar as exportações direccionadas às economias avançadas. Da mesma forma, o estreitamento das relações comerciais com os parceiros regionais poderá levar a um aumento das exportações pois o estado de desenvolvimento mais avançado deverá conceder uma importante vantagem comparativa.

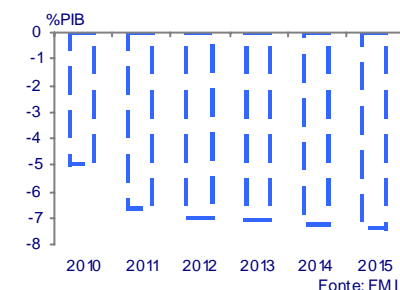
Como referido, assistiu-se a uma diminuição do défice da Balança de Rendimentos. A principal razão foi a diminuição da distribuição de dividendos pelas empresas, reflexo da queda dos resultados. Tal como a Balança de Bens, o saldo da Balança de Rendimentos deverá agravar-se à medida que a actividade económica recupera, reflectindo-se nos resultados das empresas.

Segundo o FMI, o défice da Balança Corrente deverá agravar-se novamente durante os próximos anos. O dinamismo da procura interna continuará a não encontrar resposta na produção nacional, mantendo as necessidades de importações elevadas. Os produtos manufacturados, em particular os bens duradouros, deverão manter-se como a principal razão do agravamento do défice, seguindo-se o aumento das necessidades energéticas, que conduzem a maiores importações de crude e energia eléctrica. O desequilíbrio da Balança de Rendimentos é considerado estrutural e a sua reversão implicaria uma inversão da posição de investimento internacional, algo que não se afigura provável devido às necessidades de financiamento externo.

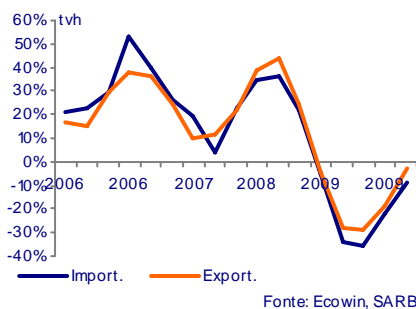
**Défice da Balança Corrente diminui com a crise económica global.**



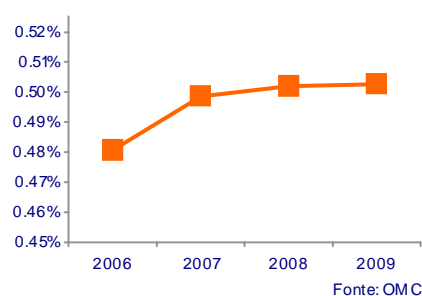
**Défice da Balança Corrente deverá agravar-se novamente.**



**Comércio Internacional decal com a crise e recupera lentamente.**



**Quota de mercado das exportações aumenta em período de crise.**



## Conjuntura Económica

O financiamento do défice da Balança Corrente é efectuado maioritariamente por investimento de carteira. A maior volatilidade associada a estes fluxos, quando comparados com IDE e outros, constitui um risco adicional para a estabilidade macroeconómica sul-africana. Em 2008, o aumento da aversão ao risco nos mercados internacionais levou a uma saída significativa de investimento de carteira, entretanto revertida. O rand depreciou rapidamente permitindo uma melhoria dos termos de troca e a diminuição do défice externo.

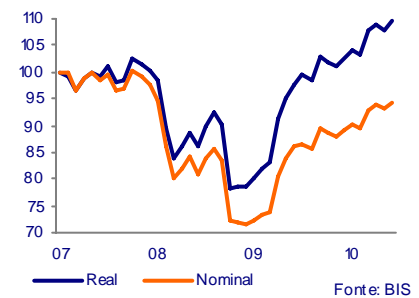
Contudo, o financiamento externo continuará a ser necessário pois as necessidades de infra-estruturas básicas requerem a manutenção de um elevado nível de investimento público que, face à baixa taxa de poupança interna, necessitará de financiamento externo. Esta entrada de fluxos deverá gerar uma saída de rendimentos no futuro agravando ainda mais o défice. É por isso necessário que os investimentos efectuados sejam eficazes na melhoria do potencial de crescimento da economia e da sua competitividade externa, potenciando as exportações futuras e contribuindo para o desagravamento do défice externo.

Apesar das necessidades de financiamento externo serem elevadas, o nível de endividamento externo da África do Sul é ainda reduzido - a dívida externa bruta corresponde a 28% do PIB. A sua tendência ascendente foi interrompida entre o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, período no qual o sector bancário reduziu a sua exposição ao exterior, o que se deveu mais ao comportamento disfuncional dos mercados interbancários do que à redução das necessidades de financiamento do sector. Desde então, o endividamento face ao exterior tem vindo a aumentar mas observam-se algumas alterações na sua estrutura. O sector bancário deixou de ser o principal devedor face ao exterior, sendo suplantado pelas entidades públicas, o que se deveu, por um lado, ao abrandamento da concessão de crédito e, por outro lado, à deterioração das contas públicas ocorrida devido ao esforço orçamental. Nos próximos anos, esta tendência deverá permanecer uma vez que o crédito está a recuperar de forma moderada e prevê-se uma correcção gradual do défice orçamental. De registar, o aumento do investimento directo no país, que representa cerca de 6% da dívida externa. Outros sectores, que correspondem maioritariamente a empresas do sector não financeiro, viram os seus níveis de endividamento diminuir, resultado de uma menor alavancagem do sector.

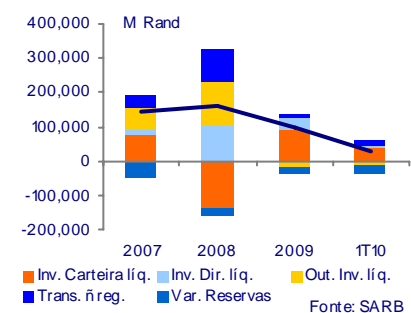
Apesar do agravamento do endividamento público, não deverá existir dificuldade de financiamento. As três principais agências de *rating* atribuem uma notação de crédito soberano dentro da classe de investimento, tendo a Moody's procedido a um *upgrade* em 2009, quando já eram visíveis os efeitos negativos da crise sobre as contas públicas. Tal, demonstra que a prossecução de políticas de estabilidade macroeconómicas ao longo da última década foram capazes de granjear credibilidade junto dos investidores internacionais, que reconhecem capacidade nas autoridades de reequilibrar as contas públicas bem como um elevado potencial de crescimento económico.

A posição de investimento internacional (PII) sul-africana é devedora - cerca de 4% do PIB, no final de 2008. Nesse ano assistiu-se a uma diminuição da posição devedora em consequência da saída significativa de investimento de carteira e diminuição do passivo relativo ao IDE, reflexo da diminuição do valor das participações, uma vez que os fluxos de IDE foram positivos. O aumento dos activos também contribuiu para a diminuição da posição devedora, tendo sido o aumento das reservas cambiais o principal factor explicativo. É expectável que PII sul-africana se venha a agravar. Os fluxos de investimento de carteira e de IDE mantêm-se positivos e as responsabilidades do sector bancário perante o exterior exibem um forte crescimento, o qual se deverá manter devido à forte dinâmica da procura interna.

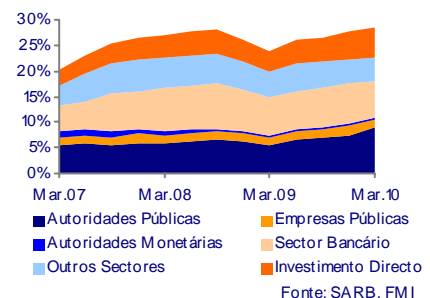
Evolução da taxa de câmbio efectiva (2007=100).



Financiamento da Balança Corrente.



Dívida externa em % do PIB.



## Conjuntura Económica

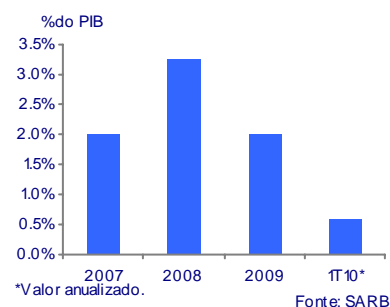
### Posição de Investimento Internacional.

	2006	2007	2008		2006	2007	2008
<b>Activos</b>	1,291,605	1,483,048	1,712,065	<b>Passivos</b>	1,577,868	1,948,727	1,811,274
Inv. Dir. AS no ext.	354,254	448,629	463,143	Inv. Dir. ext. na AS	611,722	751,925	632,619
Inv. Cart.	492,341	518,835	601,827	Inv. Cart.	716,168	907,182	797,143
Outro Inv.	445,010	515,584	647,095	Outro Inv.	249,978	289,620	381,512
Aut. Mon.	197,984	244,444	343,845	Aut. Mon.	41,368	37,797	36,416
Aut. Púb.	14,704	14,664	16,663	Aut. Púb.	29,317	25,083	31,851
Emp. Púb.	5,490	8,482	9,563	Emp. Púb.	16,009	16,671	22,536
Sect. Banc.	183,981	202,290	225,421	Sect. Banc.	91,515	131,819	199,549
Sect. Priv. Ñ Banc.	42,851	45,704	51,603	Sect. Priv. Ñ Banc.	71,769	78,250	91,160
			PII		-286,263	-465,679	-99,209
			PII (% do PIB)		-16.2%	-23.1%	-4.3%

Fonte: SARB.

O IDE desempenha um papel importante no desenvolvimento das economias emergentes. Por um lado, permite acelerar o processo de crescimento pois possibilita a realização de projectos de investimento que não encontram financiamento interno e, por outro lado, o IDE promove a transferência de tecnologia e capacidade empresarial entre países bem como o estreitamento dos laços comerciais entre os mesmos. Assim, é benéfico que se continue a assistir a um aumento do IDE, muito embora a actual crise tenha tido um efeito negativo. Para tal, é necessário assistir-se a uma contínua melhoria do ambiente de negócios, o que implica um melhor funcionamento do sistema de justiça e das entidades públicas bem como uma diminuição da criminalidade, entre outros factores.

### IDE líquido ressent-se com a crise.



## Sector Financeiro

O sector financeiro sul-africano é o mais desenvolvido da África subsariana, reflectindo-se num peso de cerca de 20% do VAB do sector no total da economia. As instituições bancárias e reguladoras são sólidas e o mercado de capitais encontra-se bem estabelecido, verificando-se uma actividade significativa nos produtos derivados, na titularização e no mercado de *hedge funds*.

Este desenvolvimento reflecte-se nos indicadores do sistema financeiro. A capitalização do mercado bolsista é cerca de 2,5 vezes superior ao PIB e os activos bancários correspondem a 125% do PIB. O crédito ao sector privado também se encontra num nível elevado (cerca de 4/5 do PIB e a quase totalidade do crédito concedido), o que indica que o acesso ao crédito é menos restritivo do que nos restantes países da região (o país ocupa o segundo lugar a nível mundial na componente de acesso ao crédito do *ranking Doing Business* do Banco Mundial).

## Indicadores de desenvolvimento do sistema financeiro.

	2009 Dez	2010 Jun
<b>Dimensão do mercado de capitais</b>		
Capitalização de mercado/PIB	246.3	234.0
<b>Monetização</b>		
Activos Bancários/PIB	123.0	125.5
Depósitos/PIB	90.6	92.0
M3/PIB	80.9	81.3
<b>Intermediação</b>		
Crédito ao sector privado/PIB	82.2	82.8
Crédito ao sector privado/Crédito total	95.8	97.0
Crédito ao sector privado/Depósitos	90.7	90.0

Fonte: SARB, SSA e JSE.

## CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

O sistema financeiro sul-africano é globalmente sólido. O rácio de capital sobre o activo ponderado pelo risco era de 11%, em Junho de 2009, e apresenta uma tendência ascendente, um sinal positivo perante a crise financeira global e a deterioração da qualidade dos activos. A evolução do crédito mal parado mostra que a deterioração da actividade económica teve um forte impacto na carteira de crédito do sistema bancário. Entre o final de 2007 e Dezembro de 2009, o rácio de incumprimento aumentou 4.5pp para 5.9%, o que se reflectiu numa menor rentabilidade do capital próprio do sector, que no entanto se manteve num nível elevado.

Em termos de liquidez, o sistema bancário tem observado uma tendência crescente dos activos líquidos em relação aos activos totais bem como um decréscimo dos depósitos de curto prazo no total. Estas duas tendências conferem maior liquidez ao sistema uma vez que é possível liquidar os activos com maior facilidade e os depósitos de longo prazo são mais dificilmente movimentados, uma vez que existe perda de remuneração por movimentação antecipada.

## Indicadores de robustez do sistema financeiro.

	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Adequação do capital <sup>(1)</sup></b>					
Ratio Tier 1 - Capital/Activo ponderado pelo risco	9.7	9.0	9.5	10.2	11.0
<b>Qualidade de activos</b>					
NPL/Empréstimos totais <sup>(2)</sup>	1.5	1.1	1.4	3.9	5.9
Crédito imobiliário/Crédito doméstico ao sector privado	50.0	50.9	52.0	51.7	53.8
<b>Rentabilidade</b>					
Rentabilidade do activo (ROA)	1.2	1.4	1.4	2.1	0.9
Rentabilidade do capital próprio (ROE)	15.2	18.3	18.1	28.7	15.8
<b>Liquidez</b>					
Activos líquidos/Activos totais	4.8	4.6	4.6	4.7	6.4
Peso dos depósitos de curto prazo nos depósitos totais	43.5	42.8	42.4	36.4	35.0
<b>Exposição ao risco cambial</b>					
Operações abertas/Capital	1.9	1.4	0.7	0.1	0.7
Empréstimos em ME/ Empréstimos Totais	11.1	11.4	9.3	7.7	6.9
Depósitos em ME/ Depósitos Totais	2.7	3.3	3.0	3.6	3.6
Passivos em ME/ Passivos Totais	4.2	5.3	6.0	6.2	6.3

Fonte: SARB, FMI "South Africa: 2009 Article IV Consultation—Staff Report", Set 09

Notas: <sup>(1)</sup> - Carteira do banco e livro de trading; <sup>(2)</sup> - A definição de NPL's engloba crédito de cobrança duvidosa, em incumprimento há mais de 180 dias.

A exposição ao risco cambial é também reduzida. Paulatinamente, os empréstimos em moeda estrangeira têm vindo a diminuir a sua importância, correspondendo a 6.9% do total, em Junho de 2009, enquanto que os depósitos evidenciam uma evolução inversa mas detêm um peso reduzido no total (3.6%), não sendo despiendo o efeito da desvalorização do rand face às principais moedas entre o último trimestre de 2008 e os primeiros meses de 2009. As responsabilidades bancárias em moeda estrangeira no seu todo representam apenas 6.3% das suas responsabilidades, o que diminui a sua vulnerabilidade a oscilações no mercado cambial.

## Sector Financeiro

## ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

O endividamento das famílias em relação ao seu rendimento disponível tem vindo a diminuir de forma intermitente após ter atingido um máximo histórico no terceiro trimestre de 2008. Desde então, assistiu-se a uma queda de 5pp no rácio de endividamento, para 78.4% no primeiro trimestre de 2010. Esta diminuição do nível de endividamento deveu-se a um crescimento do rendimento disponível superior ao crescimento do crédito, o qual sofreu um forte abrandamento.

A taxa de esforço (custos de financiamento da dívida em % do rendimento disponível) também caiu significativamente devido ao efeito conjugado da diminuição das taxas de juro e do forte abrandamento do preço das habitações. Esta queda da taxa de esforço terá permitido uma maior poupança das famílias, que no contexto de abrandamento da actividade económica exhibe uma maior predilecção por poupança ao invés de consumo.

Os preços das habitações sofreram um forte abrandamento do ritmo de crescimento, tendo mesmo observado uma queda em termos homólogos durante o primeiro semestre de 2009, algo que não se verificava desde 1987, período de grande turbulência política interna. O retorno a uma variação positiva é benéfico pois os efeitos negativos decorrentes de uma queda dos preços imobiliários (diminuição da riqueza das famílias e deterioração da qualidade do crédito) poderiam retardar a recuperação da actividade económica.

## ANÁLISE DO CRÉDITO CONCEDIDO PELO SISTEMA BANCÁRIO

A tendência de abrandamento do crédito, observada desde finais de 2006, acentuou-se, atingindo uma variação negativa em termos homólogos pela primeira vez desde o início dos registos em 1990. Esta evolução do crédito foi uma das principais causas do abrandamento da actividade económica, que redundou na primeira queda anual do PIB desde 1992. É de esperar que face à recuperação da actividade económica e maior estabilidade do sistema financeiro global, se assista a uma recuperação no crescimento do crédito.

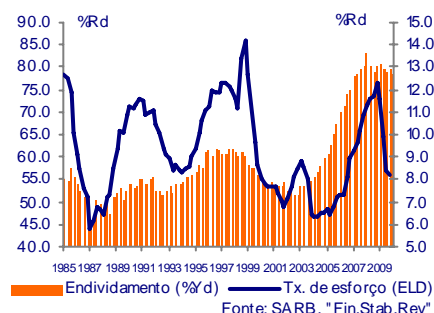
A distribuição sectorial do crédito mostra que cerca de 40% do financiamento ao sector privado se destina a particulares, seguindo-se as actividades de intermediação financeira e seguros. Os restantes sectores permanecem distantes, sendo os mais representativos os serviços prestados às empresas, as actividades imobiliárias e os serviços comunitários, sociais e pessoais.

## Crédito por finalidades.

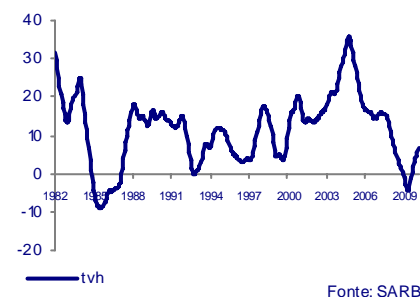
	Investimento	Desconto de letras	Vendas a crédito	Financ. p/leasing	Crédito à habitação	Outros emprést.	Total	Particulares
<b>Peso no créd. Interno total</b>								
1994	3.7%	2.6%	10.5%	6.5%	42.8%	33.9%	100.0%	60.3%
2004	7.1%	0.7%	11.5%	4.6%	42.6%	33.6%	100.0%	49.0%
Jan-Mar 2010	5.6%	0.2%	10.2%	1.7%	50.9%	31.4%	100.0%	52.6%
<b>Cresc. médio anual</b>								
1994	46.1%	-25.2%	23.7%	6.7%	16.9%	11.3%	13.7%	-
2004	-26.4%	-9.7%	18.2%	19.0%	18.9%	2.6%	8.0%	17.7%
2005	20.5%	-12.6%	20.5%	13.2%	26.7%	14.3%	20.4%	21.6%
2006	22.8%	-6.8%	16.8%	20.4%	29.9%	20.3%	24.2%	28.5%
2007	-2.6%	6.0%	14.9%	13.0%	27.0%	29.8%	23.8%	21.9%
2008	4.9%	12.4%	22.0%	-15.2%	19.2%	24.4%	19.0%	20.5%
2009	30.0%	0.5%	3.4%	-22.0%	7.7%	-0.5%	4.6%	4.8%
Jan-Mar 2010	-1.0%	-30.4%	-0.9%	-25.7%	3.8%	-4.9%	-0.6%	3.3%

Fonte: SARB.

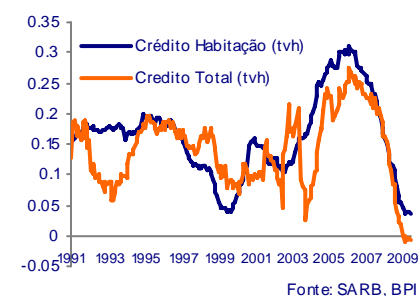
O nível de endividamento inverte tendência ascendente e diminuição da taxa de esforço constitui alívio sobre o rendimento disponível.



Preço das habitações cai pela primeira vez em duas décadas, recuperando recentemente.



Crédito regista variação negativa pela primeira vez.



Distribuição sectorial do crédito a empresas (%).

	Dez-09
Agricultura, caça, silvicultura e pesca	2.7
Indústrias extractivas	5.3
Manufatura	6.1
Electricidade, gás e água	1.2
Construção	2.2
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	6.4
Transportes, armazenagem e comunicações	4.8
Intermediação financeira e seguros	37.5
Actividades imobiliárias	9.1
Serviços prestados às empresas	7.7
Serviços comunitários, sociais e pessoais	8.0
Outros	9.3

Fonte: SARB.

## Sector Financeiro

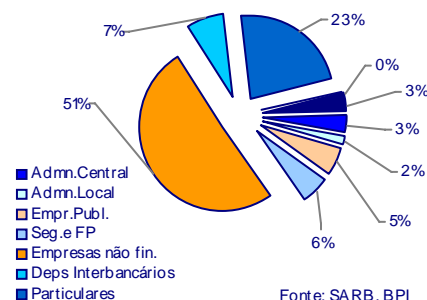
A partição do crédito por finalidades mostra que o financiamento para compra de habitação tem um peso superior a 50% no crédito concedido. Para além desta finalidade, as vendas a crédito e outros empréstimos também possuem um peso significativo.

## ANÁLISE DOS DEPÓSITOS DO SISTEMA BANCÁRIO

Os depósitos no sistema bancário são maioritariamente realizados por empresas não financeiras (cerca de metade do total). Na base desta distribuição encontra-se, por um lado, as restrições ainda existentes à circulação de capitais e, por outro lado, o acesso ainda reduzido de grande parte da população aos serviços bancários. Os particulares, com 23% dos depósitos, são os segundos maiores detentores de depósitos. As entidades públicas, segmento que engloba a Administração Central, a Administração Local e as empresas públicas detêm cerca de 10% dos depósitos do sistema.

Os depósitos acentuaram a tendência de abrandamento, observada desde meados de 2008, tendo registado taxas de variação homólogas negativas. Esta evolução é resultado da contracção da actividade económica; deverá assistir-se a nova aceleração dos depósitos com a retoma da actividade e a entrada de capitais no país.

As empresas não financeiras mantêm-se como as principais detentoras de depósitos no sistema.

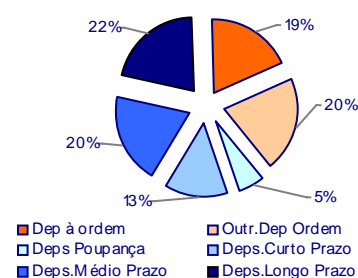


## Depósitos em Instituições Bancárias - por entidade: Empresas não financeiras mantêm peso dominante.

	Governo Central	Administ. Local	Emp. públicas	Segura. e fundos de pensões	Outras emp.	Deps Interbancários	Partic.	Outras Instit. Monet.	Deps totais de residentes	Deps totais de não resid.	Depósitos Totais
<b>Taxas de variação anuais médias</b>											
1991-95	115%	27%	44%	29%	18%	-1%	12%	-	15%	6%	15%
1995-2000	-1%	17%	39%	20%	29%	26%	8%	-	17%	67%	18%
2000-2005	57%	24%	30%	16%	32%	8%	14%	-	24%	-1%	22%
2008	-7%	28%	81%	32%	95%	80%	57%	-	73%	160%	75%
2009	-14%	-19%	-15%	7%	4%	10%	3%	-30%	2%	-29%	0%
2010 (Mar)	21%	-9%	-15%	18%	3%	-11%	1%	-8%	1%	-23%	0%
<b>Pesos por tipo de depósito</b>											
1991	1.6%	1.5%	1.8%	5.2%	26.3%	13.1%	46.4%	-	96.1%	3.9%	100.0%
Mar-10	3.1%	1.5%	5.2%	5.5%	50.7%	7.3%	23.1%	0.3%	96.7%	3.3%	100.0%

Fonte: SARB, BPI.

Depósitos à ordem perfazem perto de 40%, mantendo-se o restante em depósitos a prazo ou de investimento.

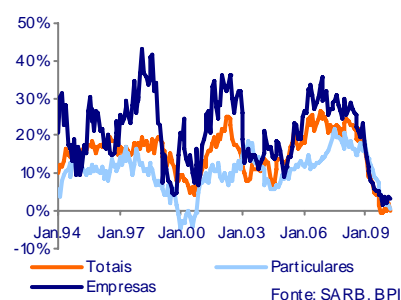


## Depósitos em Instituições Bancárias - Após o atípico ano de 2009, espera-se que os depósitos acelerem paulatinamente.

	Depósitos à ordem	Outros depósitos à ordem	Depósitos de poupança	Depósitos de curto prazo	Depósitos de médio prazo	Depósitos de longo prazo	Depósitos totais	Dos quais: depósitos em moeda estrangeira
<b>Taxas de variação anuais médias</b>								
1991-95	37%	14%	7%	14%	9%	11%	15%	99%
1995-2000	22%	38%	7%	24%	9%	12%	19%	201%
2000-2005	22%	14%	16%	19%	25%	31%	21%	6%
2008	36%	64%	95%	106%	57%	149%	75%	137%
2009	-3%	8%	6%	-23%	14%	3%	0%	-28%
2010 (Mar)	5%	7%	1%	-23%	-1%	11%	0%	-31%
<b>Pesos por tipo de depósito</b>								
1991	14.1%	16.7%	9.7%	13.9%	30.3%	15.3%	100.0%	0.2%
Mar-10	19.0%	20.3%	5.2%	13.5%	20.3%	21.8%	100.0%	2.5%

Fonte: SARB, BPI.

Depósitos estagnam no final de 2009.



## Políticas Económicas

### O RUMO RECENTE DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS ECONÓMICAS

#### POLÍTICA FISCAL: FORTE CONSOLIDAÇÃO NA ÚLTIMA DÉCADA POSTA À PROVA COM RECESSÃO DE 2008/2009

Nas últimas décadas, as autoridades sul-africanas desenvolveram um esforço de consolidação das contas públicas, que se traduziu na melhoria acentuada do saldo orçamental - passou de um défice de 7% do PIB no início da década de 90, para superávites em 2006 e 2007. Tal foi possível devido à aceleração da actividade económica, associada a um esforço de promoção da eficiência da colecta fiscal. Em 2008 e 2009, o compromisso em manter a política de fortes investimentos na área de infra-estruturas, numa altura de acentuada quebra da actividade económica, culminaram num regresso do saldo orçamental a um patamar negativo.

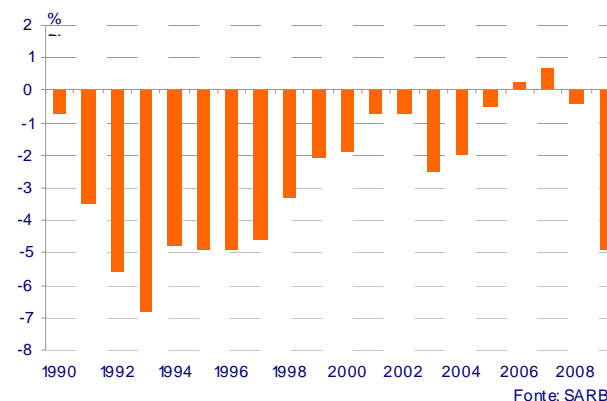
A consolidação da política fiscal nos últimos anos reflectiu-se também na redução do peso da dívida pública no PIB, que caiu de níveis perto de 50% na primeira metade da década de 90 para níveis inferiores a 30% nos anos mais recentemente.

O ano de 2009 foi marcado por uma contracção acentuada da actividade económica, que colocou à prova a resiliência da consolidação orçamental atingida nos últimos anos, muito à custa do lado da receita. De facto, a economia contraiu-se a partir do último trimestre de 2008, e durante três trimestres consecutivos, com implicações no mercado de emprego. Tal resultou numa redução acentuada da despesa das famílias e das importações, o que levou a uma queda da receita fiscal. Simultaneamente, a política fiscal foi um dos principais instrumentos de estímulo à actividade económica, particularmente via um aumento da despesa com estímulos ao consumo e ao investimento. A combinação destes efeitos culminou em situações de défice orçamental.

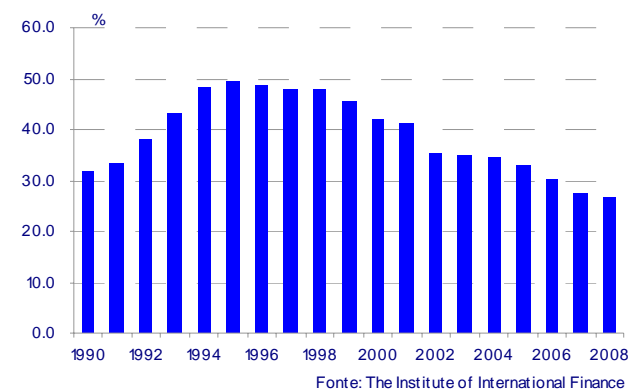
Os dados económicos relativamente a 2010 permitem encarar o futuro com relativo optimismo. Ainda assim, face ao esforço feito no ano anterior, o orçamento de estado para 2010/2011 apresentado em Fevereiro exigiu ao governo um forte esforço para conciliar a consolidação da posição orçamental, sem comprometer o cenário de recuperação da economia, e ao mesmo tempo satisfazer as exigências sociais e políticas. As prioridades incluem o investimento em infra-estruturas, a aceleração do desenvolvimento rural, e a melhoria da qualidade dos sistemas de educação e saúde. Neste contexto, as estimativas para o saldo orçamental são pouco favoráveis, devendo manter-se uma situação deficitária nos próximos anos, de acordo com os dados do OGE.

O orçamento em vigor para 2010/2011 não prevê alterações significativas ao nível das principais taxas de imposto. A taxa de imposto sobre as pessoas singulares manteve-se inalterada, com a mais elevada em 40%; o imposto sobre as sociedades também se manteve em 28%; a taxa de imposto sobre o valor acrescentado manteve-se em 14%. O total de receita fiscal previsto para 2010/2011, reflectindo o aumento da actividade económica, deverá aumentar 9.2% em termos nominais, aquém dos níveis pré-recessão.

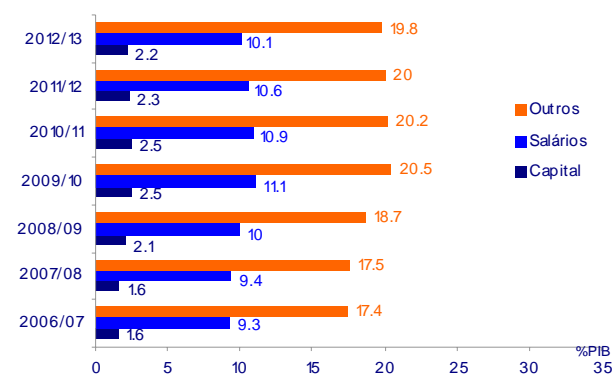
Saldo orçamental (% PIB).



Dívida Pública (% PIB).



Composição da despesa pública (% PIB).



Rating de dívida soberana em moeda estrangeira.

	Notação	Outlook	Data da última alteração
Moody's	A3	Estável	07/16/2009
S&P	BBB+	*	08/01/2005
Fitch	BBB+	*	08/25/2005

De facto, as perspectivas são que a recuperação da actividade económica e o maior grau de propensão ao consumo permita uma recuperação das receitas fiscais. Mas é de esperar que este seja um processo moderado do lado do consumidor, o que significa que, particularmente o IVA irá ter uma evolução bastante moderada. Da mesma forma o imposto das empresas irá melhorar lentamente. No entanto, estão previstas algumas medidas que irão contribuir a carga fiscal sobre as famílias. Em termos de despesas, as prioridades estão delineadas até 2013. Está previsto um aumento de 9.8%, em termos nominais, da despesa em 2010/11 (excluindo despesa com pagamento de juros de dívida). Deve ser dada particular atenção à evolução dos salários, que no último ano foram responsáveis para o maior aumento do lado da despesa.

As necessidades de financiamento líquidas para o período 2010/2011 estão estimadas em 11.1% do PIB, o correspondente a ZAR 174.9 mil milhões. Prevê-se que a maior parte do financiamento destas necessidades seja obtido em termos domésticos, nomeadamente através da emissão de dívida pública em moeda local. Não só através da reabertura de emissões já existentes, mas também com a introdução de novos títulos, nomeadamente indexados à inflação. Prevê-se ainda que as necessidades de financiamento vão diminuindo progressivamente, embora se mantenham em níveis elevados em termos históricos nos próximos anos.

Face a esta evolução provável do lado da receita e da despesa, o saldo orçamental deverá manter-se negativo em 2010 e 2011. De acordo com os dados do governo, o défice deverá cair lentamente, de 5.0% em 2011 para 4.1% no ano seguinte, à medida que as receitas vão aumentando gradualmente e as despesas vão caindo relativamente ao PIB. Porém, na eventualidade de um cenário de crescimento económico mais rápido, a situação superavitária poderá ser atingida mais rapidamente do que o suposto pelo governo. Assim, apesar de no momento de recessão económica o défice ter aumentado, deve ser visto o processo de consolidação da última década, que permitiu que houvesse espaço do lado da política fiscal para fazer face ao impacto negativo dessa situação e ajudar a promover o regresso ao crescimento económico. De facto, esta apreciação positiva valeu à África do Sul uma revisão em alta da notação de *rating* da dívida soberana por parte da Moody's, em meados de 2009.

#### RATING DE INVESTIMENTO E UPGRADE DA MOODY'S

O esforço de consolidação orçamental dos últimos anos e a resiliência à crise reflecte-se positivamente na classificação atribuída pela generalidade das agências internacionais de avaliação de risco, atribuindo-lhe notações dentro da classe de investimento. Com base numa avaliação favorável da política económica, da utilização de critérios prudenciais no que se refere à política orçamental e a avaliação favorável do sistema bancário, as agências de *rating* atribuem a classificação de A3/BBB+/BBB+ à dívida de longo prazo em moeda estrangeira (Moody's, S&P e Fitch, respectivamente).

Em Julho de 2009, apesar da degradação do saldo orçamental, a Moody's procedeu à revisão em alta da notação de *rating* da África

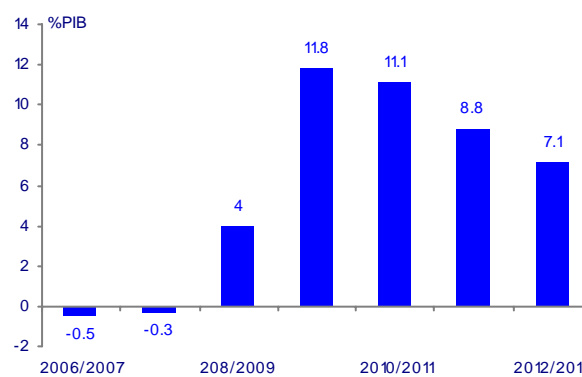
do Sul, colocando-a acima das respectivas classificações por parte das restantes agências internacionais. A Moody's justifica esta decisão com o facto de a dívida pública se encontrar em níveis relativamente baixos e os compromissos com a dívida serem relativamente moderados; a liquidez externa ser adequada e o sistema bancário ter-se revelado sólido. A Moody's premiou uma política económica que se tem revelado sustentável ao longo da última década, e as perspectivas favoráveis para o furo próximo justificam o *Outlook* estável. Porém, existem factores de risco, designadamente pelo facto de no último ano as autoridades sul-africanas terem procedido a políticas fortemente expansionistas, ao nível fiscal, de forma a evitar uma forte contracção da actividade económica. Em 2010, o cenário provável de expansão moderada da actividade económica, poderá tornar mais difícil a gestão equilibrada das contas públicas. De facto, a recuperação do lado da receita não será suficiente para compensar a pressão do lado da despesa, numa altura em que aumentam as expectativas da população relativamente a um conjunto de reformas sociais que serviram de bandeira eleitoral. Assim, a Moody's elege como

#### Orçamento de Estado 2010/2011.

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
ZAR 10 <sup>6</sup>				
Receitas	657,552	738,404	827,742	922,278
das quais Impostos	590,425	647,850	721,477	818,298
Despesas	835,324	906,964	977,361	1,058,622
Correntes	480,408	527,892	580,140	623,715
das quais serviço dívida	57,600	71,358	88,463	104,022
Transferências e subsídios	268,580	284,016	315,049	337,335
Activos de capital	53,530	68,163	69,418	73,567
Activos financeiros	32,806	20,893	754	5
Reserva de contingência	-	6,000	12,000	24,000
Saldo orçamental	-177,772	-168,560	-149,619	-136,344
% PIB				
Receitas	26.8	27.3	27.9	28.0
Despesas	34.1	33.6	32.9	32.1
Saldo orçamental	-7.3	-6.3	-5.0	-4.1

Fonte: Orçamento Geral Estado 2010/2011.

#### Necessidades de financiamento (%PIB).



Fonte: Department of Finance, State Budget 2010/2011

## Políticas Económicas

principal risco de um *downgrade* uma potencial deterioração agressiva das contas fiscais que comprometa a sustentabilidade da gestão da dívida a médio prazo. Em contrapartida, uma avaliação mais positiva da qualidade da dívida soberana poderá decorrer de um maior nível de poupança doméstica e taxas de investimento, bem como de um cenário de forte crescimento económico ou sinais claros de continuação de políticas económicas sustentáveis.

O prémio de risco da dívida soberana em moeda estrangeira situa-se actualmente em torno de 200 pontos base. No auge da crise financeira internacional e num ambiente de maior penalização dos mercados emergentes, o prémio de risco avaliado pelo índice EMBI da JP Morgan atingiu um patamar superior aos 600 pontos base. Desde então, tem sido possível observar uma recuperação para patamares mais baixos, ainda assim mantendo-se acima dos observados até 2008. De facto, a dívida soberana sul-africana encontra-se neste momento em patamares comparáveis aos de países emergentes com menor nível de *rating*, como é o caso do Brasil, o que poderá reflectir algum receio do mercado relativamente às perspectivas de evolução da economia a médio prazo, ainda que a situação orçamental pareça estar controlada no curto prazo.

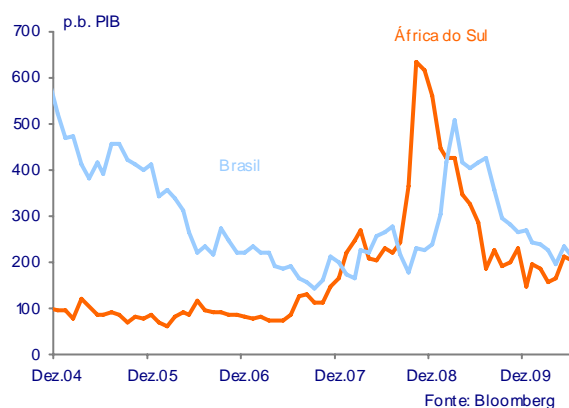
### POLÍTICA MONETÁRIA EXPANSIONISTA SUPORTOU RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

A política monetária da África do Sul é conduzida pelo South African Reserve Bank (SARB), autónomo e independente, que desde 2002 se encontra empenhado no objectivo de promover a estabilidade de preços na economia. Em 2000 foi estabelecido um intervalo objectivo para a inflação, avaliado pelo CPIX (Índice de Preços no Consumidor excluindo taxas de juro dos empréstimos à habitação), entre 3% e 6%, a ser atingido e mantido a partir de 2002. Em Fevereiro de 2009 o CPIX foi substituído pelo CPI como referência para o banco central. É da exclusiva competência do SARB a prossecução das medidas que achar convenientes para que o objectivo seja atingido, ainda que a responsabilidade de definição do intervalo-objectivo seja partilhada com o Ministério das Finanças. Nos últimos anos, o sucesso do SARB na estabilização dos preços na economia valeu-lhe uma maior credibilidade entre os agentes económicos, permitindo criar um ambiente de confiança e apoio às políticas definidas e seguidas pela autoridade monetária.

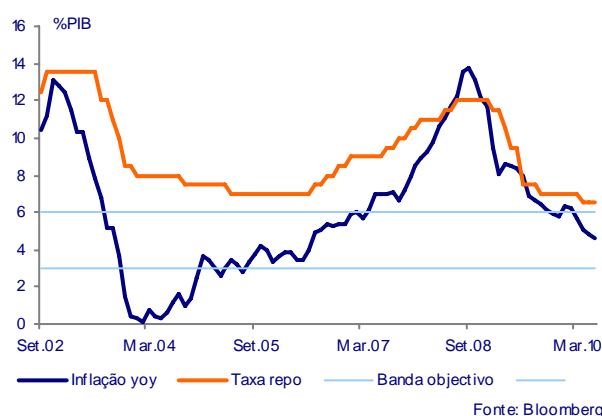
A taxa *repo*, actualmente em 6.5%, é o principal instrumento de gestão da política monetária. O SARB elegeu o sistema de refinanciamento do banco como principal instrumento utilizado na prossecução da política monetária. A constituição de reservas obrigatórias (2.5% do total das suas obrigações) e diversas operações de mercado aberto permitem ao SARB gerir a necessidade de liquidez no mercado monetário, a qual é refinanciada pelo banco à taxa de recompra (taxa *repo*). As principais operações de mercado aberto utilizadas pelo banco incluem leilões semanais de depósitos junto do banco, em que o montante é fixo e é licitada a taxa; operações de refinanciamento reversíveis de longo prazo, em que o banco vende obrigações com acordo de recompra; transacções de swaps de moeda estrangeira, destinadas a remover excessos de liquidez temporária de rands do mercado. Perante uma eventual necessidade significativa de liquidez no mercado, o banco realiza os leilões principais de refinanciamento, que possuem uma periodicidade semanal, e em que cede liquidez em troca de obrigações sendo remunerado à taxa *repo*. A taxa *repo* influencia, assim, as taxas de juro praticadas pelos bancos sendo o principal instrumento de política monetária.

No período entre Setembro de 2003 e Abril de 2007, o CPIX permaneceu dentro do intervalo-objectivo. Porém em 2008, o auge da crise financeira internacional traduziu-se num agravamento dos preços dos bens importados, via escalada de preços alimentares e energéticos nos mercados internacionais e penalização da moeda numa altura em que o grau de aversão ao risco aumentou de forma significativa. Nessa altura, a inflação medida pelo CPIX atingiu um pico de 13.8% (Agosto de 2008), que coincide com o preço do barril de petróleo ter atingido os 147 USD, o seu máximo histórico. Nessa altura, o SARB reagiu com uma política monetária restritiva, que incluiu uma subida agressiva da taxa *repo* de 7% para 12%.

Spread da dívida pública em USD.



Inflação yoy e taxa repo.



## Políticas Económicas

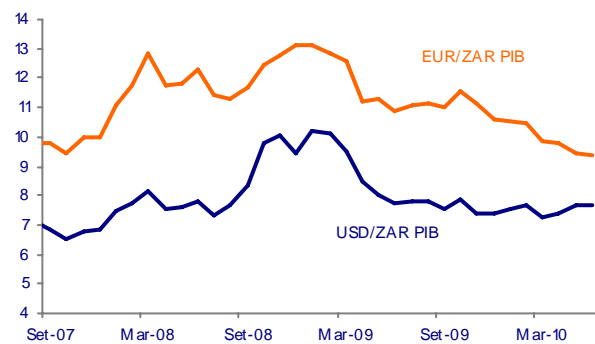
Ao longo de 2009, o índice de preços no consumidor retomou a trajectória descendente, consentânea com uma política monetária mais expansionista por parte do SARB, numa altura em que a debilidade da actividade económica podia beneficiar de estímulos do lado da política orçamental. Desde Dezembro de 2008, a taxa repo caiu até 6.5% (em Março), situando-se no patamar mais baixo dos últimos 30 anos. Face aos sinais de recuperação da actividade económica, o ciclo de queda de taxas de juro deverá estar encerrado. Por outro lado, a incerteza relativamente ao comportamento da inflação poderá condicionar o momento da inversão do ciclo de taxas de juro.

Nos últimos meses, alguns factores (domésticos e externos) têm contribuído para uma maior moderação das expectativas inflacionistas e permitem antecipar uma evolução moderada da inflação e o adiamento de um ciclo de subida de taxas de juro. Nomeadamente, em termos domésticos, há a assinalar que a actividade económica recupera a um ritmo lento, assente numa procura doméstica que se expande a um ritmo moderado, sendo que o crédito avança de forma muito contida. O aumento do desemprego e o elevado nível de endividamento não permitem uma recuperação mais rápida do consumo privado; do lado da oferta, há a assinalar que persiste um excesso de capacidade instalada; finalmente, refira-se que a evolução dos preços administrativos (com um peso aproximado de 15% no índice) foi clarificada, designadamente o plano de subida da tarifa eléctrica (definido administrativamente pelo Regulador Eléctrico Nacional), que limita a subida de preço a 25% por ano. Em termos externos, há a assinalar o fortalecimento do rand e a baixa inflação ao nível global que também contribuem para a contenção das pressões inflacionistas. Por último, refira-se que a nova série do CPI utilizada para medição do objectivo específico pelo SARB será, por força da mudança de base e da mudança dos pesos relativos das suas componentes, responsável por grande parte da queda da inflação. Desta forma, a expectativa é que a inflação se mantenha dentro da banda, embora encostada ao intervalo superior. Contudo surgem sinais de pressões inflacionistas que sugerem alguma cautela na avaliação. Designadamente, a subida dos preços no produtor sugerem pressões nos preços finais nos próximos meses. E isto deve-se a uma subida dos preços das *commodities* nos mercados internacionais e a um efeito de base, já que compara com preços muito baixos no ano anterior. As pressões de subida dos preços, à medida que o consumidor toma fôlego, também adivinham uma subida da inflação. O contexto de baixa inflação ao nível internacional, a recuperação do valor do rand face às principais moedas internacionais e a contenção dos custos de produção, permitiram conter as pressões inflacionistas no primeiro trimestre do ano.

## CÂMBIO RECUPERA PARA VALORES PRÉ-CRISE

Em termos de política cambial, o SARB tem um sistema de câmbio flexível, não havendo qualquer objectivo em termos de taxa de câmbio. Porém, a autoridade monetária privilegia a estabilidade da moeda, ainda que não defina um valor objectivo para a cotação do rand em termos internacionais. Ao longo de 2009, o rand apresentou um percurso de forte valorização face ao dólar e face ao euro, recuperando para valores registados antes da crise. Desde meados de 2009, que a cotação USD/ZAR tem apresentado um desempenho numa banda compreendida entre 7.2 e 8.2, tendo regressado a patamares pré-crise de 2008, altura em que as moedas dos mercados emergentes foram penalizadas pelo ambiente de maior aversão ao risco. Da mesma forma, face ao euro, verifica-se uma apreciação da moeda sul-africana ao longo do último ano, tendo atingido um padrão de maior estabilidade só mais recentemente, estando neste momento em curso um movimento de correcção de curto-prazo. Neste caso, o prolongamento do percurso de ganhos face ao euro justifica-se com factores de penalização da moeda única europeia, relacionados com os riscos associados aos problemas orçamentais de alguns países periféricos. Este movimento de forte apreciação do rand tem levantado preocupações no governo, devido às implicações no desempenho do sector exportador. Nos últimos meses, a subida dos preços de algumas *commodities* no mercado internacional e as perspectivas mais favoráveis de crescimento económico nas economias emergentes, têm sido factores de suporte à moeda. Esta robustez do rand, porém, levanta questões de sustentabilidade do sector exportador e alimenta a discussão acerca da possibilidade (não confirmada) de o SARB vir a introduzir um objectivo específico para a cotação da moeda.

USD/ZAR e EUR/ZAR.



Fonte: Bloomberg

Taxa de câmbio efectiva.



Fonte: BIS

Susana de Jesus Santos



## Indicadores de Desenvolvimento

### COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

#### DOING BUSINESS 2010

O índice *Doing Business*, elaborado pelo Banco Mundial; é uma referência entre os investidores internacionais para aferir as condições para a realização da actividade económica oferecidas por cada país. Por outras palavras, não basta a um país apresentar um elevado crescimento económico para conseguir atrair investimento. Entre outras coisas, deverá ter um enquadramento legal e regulador favorável à iniciativa empresarial, um bom funcionamento das instituições públicas, infra-estruturas básicas desenvolvidas e, ainda, capital humano qualificado. Este índice, elaborado anualmente, compreende actualmente 183 economias e pretende comparar o ambiente para a realização de negócios entre as diferentes economias.

O posicionamento da África do Sul neste *ranking* é elevado, ocupa a 34ª posição, e no contexto regional apenas é suplantado pelas Maurícias. As dimensões com melhor desempenho são a Obtenção de crédito e Protecção dos investidores enquanto que as dimensões referentes à facilidade de Empregar pessoal e Comércio transfronteiriço apresentam o pior desempenho, o que revela falta de flexibilidade do mercado de trabalho e dificuldade de efectuar trocas comerciais com o exterior.

Quando comparado com Brasil e Índia, vemos que o posicionamento da África do Sul é bastante superior. O melhor ambiente de negócios que a África do Sul apresenta será um importante factor no suporte dos fluxos de investimento para o país, face a uma menor dimensão e desenvolvimento da sua economia quando comparado com estes países.

#### Posição na Ilistagem Doing Business do Banco Mundial.

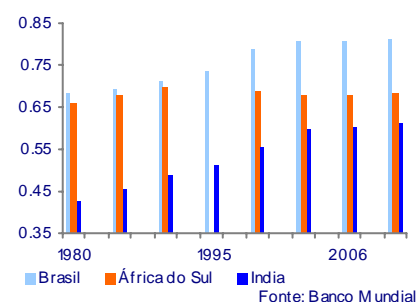
	África do Sul		Brasil		Índia	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Índice geral	34	32	129	127	133	132
Começar um negócio	67	45	126	127	169	166
Obtenção de licenças de construção	52	49	113	107	175	174
Empregar pessoal	102	99	138	141	104	102
Registro de propriedade	90	89	120	116	93	92
Obtenção de crédito	2	2	87	84	30	27
Protecção dos investidores	10	9	73	70	41	38
Pagamento de impostos	23	23	150	146	169	171
Comércio transfronteiriço	148	148	100	94	94	97
Cumprimento de contratos	85	82	100	99	182	182
Fechar o negócio	76	76	131	129	138	142

Fonte: Doing Business 2010.

#### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Produto Interno Bruto é consensualmente considerado insuficiente para medir o progresso de um país. O aumento da riqueza produzida não se reflecte de forma equitativa pela população, assim como, as alterações na qualidade de vida das populações não se efectuam com o mesmo ritmo de crescimento do PIB. Assim, as Nações Unidas calculam anualmente o Índice de Desenvolvimento Humano, no qual, para além do PIB per capita, são considerados a esperança média de vida à nascença, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta combinada de escolarização (corresponde ao rácio da população entre os 7 e os 22 anos que frequenta os ensinos primário, secundário e superior e o total da população da mesma faixa etária). A inclusão destes indicadores pretende aferir de que forma o rendimento se relaciona com uma melhoria das condições de saúde e no acesso à educação, dois pilares considerados fundamentais para uma melhoria das condições de vida.

#### Quase estagnação dos índices de desenvolvimento na África do Sul contrasta com tendência mais positiva no Brasil e Índia.



O desempenho da África do Sul neste índice fica aquém do desejável. O país ocupa a 129ª posição, entre 182 países. África do Sul é incluída no grupo dos países com nível de desenvolvimento humano médio e países vizinhos como a Namíbia e o Botsuana apresentam resultados superiores. Quando comparado com Brasil e Índia, o seu desempenho é ligeiramente superior ao da Índia pois, embora tenha um rendimento e indicadores relativos à educação superiores, a esperança média de vida fica muito aquém. O Brasil encontra-se no grupo dos países com um nível de desenvolvimento humano alto e, apesar do seu rendimento per capita ser ligeiramente inferior ao da África do Sul, o seu desempenho é substancialmente superior, pois as dimensões de saúde e educação pendem favoravelmente para o Brasil.

A principal razão para este desempenho da África do Sul é a sua baixa esperança média de vida à nascença, o que se deve à elevada prevalência do SIDA. Tal, é indicativo do esforço que as autoridades deverão efectuar no sentido de: amenizar os efeitos da SIDA (os tratamentos existentes actualmente permitem prolongar a vida dos pacientes sem uma deterioração significativa da sua qualidade de vida, permitindo a sua inserção na vida activa); diminuir a incidência da SIDA.

## Indicadores de Desenvolvimento

	IDH	Esperança média de vida à nascença (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (% acima 15 anos)	Taxa bruta combinada de escolarização no ensino (%)	PIB per capita (USD PPC)
Brasil	0.813	72.2	90	87.2	9567
África do Sul	0.683	51.5	88	76.8	9757
Índia	0.612	63.4	66	61	2753

Fonte: UNDP.

	Duração da escolaridade obrigatória (anos)	População que frequenta o ensino primário (% pop. faixa etária)	População que frequenta o ensino secundário (% pop. faixa etária)	População que frequenta o ensino superior (% pop. faixa etária)	Rácio alunos/ /professor or ens. básico	Rácio alunos/ /professor ens. secundário
Brazil	8	94%	82%	17%	23	17
Índia	9	90%	43%	11%	40	33
África do Sul	9	87%	72%	15%	31	29

Fonte: UNESCO.

## Desafios na esfera social e económica

## O FLAGELO SOCIAL DA SIDA

## AS ESTATÍSTICAS

A zona da África subsariana é a mais afectada pela epidemia da SIDA no mundo. Se em termos populacionais a região detém cerca de 10% da população do planeta, 2/3 do total de infectados com SIDA (67%) também aqui se encontram, segundo os dados divulgados em Novembro do ano passado pela UNAIDS (organismo das Nações Unidas que trabalha em prol da prevenção, ajuda e tratamento das populações infectadas). Por outro lado, foi estimado que perto de 1.9 milhões de adultos e crianças foram infectadas durante 2008, num universo global de infectados com SIDA de 22.4 milhões no final do ano.

A completar esta realidade, a taxa de incidência de infectados em adultos é mais de 5 vezes superior ao valor médio mundial e perto de 70% do total de mortes ocorreram na África subsariana, apesar dos progressos no tratamento e acesso aos retrovirais.

## Estimativas globais de infectados com HIV e SIDA, final de 2008.

	Estimativa	Intervalo de variação
Total de infectados no Mundo	33.4	31.1-35.8
Indivíduos Adultos	31.3	29.2-33.7
Mulheres	15.7	14.2-17.2
Crianças	2.1	1.2-2.9
Total de novos infectados em 2008	2.7	2.4-3.0
Novas crianças infectadas em 2008	0.43	0.24-0.61
Nº de mortes em 2008	2.0	1.7-2.4
Nº de crianças mortas em 2008	0.28	0.15-0.41

Fonte: UNAIDS (as últimas estatísticas foram publicadas em Novembro de 2009 e referem-se ao final de 2008).

Notas: 1) Adultos estão definidos como indivíduos de ambos os sexos com idade superior a 15 anos; 2) Crianças órfãs pela SIDA são considerados indivíduos menores de 18 anos e que perderam um ou ambos os pais.

## Distribuição Regional de infectados com HIV e SIDA, final de 2008.

Região	Total (adultos e crianças)	Total de novos infectados	Incidência de infectados em adultos, % (*)	em milhões Total de mortos
África subsaariana	22.4	1.9	5.2	1.4
Norte de África e Médio Oriente	0.31	0.04	0.2	0.02
Sul e Sudeste Asiático	3.8	0.28	0.3	0.27
Ásia de Leste	0.85	0.08	<0.1	0.06
Oceania	0.06	0.004	0.3	0.002
América Latina	2.0	0.17	0.6	0.08
América do Norte	1.4	0.06	0.4	0.03
Caralbas	0.24	0.02	1.0	0.01
Europa de Leste e Ásia Central	1.5	0.11	0.7	0.09
Europa Ocidental e Central	0.85	0.03	0.3	0.01
Total	33.4	2.7	0.8	2.0

Fonte: UNAIDS. Novembro de 2009.

Notas: (\*)Proporção de infectados adultos com idades compreendidas entre 15 e 49 anos.

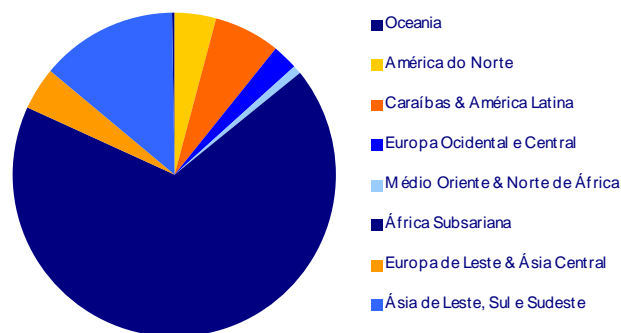
## Taxa de incidência nos sul-africanos por classe de idades.

	2002	2005	2008
Crianças (2 a 14 anos)	5.6	3.3	2.5
Jovens (15 a 24 anos)	9.3	10.3	8.7
Adultos (mais de 25 anos)	15.5	15.6	16.8
<b>Total</b>	<b>11.4</b>	<b>10.8</b>	<b>10.9</b>
População adulta activa (15 a 49 anos)	15.6	16.92	16.9

Fonte: Relatório Nacional HIV/SIDA, 2008.

Ao longo de 2009 foi elaborado um estudo representativo da sociedade sul-africana, incluindo indivíduos de todas as raças, proveniências geográficas e grupos sociais, que resultou de um inquérito a 15 000 famílias ocorrido no final de 2008. Com base nas informações obtidas, foi estimado que 10.9% de todos os sul-africanos acima dos 2 anos estão infectados com a SIDA. Em termos comparativos, os valores de 2002 e 2005 foram de 11.4% e 10.8%, respectivamente. Deste modo, pode-se perspectivar uma estabilização ou mesmo um retrocesso no contágio e evolução da doença.

## Distribuição Regional dos infectados com HIV e Sida, final de 2008, em milhões.



Fonte: UNAIDS, Novembro 2009

## Desafios na esfera social e económica

Na região subsaariana, tanto a África do Sul como os seus vizinhos encontram-se no grupo de países onde a taxa de incidência da SIDA é mais elevada (utilizando a informação da % de população activa infectada no grupo etário mais activo, compreendido entre os 15 e os 49 anos). A Suazilândia lidera com um valor de 26.1%, sendo o valor da África do Sul de 16.9%. No entanto, em nº de infectados, a África do Sul lidera com cerca de 5 700 000, que correspondem a 26% do total da África subsaariana, num universo populacional de 49 milhões de pessoas com uma esperança de vida de 49 anos.

Na África do Sul, e seguramente em toda a região, a SIDA é transmitido predominantemente por via heterossexual entre os casais, sendo a transmissão de mãe para filho outro dos grandes meios de infecção. Factores que potenciam a progressão da epidemia prendem-se com práticas sexuais inter-geracionais persistentes, a existência e permanência de múltiplos parceiros, o baixo uso do preservativo, o excessivo abuso do álcool e uma baixa taxa de circuncisão masculina, para além da cultura de credence suportada nos curandeiros.

Na análise por sexo e idade, é visível que, na globalidade, as mulheres mostram uma taxa de incidência superior à dos homens (quase o dobro). Grosso modo, em ambos os sexos, o contágio e a doença incidem com mais intensidade entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos.

Considerando várias vertentes, a SIDA teve um efeito devastador nas crianças. Foi estimado que 280 000 indivíduos abaixo dos 15 anos de idade eram portadores de SIDA, em 2008, quase o dobro do valor de 2001. Na África do Sul, a transmissão do vírus é efectuado predominantemente por via sexual entre casais ou de mãe para filho. Segundo as mais recentes informações, este último tipo de transmissão corresponde a cerca de 11% do total. Em muitos dos casos, a criança vai nascer num quadro de doença familiar generalizada, com cuidados de saúde limitados e pouca capacidade para se cuidarem entre eles. Por outro lado, dada a forte predominância de mortes na população jovem adulta, a perda dos pais tem um grande impacto emocional mas também de sobrevivência, já que desaparece/desaparecem os principais suportes financeiros das famílias. Estima-se que existam actualmente na África do Sul entre 1.5 e 3 milhões de órfãos de um ou de ambos os pais em consequência da SIDA, que corresponderão a metade da totalidade de órfãos. Outro dado indica que cerca de 70% destas crianças são órfãs de mãe. Este facto cria graves dificuldades em termos dos cuidados primários das crianças, mas também vai imputar obrigatoriamente responsabilidades nesta área aos parentes mais próximos, agravando o seu já escasso rendimento familiar.

As províncias de KwaZulu-Natal, Mpumalanga e Free State mostram uma maior incidência da SIDA. Em termos de grupos populacionais, os africanos negros destacam-se com uma taxa de incidência de 13.6%. Seguem-se os mestiços com 1.7%, os brancos e indianos com o mesmo valor de 0.3%.

Relativamente à mortalidade, mais de 50% (57%) do total de mortes verificadas na África do Sul em 2007 foram motivados pela SIDA. A UNAIDS estimou a ocorrência de 350 000 mortes, perto de 1000 por dia. Em 10 anos, de 1997 a 2006, a mortalidade global aumentou 91%, uma variação bem superior ao valor do crescimento da população, em consequência do flagelo da SIDA. Se considerarmos o grupo etário compreendido entre os 25 e os 49 anos, esse valor salta para 170%, o que não deixa de ser bastante alarmante.

## Países da África subsaariana com maior taxa de incidência de SIDA, 2008.

Países	nº de portadores de SIDA	População adulta activa (15-49 anos), %
Suazilândia	190,000	26.1
Lesoto	270,000	23.2
Botsuana	300,000	23.9
África do Sul	5,700,000	16.9
Zimbabué	1,300,000	15.3
Zâmbia	1,100,000	15.2
Namíbia	200,000	15.3
Moçambique	1,500,000	12.5
Total África Subsaariana	22,000,000	5.0

Fonte: Relatório Nacional HIV/SIDA, 2008.

## Taxa de incidência por idade e sexo, 2008.

Classes de idade	Homens %	Mulheres %
2-14	3.0	2.0
15-19	2.5	6.7
20-24	5.1	21.1
25-29	15.7	32.7
30-34	25.8	29.1
35-39	18.5	24.8
40-44	19.2	16.3
45-49	6.4	14.1
50-54	10.4	10.2
55-59	6.2	7.7
+ 60	3.5	1.8
Total	7.9	13.6

Fonte: Relatório Nacional HIV/SIDA, 2008.

## Taxa de incidência por província, 2002-2008.

	2002	2005	2008
KwaZulu-Natal	11.7	16.5	15.8
Mpumalanga	14.1	15.2	15.4
Free State	14.9	12.6	12.6
Gauteng	10.3	10.9	11.3
North West	14.7	10.8	10.3
Eastern Cape	6.6	8.9	9.0
Limpopo	9.8	8.0	8.8
Notern Cape	8.4	5.4	5.9
Western Cape	10.7	1.9	3.8
Total	11.4	10.8	10.9

Fonte: Relatório Nacional HIV/SIDA, 2008.

### Desafios na esfera social e económica

Numa outra vertente de análise, baseada na recolha de informação a 33 488 mulheres grávidas em 1 415 clínicas pré-natais espalhadas pelas 9 províncias, o Departamento de Saúde da África do Sul estima que, em 2007, 28% estão infectadas com SIDA. Tal como noutros estudos, também se confirma que KwaZulu-Natal, Mpumalanga e o Free State são as províncias com as mais altas de infecção. Northern Cape e Western Cape têm as taxas mais baixas. Em 1998, a África do Sul tinha uma das mais altas taxas de expansão da epidemia no mundo mas, aparentemente, o predomínio do vírus parece ter estabilizado, ou mesmo iniciado um ligeiro declínio.

#### Taxa de incidência por grupos populacionais, %, 2008.

Africanos negros	13.6
Branco	0.3
Mestiços	1.7
Indianos	0.3

Fonte: Relatório Nacional HIV/SIDA, 2008..

Dentro das raparigas abaixo dos 20 anos, a taxa caiu de 16.1% em 2004 para 12.9% em 2007, possivelmente indicando uma quebra na progressão de novas infecções, em resultado de práticas sexuais mais seguras. Em contraste, a dificuldade em adequar as novas práticas às circunstâncias, dada a forte presença da cultura ancestral, mantém elevada a taxa de incidência da doença nos grupos de mulheres mais velhas.

#### Evolução de incidência da SIDA nas mulheres grávidas por província.

%	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
KwaZulu-Natal	33.5	36.5	37.5	40.7	39.1	39.1	37.4
Mpumalanga	29.2	28.6	32.6	30.8	34.8	32.1	32.0
Free State	30.1	28.8	30.1	29.5	30.3	31.1	33.5
Gauteng	29.8	31.6	29.6	33.1	32.4	30.8	30.3
North West	25.2	26.2	29.9	26.7	31.8	29.0	29.0
Eastern Cape	21.7	23.6	27.1	28.0	29.5	28.6	26.0
Limpopo	14.5	15.6	17.5	19.3	21.5	20.6	18.5
Notern Cape	15.9	15.1	16.7	17.6	18.5	15.6	16.1
Western Cape	8.6	12.4	13.1	15.4	15.7	15.1	12.6
Total	24.8	26.5	27.9	29.5	30.2	29.1	28.0

Fonte: Estudo efectuado pelo Departamento de Saúde da África do Sul em 2007.

Todos os anos nascem praticamente 70 000 bebés com SIDA, reflectindo uma má informação e prevenção acerca da transmissão do vírus de mãe para filho. Também ao nível da mortalidade, neste caso infantil, a SIDA é um dos principais contributos para o seu agravamento. Se em 1990 havia 44 mortes por 1 000 crianças, em 2008 esse valor passou para 48 por 1 000, quanto em todas as regiões do mundo se verificou um decréscimo. Segundo o governo, o tratamento retroviral alcançou 32 000 crianças em 2007, um aumento de 250% face aos dados de 2005, embora cerca de metade das necessidades estimadas.

#### Evolução de incidência nas mulheres grávidas do HIV por classe etária.

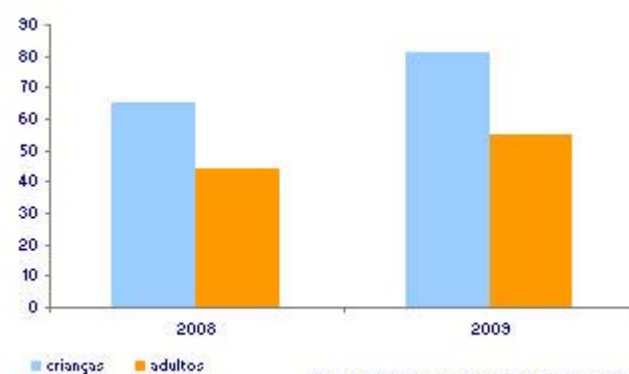
%	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<20	15.4	14.8	15.8	16.1	15.9	13.7	12.9
20-24	28.4	29.1	30.3	30.8	30.6	28.0	28.1
25-29	31.4	34.5	35.4	38.5	39.5	38.7	37.9
30-34	25.6	29.5	30.9	34.4	36.4	37.0	40.2
35-39	19.3	19.8	23.4	24.5	28.0	29.6	33.2
+ 40	9.8	17.2	15.8	17.5	19.8	21.3	21.5

Fonte: Estudo efectuado pelo Departamento de Saúde da África do Sul em 2007.

Dados mais recentes confirmam que está a acontecer um grande progresso no tratamento com retrovirais, sendo a população abrangida a mais vasta do planeta. O acesso aos tratamentos está a decorrer na globalidade das nove províncias sul-africanas através do sistema público de saúde, mas também por via das ONG e dos médicos do sector privado.

Segundo as informações dos programas sul-africanos de tratamento da epidemia relativamente a 2009, 81% das crianças infectadas já está a ser tratada com retrovirais, quando a proporção na população adulta é de 55%. Em ambos os casos houve uma progressão positiva e expressiva face ao ano anterior, mais significativa no grupo as crianças.

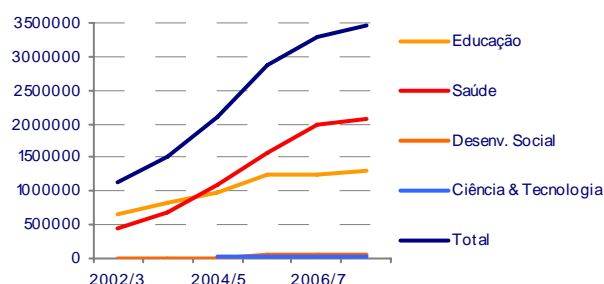
#### % de adultos e crianças a receber tratamento no total da população infectada.



## Desafios na esfera social e económica

Com a análise da evolução dos gastos, sempre crescentes, é notória a alteração de políticas ao longo dos últimos anos (apesar de ainda representarem 0.3% do PIB). Se, no início da década, os gastos do Departamento de Educação eram superiores ao do Departamento de Saúde, esse facto iria alterar-se substancialmente nos anos seguintes. As despesas com a saúde, onde estão incluídos os diversos programas de tratamento da doença espalhados pelo território, passaram a ser responsáveis por mais de 60% do total, relegando para segundo plano as campanhas de prevenção e de informação e os investimentos feitos nas escolas nesta área, que estagnaram. Por outro lado, os gastos sociais ligados a SIDA são muito reduzidos, apesar da tendência ser crescente. Pouco significativas são as despesas com estudos e pesquisas associadas ao vírus e à doença.

Despesas governamentais com a SIDA (rands), por departamento.



Fonte: Republic of South Africa: Progress Report on Declaration of Commitment on HIV and AIDS

## Indicadores da UNGASS (United Nations General Assembly Special Session on HIV/AIDS).

	2008	2009	Fonte
1. Total de despesa doméstica e internacional no combate à SIDA na África do Sul	R 13.972 mil	R 17.579 mil	National Treasury Department
2. Percentagem de unidades de sangue doadas analisadas em prol da segurança	100.0%	100.0%	SANBS
3. Percentagem de adultos e crianças com infeção avançada de SIDA e a receber retrovirais	45%	56%	NDOH programme data 2008 and 2009; STATS SA Estimate of number of people in need of Treatment
4. Proporção de grávidas com IVH+ a receber retrovirais para reduzir o risco de transmissão ao filho	87%	83%	Department of Health Annual Report 2008/09. DHIS 2009
5. Percentagem de doentes com SIDA e tuberculose a receber tratamento para ambas	18%	42%	NDOH TB Programme data 2009
6. Percentagem de Homens e Mulheres entre 15-49 anos que fez teste da SIDA nos últimos 12 meses e conheceu os resultados	25%	37%	National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey in 2008 and 2009
7. Percentagem de testes ao SIDA por classes de risco nos últimos 12 meses com conhecimento dos resultados			National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey in 2008 and 2009
-Mulheres com idade entre 20-34 anos	36%	48%	
-Homens com idade entre 25-49 anos	25%	52%	
-Homens com idade entre 50-55 anos	18%	3%	
-Homens que tiveram sexo com homens	27%		
-Alcoólicos de alto risco	23%		
-Reincidentes no uso de drogas	23%		
-População incapacitada	20%		
8. Percentagem de orfãos e crianças de risco com idades compreendidas entre 0-17 anos e que recebem suporte externo	75%	75%	DSD Annual Report, 2008/09; Children's Institute, 2009
9. Percentagem de escolas que, no último ano lectivo, concederam formação sobre a SIDA	100%	100%	EMIS: School Realities 2008 and 2009, NDoE
10. Percentagem de população por classe de risco que conhece as medidas preventivas de transmissão da SIDA nas relações sexuais mas rejeitam-nas			National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey in 2008
-Mulheres com idade entre 20-34 anos	26%		
-Homens com idade entre 25-49 anos	28%		
-Homens com idade entre 50-55 anos	28%		
-Alcoólicos de alto risco	31%		
-Reincidentes no uso de drogas	36%		
-População incapacitada	21%		
11. Percentagem de mulheres com idade entre 15-49 anos que teve mais de um parceiro sexual últimos 12 anos e que apontou o uso do preservativo	68%		National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey nos in 2008
12. Percentagem de homens com idade entre 15-49 anos que teve mais de um parceiro sexual últimos 12 anos e que apontou o uso do preservativo	77%		National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey nos in 2008
13. Percentagem de mulheres com idade entre 15-24 anos infectada com SIDA	14%		National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey in 2008
14. Percentagem de homens com idade entre 15-24 anos infectado com SIDA	4%		National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey in 2008
15. Percentagem de população por classe de risco infectada com SIDA			National HIV Prevalence, Incidente, Behaviour and Communication Survey in 2008
-Mulheres com idade entre 20-34 anos	33%		
-Homens com idade entre 25-49 anos	24%		
-Homens com idade entre 50-55 anos	6%		
-Homens que tiveram sexo com homens	10%		
-Alcoólicos de alto risco	14%		
-Reincidentes no uso de drogas	11%		
-População incapacitada	14%		
16. Percentagem de bebés que nasceram infectados pelas mães	16%	16%	Spectrum modelling

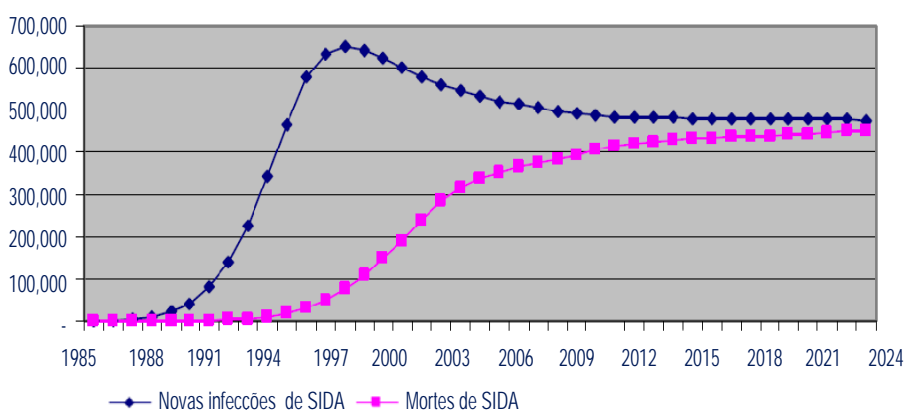
## Desafios na esfera social e económica

### AS REPERCUSSÕES E AS POLÍTICAS

A África de Sul tem um tremendo desafio no campo da educação, prevenção e cuidados no âmbito da grave questão do SIDA. Durante anos consecutivos pouco foi feito, sendo agora necessário uma atitude mais activa por parte das autoridades. Há quem compare o Brasil e a África do Sul, que partiram da mesma base, mas com histórias diferentes em termos de evolução. Ao contrário do Brasil, só recentemente os africanos iniciaram o tratamento a larga escala das populações, não conseguindo evitar que seja o país com mais casos de SIDA. (ver gráfico anterior acerca dos gastos governamentais).

No Plano de Estratégia Nacional está prevista uma resposta multisectorial à epidemia da SIDA, havendo como objectivo que os cuidados e os tratamentos cheguem a 80% do total de infectados e das suas famílias em 2011. O que não deixa de ser um grande esforço de meios, em todos os sentidos, já que ainda é baixa a cobertura dos tratamentos pelos necessitados. Por outro lado, dados mais recentes dão indicação de que a tendência de agravamento sistemático do nº de infectados poderá estar a virar, prevendo-se posteriormente o surgimento de uma estagnação da progressão da doença, tal como das consequentes mortes.

Projeção de novas infecções e mortes de SIDA



Fonte: South African National Prevalence, Incidence, Behaviour and Communication Survey, 2008

É ao nível da evolução da população que se vão colocar todos os outros problemas, nomeadamente os económicos, ao nível da manutenção das estruturas produtivas do país. As últimas estimativas indicam que, dos mais de 47 milhões de sul-africanos actuais, a população total seja de 35 milhões em 2025. Acresce ainda a diminuição da esperança de vida dos indivíduos adultos: em 1985, era de 61 anos, tendo baixado para os actuais 50 anos, onde deverá permanecer durante mais alguns anos.

Evolução da esperança de vida estimada.

1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
61	62	61	57	51	50	50

Fonte: ASSA.

Os sindicatos da África do Sul têm vindo a suportar desde há muito a assistência e o tratamento de trabalhadores infectados com SIDA, assim como das famílias e orfanatos, para além de reconhecerem a gravidade da situação actual. Ficar infectado ou estar doente comporta o risco de perda do emprego e, por conseguinte do salário, com consequências drásticas no rendimento das famílias. Ao nível das empresas, o SIDA é apontado como um dos mais importantes factores de descida da produtividade, aumento do absentismo e do custo com os empregados. Num estudo universitário de 2004 (Universidade de Stellenbosch), 34% das empresas indicou que a SIDA teve um impacto negativo nos lucros e mais de metade acredita que essa situação ocorrerá nos anos vindouros. Da globalidade das empresas inquiridas, as manufacturas apresentaram o pior cenário, enquanto que os retalhistas esperavam o impacto mais reduzido. As conclusões apontavam para a necessidade de uma resposta mais célere por parte da classe empresarial ao flagelo da epidemia e da doença. O estudo permitiu também verificar que ¼ das empresas já tinha implementado uma política formal para a SIDA, embora menos de 1/5 tenha programas de despistagem, aconselhamento, assistência e tratamento dos trabalhadores infectados. De facto, para a maioria dos trabalhadores é no seu local de trabalho que são confrontados pela primeira vez com programas de formação e prevenção da SIDA, para além de programas de tratamento. De modo a haver uma acção coordenada no sector privado contra a SIDA, foi criada a SABCOHA (South African Business Coalition on HIV and AIDS), contemplando todo o tipo de dimensão empresarial. O objectivo é procurar as melhores práticas e modelos na luta colectiva, partilhar informação e ser uma organização de pressão, perseguindo a prevenção e o tratamento numa óptica também de redução dos custos futuros.

### Desafios na esfera social e económica

Nos assalariados, o grupo dos mineiros é dos mais expostos e vulneráveis ao contágio, em grande parte devido à alta mobilidade (migração), e à tendência de terem mais de um parceiro sexual. A própria indústria mineira foi das primeiras a reconhecer o potencial impacto negativo da SIDA na produtividade e nos proveitos, bem como na economia global, em resultado do enfraquecimento, absentismo e morte da mão-de-obra mais activa. Noutras classes, como educadores e profissionais de saúde, as taxas de infecção têm também vindo a subir de forma alarmante. Perante esta situação, as actuais políticas incluem testes ao vírus nos locais de trabalho, assim como aconselhamento e tratamento, de forma a melhorar as condições dos cuidados de saúde aos trabalhadores. Neste âmbito, os sindicatos são os principais veículos de pressão sobre o governo de modo a que seja criada legislação que proteja os trabalhadores infectados, assim como acabar com a sua discriminação (o Congresso da União dos Trabalhadores - COSATU - é parceiro do governo do ANC), para além de assegurarem apoio jurídico aos necessitados.

O governo responde à epidemia com o Plano de Estratégia Nacional (PEN) que define quatro áreas prioritárias a alcançar até 2011: 1) Prevenção - reduzir a taxa de incidência nacional de SIDA em 50%; 2) Cuidados e tratamento - providenciar cuidados e tratamentos adequados a 80% de pessoas infectadas com o SIDA e suas famílias; 3) Monitorização e pesquisa - em linha com a tendência internacional, manter um orçamento sustentado entre 4%-7% do orçamento geral da SIDA para pesquisa; 4) Direitos humanos, acesso à justiça e reforma legislativa - criação de um ambiente social que encoraje o teste voluntário ao VIH, para além do suporte social e legal para os cuidados e tratamentos médicos necessários. Respeito e promoção dos direitos humanos.

O PEN ganha maior ambição, visibilidade e eficácia em 2008, com a designação de um novo ministro da saúde. A viragem dá-se em vários âmbitos mas ganha expressão com o aumento do número de doentes que passa a integrar a terapia retroviral. Esta terapia está a ser difundida a diferentes escalas e graus com o fim de cobrir todo o território.

Não há um grande consenso acerca do papel da medicina tradicional, tão enraizada na cultura sul-africana, na luta contra a SIDA. Nalguns casos pode reforçar o combate, noutros enfraquecê-lo. O futuro destas práticas está no reforço de cursos de formação e treino de milhares de curandeiros existentes no país. A informação correcta e o desfazer de alguns mitos deverá ser sem dúvida uma mais-valia para a medicina tradicional e, neste âmbito, as terapias alternativas podem ser um complemento à terapia retroviral.

Outros progressos relevantes ocorridos no biénio 2008-2009: a criação do ministério da mulher, da criança e das pessoas incapacitadas, prolongando a acção do comité parlamentar para a mulher, criança, juventude e pessoas incapacitadas. Os seus propósitos são de cariz mais legislativo e de protecção destes grupos mais vulneráveis da sociedade, sobretudo quando confrontados com a doença; No âmbito do departamento da saúde, a formação de um comité de integração da SIDA e saúde reprodutiva e sexual no sector público; antecipação no tratamento da SIDA em mulheres grávidas a partir das 14 semanas e em crianças com menos de 1 ano, prevendo-se o aumento da sua esperança de vida; promulgação de legislação adicional que responda ao fenómeno da violência doméstica.

## Desafios na esfera social e económica

### CRIMINALIDADE: EVIDENTE DESAGRAVAMENTO NOS DELITOS MAIS GRAVES

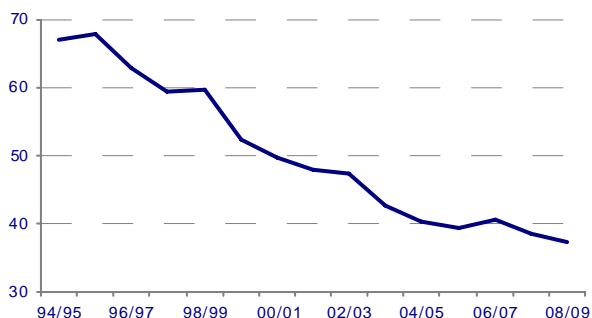
As autoridades sul-africanas consideram que enfrentam o mesmo problema de violência criminal, tal como qualquer outro estado do mundo e, em conformidade, elaboraram um discurso minimizador para consumo externo devido à realização do Campeonato do Mundo de futebol. De facto, nos últimos anos, a África do Sul tem sido considerado um dos países mais perigosos e violentos do mundo, em termos comparativos, para além de que também as forças policiais têm registado uma das maiores taxas de mortalidade em serviço. Em detalhe, os estudos de 2008 das Nações Unidas para o crime indicam que, nos homicídios por 100 000 habitantes, a África do Sul encontra-se abaixo de alguns países das Caraíbas, América do Sul e Central, com valores perto dos 35 (Honduras 60.9, Jamaica 59.5, Guatemala 45.2, Colômbia 38.8, Rússia 14.2, EUA 5.2, Reino Unido 1.2). No entanto, ao nível do Continente africano, a África do Sul lidera a tabela, acima de países como a Costa do Marfim, Burundi, Serra Leoa e Angola (por esta ordem). Nos assaltos, a África subsariana domina as tabelas, a grande distância de regiões tão díspares como o Norte de África, a Europa e a Ásia. Nos crimes por violação e rapto, a África do Sul também pertence ao grupo de países com maior incidência.

Durante 2008/2009, foram cometidos na África do Sul aproximadamente perto de 2.1 milhões de crimes, sendo que 32.7% correspondem aos crimes de contacto (contra pessoas - assassinios, ofensas sexuais e assaltos); 26.3% refere-se a outros crimes sérios (roubos a lojas e crimes económicos); 25.4% são crimes à propriedade (assaltos com arrombamento a residências, roubos de automóveis e outros veículos ou de partes); 8.9% resulta das infracções dependentes da acção da polícia (posse ilegal de armas, condução sob efeito de álcool e de drogas, para além de tráfico e posse de droga); e finalmente 6.7% referente a fogo posto e a destruição maliciosa de propriedade alheia.

Nos crimes de contacto, perto de 60% das infracções correspondem aos chamados assaltos violentos (que implicam agressões às vítimas), com 29.8%, e aos chamados assaltos comuns, com 28.1%. Os assassinios têm uma taxa de 2.6% do total. Relativamente a este último aspecto, a evolução do rácio por 10 000 habitantes mostra uma tendência nitidamente decrescente. Com efeito, de 1994/95 a 2008/09 verificou-se um decréscimo de 44.5%. Mais de metade das mortes são infligidas por armas brancas (54%), enquanto que as armas de fogo são responsáveis por 28%.

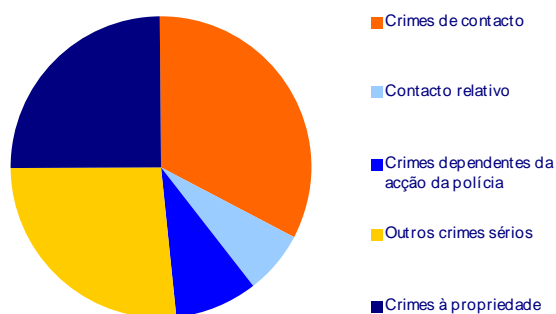
É um facto que há uma diminuição significativa dos principais crimes, com grande expressão nas tentativas de assassinato, nos furtos comuns e nos assaltos com maior ou menor violência, sobretudo quando se comparam os dados de 2003/04 e de 2008/09. Em termos globais há mesmo um retrocesso de 23%. Perante os últimos registos, ou seja, de 2007/08 para 2008/09, as melhorias são mais esbatidas, apesar de confirmarem a tendência de queda dos últimos anos. A excepção vai para as ofensas de carácter sexual. Globalmente, há uma diminuição de pouco mais de 1%.

#### Evolução do rácio de assassinios por 10 000 habitantes.



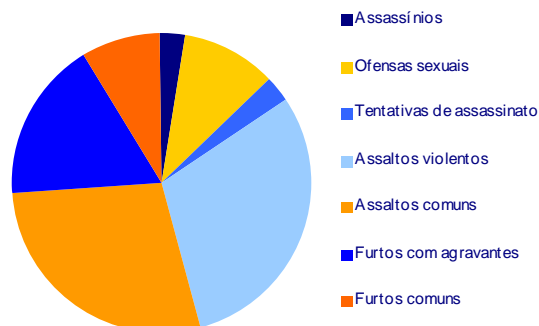
Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

#### Repartição dos 2.1 milhões de crimes verificados em 2008/2009



Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

#### Repartição dos crimes de contacto em 2008/2009.



Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

## Desafios na esfera social e económica

Variação 2008/9 versus 2003/4.

Assassinios	-8.5
Ofensas sexuais	8.2
Tentativas de assassinato	-39.2
Assaltos violentos	-21.6
Assaltos comuns	-31.4
Furtos com agravantes	-9.2
Furtos comuns	-38.0

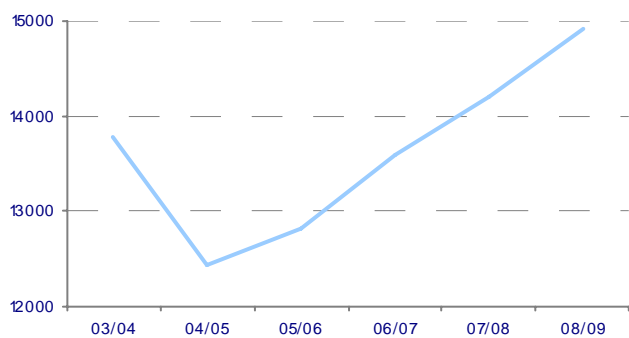
Fonte: South Africa Police Service - Annual Report.

Variação 2008/9 versus 2007/8.

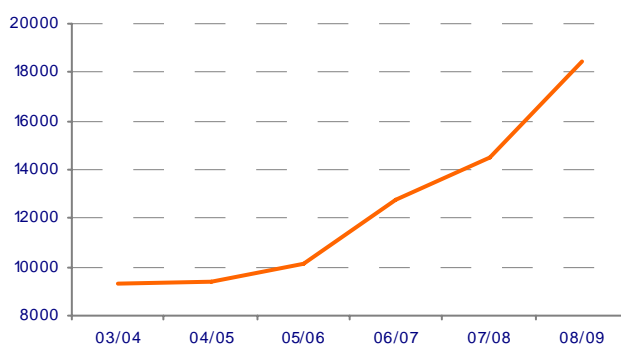
Assassinios	-1.8
Ofensas sexuais	12.0
Tentativas de assassinato	-2.6
Assaltos violentos	-3.0
Assaltos comuns	-2.6
Furtos com agravantes	2.6
Furtos comuns	-8.9

Fonte: South Africa Police Service - Annual Report.

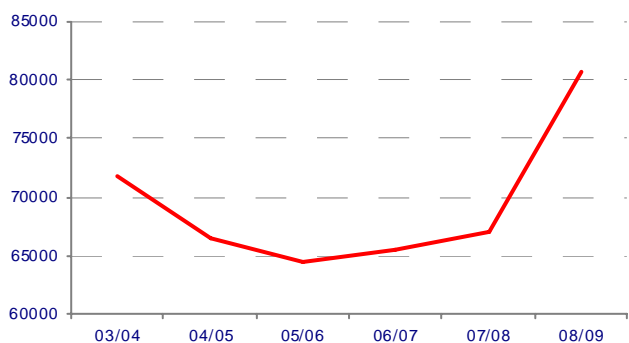
Noutro tipo de crimes, menos violentos, de cariz nitidamente urbano e fora do grupo de crimes considerados de contacto, a situação é oposta, assistindo-se à confirmação de tendências de subida. A excepção vai para os furtos públicos ou de rua. Deste modo, furtos a residências, carjacking e roubos em lojas têm situações crescentes ao longo dos últimos anos. De facto, de 2007/08 a 2008/09, as variações foram de +27.3%, +5.0% e +20.6%, respectivamente. Os furtos públicos ou de rua caíram 7.4% em igual período.

**Carjacking.**

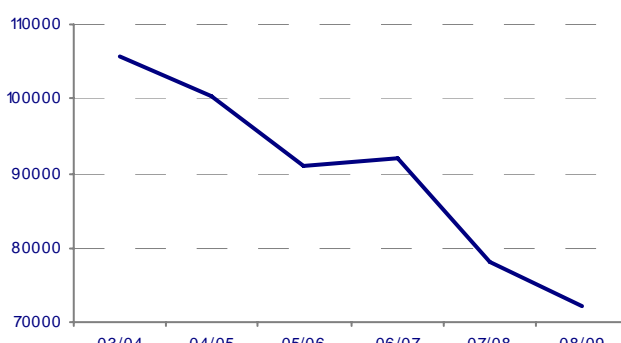
Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

**Furtos a residências.**

Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

**Roubos em lojas.**

Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

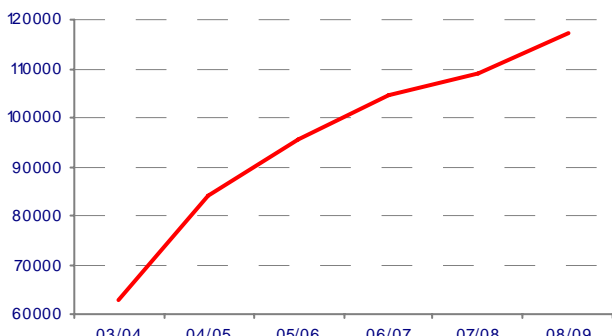
**Furtos públicos ou de rua.**

Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

Há ainda a considerar os delitos que estão directamente sob controlo da polícia e dependem da sua acção directa, nomeadamente os crimes relacionados com o consumo e tráfico de droga e a posse ilegal de armas de fogo. No primeiro caso, a tendência tem-se mantido crescente e, de 2007/08 a 2008/09, o acréscimo foi de 7.4%. Na posse ilegal de armas, após a queda ocorrida no início da década, assiste-se a uma relativa estabilização, verificando-se um agravamento de 4.2% de 2007/08 para 2008/09.

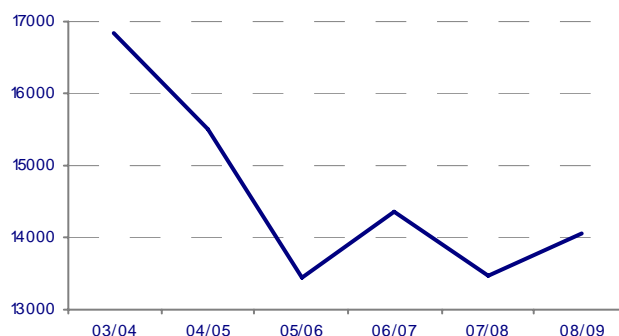
**Desafios na esfera social e económica**

**Delitos relacionados com droga**



Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

**Posse ilegal de armas.**

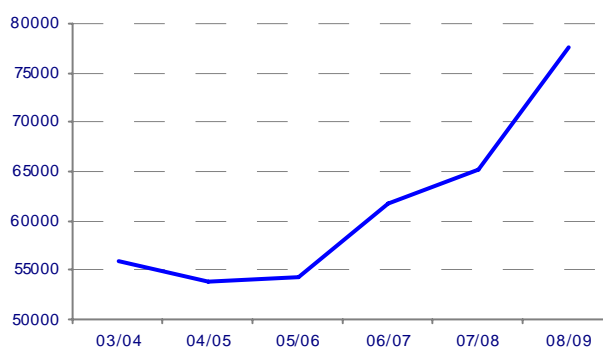


Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

São todos estes delitos, que vão desde os furtos na via pública, a residências e a lojas, até à posse ilegal de armas, passando pelo carjacking e pelos delitos relacionados com droga, que dão maior visibilidade e publicitam um cenário global de agravamento da insegurança, gerando-se um sentimento generalizado pela população. Por fim, existem ainda os crimes de origem económica, que englobam todo o tipo de fraudes, falsificações e contrafacção de produtos, moeda falsa, para além do abuso de confiança, desfalques e a apropriação indevida de bens. Também aqui a tendência tem sido crescente, tendo os dados conhecidos mostrado um acréscimo de 18.7% no último ano.

Em suma, a África do Sul mostra uma inversão na progressão dos chamados crimes de contacto, considerados os mais graves e que englobam assassinatos, ofensas sexuais, assaltos violentos e os furtos mais significativos, embora a imagem dada à sociedade seja de degradação da criminalidade. Essa percepção é dada através de outro tipo de delitos, sendo posteriormente generalizada. É o caso das tendências crescentes dos roubos a residências e lojas, carjacking, furtos de rua e delitos relacionados com droga, passando-se o mesmo com o crime económico.

**Crimes económicos.**



Fonte: South Africa Police Service - Annual Report

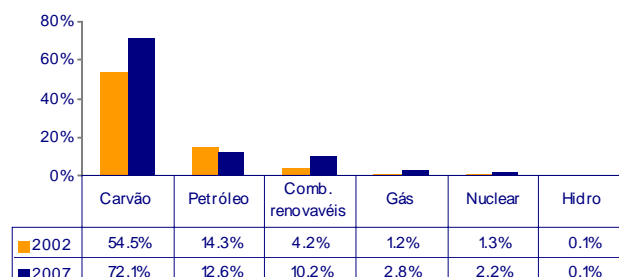
## SECTOR ENERGÉTICO

O sector energético representa 15% do PIB sul-africano e emprega cerca de 250 mil pessoas. África do Sul apenas detém pequenos depósitos de petróleo e de gás natural, sendo as suas necessidades energéticas praticamente satisfeitas pelas elevadas reservas de carvão. Cerca de 72% das necessidades energéticas são cobertas por carvão, 13% por petróleo e apenas 10% por energias renováveis.

A forte dependência energética do carvão justifica o facto do país ser um dos que apresenta um nível mais elevado de intensidade energética (megajoules consumidos por unidade de PIB), ocupando o 11º lugar a nível mundial (2006). Este facto, indicativo da ineficiência energética do país deriva da reduzida eficiência do carvão, bem com da estrutura da economia sul-africana, com grande dependência da extracção e indústria primária de minérios.

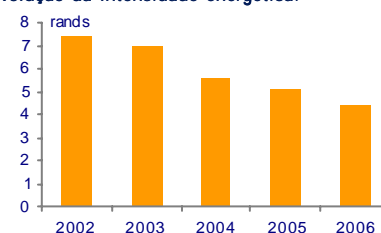
A indústria manufactureira é o sector com maior consumo de energia, mas a informação disponível indica que a sua importância relativa no consumo total tem vindo a diminuir, enquanto que o uso de energia para uso doméstico e pelo sector dos transportes, comunicações e armazenagem tem vindo a evidenciar uma evolução inversa. Este facto justificar-se-á pelo desenvolvimento de outros sectores de actividade, bem como pela prossecução de um programa de melhoria de acesso a energia por parte da população. Neste capítulo, refere-se a existência de um **programa nacional de electrificação integrado** que tem como objectivo que toda a população tenha acesso à rede eléctrica em 2012.

## Oferta de energia primária.



Fonte: Statistics South Africa, EIA

## Evolução da intensidade energética.



A intensidade energética é medida em megajoules por rand. Exclui importações

Fonte: Statistics South Africa

## Oferta de energia, 2006.

	Carvão	Petróleo	Electricidade	Gás	Hidroeléctrica	Nuclear	Renováveis	Total
Produção interna	5,788.4	1,278.8	856.0	125.8	9.9	109.4	430.4	8,598.7
Importações	57.4	1,061.6	38.2	52.2	0.0	0.0	0.0	1,209.5
<b>Oferta total</b>	<b>5,845.8</b>	<b>2,340.4</b>	<b>894.3</b>	<b>178.0</b>	<b>9.9</b>	<b>109.4</b>	<b>430.4</b>	<b>9,808.2</b>
<b>Consumo, 2006</b>								
1) Indústria	3,568.6	2,031.4	615.6	250.3	19.8	215.8	480.1	7,181.4
Agricultura	0.8	48.6	21.0	0.0	0.0	0.0	0.0	70.4
Comércio	76.4	43.1	103.8	0.9	0.0	0.0	0.0	224.1
Construção	0.0	0.0	14.8	72.3	9.9	106.4	240.0	443.4
Electricidade, gás, vapor	2,032.1	0.0	14.8	72.3	9.9	109.4	240.0	2,478.5
Manufatura	1,406.0	1,193.3	335.3	101.9	0.0	0.0	0.0	3,036.5
Mineira	53.3	32.4	113.4	2.9	0.0	0.0	0.0	202.0
Transp., comunicações, armazenagem	0.0	714.1	12.5	0.0	0.0	0.0	0.0	726.6
2) Variação stocks	197.7	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	198.2
3) Consumo privado	152.6	38.9	219.4	0.0	0.0	0.0	190.4	601.3
4) Exportações	1,926.9	254.2	48.9	0.0	0.0	0.0	0.0	2,230.1
5) Perdas na distribuição	0.0	0.0	24.7	0.0	0.0	0.0	0.0	24.7
<b>Consumo total</b>	<b>5,845.8</b>	<b>2,324.9</b>	<b>908.6</b>	<b>250.3</b>	<b>19.8</b>	<b>215.8</b>	<b>670.5</b>	<b>10,235.7</b>

Fonte: Statistics South Africa

Nota: 1 terajoules = 1012 joules; 1 joules? 2.7778\*10-4 watt-hora.

**O sector do carvão:** a economia sul-africana depende fortemente deste sector. O World Energy Council estima que os recursos de carvão deste país são de 34 mil milhões de shorts tons (2007), representando 95% das reservas de carvão do continente africano e 4% das reservas mundiais. Este sector cobre cerca de 72% da oferta primária de energia e contribui em 85% para a geração de electricidade.

## Consumo de energia por sectores.

	2002	2003	2004	2005	2006
Agrícola	1.2%	1.4%	1.6%	1.5%	1.4%
Comercial	2.4%	3.3%	4.0%	4.2%	4.6%
Construção	0.3%	0.3%	0.3%	0.4%	0.3%
Uso doméstico	7.7%	9.8%	11.4%	12.7%	12.3%
Manufatura	74.7%	69.1%	64.2%	61.7%	62.3%
Sector mineiro	3.1%	3.5%	3.9%	4.4%	4.1%
Transportes, comunicações e armazenagem	10.6%	12.6%	14.4%	15.2%	19.9%

Fonte: Statistics South Africa.

### Desafios na esfera social e económica

Apesar de ser um produto muito poluente, estima-se que a sua utilização aumente nos próximos anos. Com efeito, a **Eskom** - empresa produtora e distribuidora de electricidade - gera cerca de 95% da electricidade do país, principalmente a partir de centrais de carvão (42.5 Gigawatts), ie cerca de 85% da produção eléctrica total. Para além das centrais já existentes, esta empresa está em processo de reabertura de três centrais geradoras de electricidade a partir do carvão (Camden, Grootvlei e Komati), cuja capacidade produtiva total é de 3800 megawatts (MW); está em construção uma nova central eléctrica - Medupi - com capacidade de 4800 MW, cuja primeira unidade entrará em funcionamento no início de 2012 e um outro projecto - Bravo - com capacidade de 5400 MG está programado para entrar em funcionamento em 2013.

**O carvão representa também a principal matéria-prima para produção de combustíveis sintéticos.** A petroquímica Sasol transforma 45 milhões de shorts tons de carvão - cerca de 17% da produção total de carvão - em combustíveis líquidos, gás e outros combustíveis sintéticos.

Na última década, a produção e o consumo de carvão mantiveram-se razoavelmente estáveis, sendo que em 2008, a produção atingiu as 260 milhões de shorts tons e o consumo 194 milhões; 66 milhões de shorts tons são exportadas, sobretudo para países europeus e Ásia, gerando uma receita de aproximadamente 21 mil milhões de rands

**O sector da electricidade:** a taxa de electrificação de África do Sul é de 75%, a mais elevada dos países da África sub-sahariana. Contudo, é ainda elevada a disparidade de acesso à electricidade por parte das populações rural e urbana. Entre a primeira a taxa de electrificação é de apenas 55% (12% em 1994, de acordo com o World Energy Council), enquanto que entre a população urbana esta taxa se situa em 88% (36% em 1994). Segundo a EIA, cerca de 12 milhões de pessoas ainda não têm acesso a energia eléctrica, continuando a utilizar a madeira como principal fonte de energia. Como já referido, o programa nacional de electrificação integrado tem como objectivo que o acesso à rede eléctrica da população total em 2012.

O aumento da procura de electricidade tem vindo a ultrapassar a oferta, provocando períodos de "apagões". Neste sentido, em Janeiro 2008, o Departamento de Minerais e Energia e a Eskom lançaram um plano de orientação política, cujo fim é a realização de projectos neste sector por parte de produtores independentes. Paralelamente, os planos de investimento do governo no sector têm como objectivo a geração de mais 22 mil MW até 2017.

**O sector petrolífero:** As reservas provadas de petróleo são de 15 milhões de barris e concentram-se no sul do país, na bacia de Bredasdorp e na costa ocidental do país, próximo da fronteira com a Namíbia. A informação mais recente indica que em 2008 foram produzidos 195 mil barris diários (mbd), dos quais 160 mbd são combustíveis líquidos sintéticos, processados a partir do carvão e do gás natural. Por sua vez, estima-se que o consumo de petróleo é de 575 mbd. Neste contexto, o país importa cerca de 380 mbd. Os principais fornecedores de África do Sul são Arábia Saudita (110.2 mbd), Irão (87.4 mbd) e Angola (57 mbd).

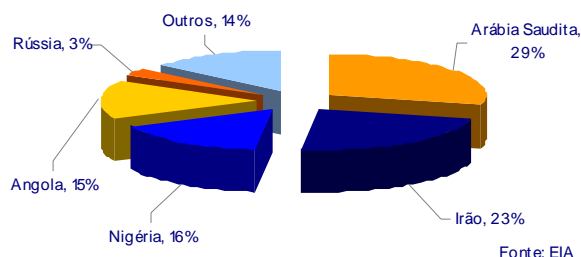
Refinação e actividades a jusante: De acordo com informação disponível na South African Petroleum Association (SAPIA), a capacidade de refinação do país é a maior no continente africano, apenas ultrapassado pelo Egipto. As principais refinadoras são a Sapref e a Enref, cujas quotas são de 26% e 18%, respectivamente. A PetroSA está a desenvolver uma nova refinadora com capacidade de refinação de 400 mbd.

### Centrais electricas da Eskom, 2008.

Central eléctrica de carga básica	Capacidade (MW)	Outras	Capacidade (MW)
<b>Carvão</b>	<b>33,878</b>	<b>Hidroeléctrica</b>	<b>600</b>
Arnot	2,100	Gariep	360
Duvha	3,600	Vanderkloof	240
Hendrina	2,000	<b>Distribuição Hidroeléctrica</b>	<b>83</b>
Kendal	4,116	First Falls	6
Kriel	3,000	Second Falls	11
Lethabo	3,708	Colley Wobbles	42
Majuba	4,110	Ncora	24
Matimba	3,990	<b>Estações de bombeamento</b>	<b>2,732</b>
Malta	3,600	Drakensberg	1,000
Tutuka	3,654	Palmiet	400
<b>Novas estações (carvão)</b>	<b>4,788</b>	Ingula (nova construção)	1,332
Medupi	4,788	<b>Turbinas a gás de ciclo aberto</b>	<b>2,414</b>
<b>Reabertura (carvão)</b>	<b>3,800</b>	Acacia	171
Camden	1,600	Port Rex	171
Grootvlei	1,200	Ankerlig	592
Komati	1,000	Gourikwa	444
<b>Nuclear</b>	<b>1,930</b>	Gas I (nova construção)	1,036
Koeberg	1,930	<b>Eólica</b>	<b>3</b>
		Klipheuwel	3
<b>Total</b>	<b>44,396</b>	<b>Total outras</b>	<b>5,833</b>
<b>central eléctrica de carga básica</b>	<b>96%</b>	<b>Capacidade total</b>	<b>50,229</b>

Fonte: EIA.

### Origem das importações de petróleo, 2009.



## Desafios na esfera social e económica

Refinação de combustíveis sintéticos a partir do carvão e gás natural: As principais empresas a operarem nesta área são a PetroSA e a Sasol. De acordo com o Department of Minerals and Energy, cerca de 36% das necessidades de combustíveis líquidos é coberta por combustíveis sintéticos.

**O National Energy Regulator of South África (NERSA)**, criado em 2005, é o organismo regulador da indústria energético sul-africano, sendo responsável pela implementação do Plano Energético de África do Sul. Por sua vez, a Petroleum Oil and Gas Corporation of South África (PetroSA) é a empresa responsável pela gestão e promoção do licenciamento das explorações de petróleo e gás natural.

**O sector do gás natural:** O país produz 115 mil milhões (mm) de m<sup>3</sup> e consome 228 mm de m<sup>3</sup>. As importações - 113 mm de m<sup>3</sup> - têm origem em Moçambique e na Namíbia. Embora este sector seja pouco representativo no conjunto do sector energético total, o governo tem vindo a implementar políticas promotoras do seu desenvolvimento, tanto através da realização de novos investimentos com o objectivo de aumentar as reservas (actualmente as reservas provadas são insignificantes face às quantidades produzidas e consumidas), bem como incremento da produção e importação deste tipo de energia. A refinaria Gas to Liquids (GTL), em funcionamento desde 2004, tem uma capacidade de processar 45 mil barris diários, sendo considerada uma das maiores a nível mundial.

**Energias renováveis:** No âmbito das preocupações ambientais as autoridades sul-africanas têm vindo a promover a formação de parcerias com a finalidade de desenvolver a produção e a utilização deste tipo de energias. O objectivo é de que em 2013, este tipo de energia contribua com 10 mil gigawatts. De acordo com o instituto de estatística sul-africano, o alcance deste objectivo é equivalente à substituição de 1320 megawatts de electricidade produzida a partir do carvão ou de 1100 milhões de litro de gasóleo por biofueis (14% do consumo). Estudos oficiais apontam para que o desenvolvimento deste tipo de energia tenha um impacto positivo no PIB de 1071 milhões de rands/ ano (2.7% do PIB) e para a criação de 20 mil empregos; também contribuirá com 299 milhões de rands para a receita pública e permitirá uma poupança de 17 milhões de quilolitros de água, gerando uma poupança de 27 milhões de rands.

#### Investimento em energias "limpas" em 2009 (comparação internacional).

	mil milhões de USD	em % do PIB
Brasil	7.4	0.47%
China	34.6	0.70%
Índia	2.3	0.19%
África do Sul	0.125	0.04%

Fonte: Renewable Energy and Efficiency Partnership, FMI.

#### Resumo do sector energético de África do Sul

Reservas provadas de petróleo (Janeiro 2010)	15 milhões de barris
Produção de petróleo (2008)	195 mil barris por dia (bbl/d), dos quais 160 mil bbl/d são de líquidos sintéticos
Consumo de petróleo (2008)	575 mil bbl/d
Capacidade de refinação e petróleo bruto	692 mil bbl/d (SAPIA)
Reservas provadas de gás natural (Cedigaz, 2009)	0.318 mil milhões de m <sup>3</sup>
Produção de gás natural (2008)	115 mil milhões de m <sup>3</sup>
Consumo de gás natural (2008)	228 mil milhões de m <sup>3</sup>
Reservas recuperáveis de carvão (2007)	34 mil milhões de short tons (unidade de massa que se aplica a este minério) (World Energy Council)
Produção de carvão (2008)	260 milhões de short tons
Consumo de carvão (2008)	194 milhões de short tons
Electricidade - capacidade instalada (2008)	43 gigawatts (EIA)
Produção de electricidade (2008)	240 mil milhões de kilowatts por hora
Consumo de electricidade (2008)	215 mil milhões de kilowatts por hora
Consumo total de energia per capita (2007)	111 milhões de Btus (British thermal unit = +/- 1055 joules)
Intensidade energética (2007)	17,002 Btu por \$2005 PPP
<b>Ambiente</b>	
Emissões de dióxido de carbono (2008)	451 mil milhões de m <sup>3</sup>
Emissões de dióxido de carbono per capita (2008)	9.25 de m <sup>3</sup>
Intensidade de dióxido de carbono (2008)	1.63 toneladas métricas por mil \$2005-PPP
<b>Indústria do petróleo e do gás</b>	
Organização	A empresa pública Petroleum Oil and Gas Corporation (PetroSA) gere as licenças de exploração de gás e petróleo no país.
Principais refinarias (capacidade, bbl/d)(2006E)(*)	Sapref(180, 000), Enref(125,000), Calref(100,000), Natref(108,000)-Synthetic Fuel Refineries, Sasol(150,000), PetroSA(45,000)

Fonte: US Energy Information Administration; \* SAPIA Annual Report 2006

Nota: O consumo total de energia inclui petróleo, gás natural seco, carvão, hidroelectricidade, nuclear, geotérmica, solar, eólica, resíduos de madeira e de energia eléctrica. O consumo de energia renovável inclui energia hídrica, solar, eólica, das marés, geotérmica, biomassa sólida e de produtos animais, biomassa e gás líquidos, resíduos industriais e urbanos.

Teresa Gil Pinheiro



## Desafios na esfera social e económica

### SECTOR DOS TRANSPORTES

As autoridades sul-africanas têm feito uma aposta clara na modernização da rede de transportes, tendo elegido este como um dos factores críticos de competitividade, necessário para garantir o desenvolvimento económico e promover a integração social. Até ao passado recente, o sector sofreu com o sub-investimento em infra-estruturas rodó e ferroviárias e a baixa ineficácia do serviço prestado justificou que o investimento nesta área passasse a ser prioritário. Como tal, o reforço e construção de infra-estruturas é um dos pontos considerado no Plano de Crescimento Acelerado e Partilhado da África do Sul (AsgiSA - Accelerated and Shared Growth Initiative for South Africa), uma estratégia de desenvolvimento de médio prazo que visa reduzir os índices de desemprego e pobreza até metade em 2014 (por comparação com os níveis de 2004) e atingir um ritmo de crescimento do PIB de 6% no período 2010-2014. A realização do Campeonato do Mundo de Futebol serviu de argumento para agilizar a política de investimentos no sector, mas a aposta vai para lá desse objectivo, sendo este um sector em que o país pretende ganhar vantagem competitiva. A ênfase no investimento em infra-estruturas é evidente no aumento do investimento público, mas também na promoção de parcerias público-privadas.

### PORTOS MARÍTIMOS

A África do Sul é cruzada por várias rotas marítimas, tanto do lado do Atlântico, como no Índico, com ligações aos principais portos comerciais mundiais. Cerca de 96% das exportações do país saem por via marítima.

O país dispõe de sete portos marítimos, e está em construção um novo porto na zona de costa de Port Elizabeth. A gestão dos portos compete à empresa pública Transnet National Ports Authority. Apesar da importância da rede marítima, os principais portos de mercadorias, Durban e a Cidade do Cabo, têm experimentado problemas de congestionamento nos últimos anos. De facto, enquanto que nas economias desenvolvidas o tempo de descarga de contentores é em regra inferior a uma semana, nos países Africanos, incluindo África do Sul, este período pode ascender a duas semanas. Esta falta de capacidade das estruturas portuárias é o resultado do sub-investimento ao longo dos anos, o qual não tem sido suficiente para acomodar o aumento significativo de tráfego: em 2003 passaram pelos portos sul-africanos 2.4 milhões de contentores (171 milhões de toneladas) que compara com 3.7 milhões de contentores em 2009 (183 milhões de toneladas), um acréscimo de cerca de 54%. Este atraso é muitas vezes justificado por falta de capacidade de processamento de informação na alfândega, mais do que por razões de capacidade logística. Nesse sentido, é importante uma aposta no aumento de capacidade existente, mas também na modernização das estruturas existentes.

Desde 2004 tem-se procedido a vários investimentos de melhoria das estruturas existentes, nomeadamente nos terminais de contentores de Durban e Cidade do Cabo, e construção de outras novas estruturas portuárias, como é o caso do porto de águas profundas de Ngcura, próximo de Port Elizabeth. Outros projectos recentes incluem aumento de capacidade e da profundidade do Porto de Durban (ZAR 2.6 mil milhões), que lida com cerca de 65% dos navios; expansão do Porto de Cape Town, duplicando a sua capacidade até 2012; finalizar o terminal dedicado de carvão de Richards Bay.

### REDE RODOVIÁRIA

A rede rodoviária sul-africana inclui cerca de 754 mil Km, cuja manutenção ou construção de novos troços é da responsabilidade das respectivas províncias e governos locais e da Agência Nacional de Estradas. Porém, a política global continua a ser da responsabilidade do Departamento dos Transportes.

Ao longo das últimas décadas, a reduzida capacidade e as limitações do transporte ferroviário justificou um desvio do tráfego de transportes de mercadorias e pessoas para as estradas. Actualmente cerca de 80% do transporte de mercadorias é feito por terra; e o reduzido controlo quanto ao excesso de carga motivou danos elevados ao longo das rodovias, com custos e tempo de reparação também bastante elevado. Além de que a expansão do volume de tráfego tem aumentado exponencialmente os problemas de congestionamento nas maiores áreas urbanas, em particular em Joanesburgo. Estão em curso planos para aumentar a rede de auto-estradas em várias províncias, nomeadamente em Gauteng, onde deverão ser investidos cerca de ZAR 11.5 mil milhões nos próximos três anos. Também foi feito um investimento relevante na auto-estrada de ligação de Pretória a Joanesburgo, melhorando a ligação entre duas zonas económicas vitais. Na ausência de uma rede completa de transportes públicos o sistema informal de táxi urbano acaba por ser o meio de transporte mais utilizado pela população. Com a realização do Campeonato do Mundo de futebol apostou-se na melhoria da rede pública de transportes, nomeadamente ao nível da rede de autocarros.

**CAMINHOS-DE-FERRO**

África do Sul dispõe da rede ferroviária mais extensa da região e a décima mais longa em termos mundiais, com ligações a todos os principais vizinhos na região. A Transnet Freight Rail é uma linha ferroviária pública, com cerca de 22 mil KM, a mais longa do país, e que assume uma forte relevância na medida em que é a principal ligação entre os portos marítimos (porta de entrada/saída das mercadorias) com o resto do país. Dada a sua relevância, as autoridades sul-africanas têm feito incidir neste segmento uma parte importante do investimento. Estes investimentos concentram-se sobretudo nos corredores de tráfego mais importantes, nomeadamente da província de Gauteng (cuja capital é Joanesburgo) até à fronteira com o Zimbabué, na linha Joanesburgo-Durban (a mais utilizada para transporte de matérias não minerais); a linha Gauteng-Maputo; Gauteng-Cidade do Cabo; e também nos serviços ferroviários na Zona de Desenvolvimento Industrial de Coega, próximo de Port Elizabeth. Adicionalmente, a primeira fase da construção da linha de comboio de alta velocidade, numa extensão de 80 Km, Gautrain, que ligará Joanesburgo à capital, Pretória, via Sandton e o aeroporto internacional Oliver Tambo, está praticamente finalizada. A ligação Sandton-Aeroporto deverá estar finalizada em 2010. Também está prevista a expansão da capacidade da linha-férrea que liga Sichen ao Porto de Saldanha (ZAR 7.3 mil milhões em 5 anos), e expansão do terminal dedicado de ferro em Saldanha.

**TRANSPORTE AÉREO**

O investimento na melhoria das estruturas aeroportuárias tem sido significativo ao longo dos últimos anos, sobretudo em antecipação da realização do Mundial de 2010. Adicionalmente, a necessidade de aumento da capacidade resulta também do forte incremento do tráfego de passageiros nos últimos anos: o número de passageiros domésticos aumentou significativamente com o aparecimento das viagens de baixo custo e o aumento do turismo impulsionou o tráfego internacional de passageiros. Actualmente, os aeroportos da África do Sul têm uma capacidade combinada anual de 28.4 milhões de passageiros domésticos e 11 milhões de passageiros internacionais, planeando-se aumentar a capacidade para 55m-60m de passageiros por ano (excluindo o novo aeroporto). Estes planos de expansão incluem a construção de novas aerogares e terminais de estacionamento e parques de estacionamento nos dez aeroportos. Além disso, um novo aeroporto internacional está a ser construída em La Mercy, ao norte de Durban em KwaZulu-Natal.

## Anexo

## República da África do Sul - Indicadores económico e financeiros seleccionados.

	2005	2006	2007	2008	2009 Proj.	2010 Proj.	2011 Proj.	2014 Proj.
	(variações anuais em percentagem , excepto quando indicado de outra forma)							
<b>Rendimento e preços</b>								
PIB real	5.0%	5.4%	5.1%	3.1%	-2.1%	1.9%	3.8%	4.5%
PIB real per capita	4.0%	4.3%	4.1%	1.3%	-3.2%	80.0%	2.7%	3.3%
Procura doméstica real	5.7%	9.2%	6.0%	3.1%	-2.1%	2.4%	3.7%	4.4%
Deflactor do PIB	5.2%	7.2%	9.0%	10.8%	7.5%	8.6%	7.1%	5.8%
Taxa de inflação (média anual)	3.4%	4.7%	7.1%	11.5%	7.1%	5.8%	5.8%	5.0%
<b>Mercado de trabalho</b>								
Taxa de desemprego (%)	26.7%	25.5%	22.7%	21.9%	24.9%	24.3%	23.4%	19.3%
Remuneração média (sector não-agrícola formal)	7.1%	7.5%	6.7%	12.7%	9.9%	9.5%	7.8%	7.1%
Produtividade laboral (sector não-agrícola formal)	3.9%	2.7%	2.4%	1.1%	0.6%	0.9%	2.3%	2.5%
Custos unitários de trabalho nominais (sector não-agrícola formal)	3.2%	4.7%	4.2%	11.5%	9.2%	8.6%	5.3%	4.5%
<b>Sector Externo</b>							100	
Exportações de mercadorias, fob	15.0%	16.0%	17.4%	12.8%	-16.9%	5.4%	6.7%	6.8%
Importações de mercadorias, fob	16.6%	25.0%	15.5%	10.1%	-15.9%	7.8%	6.3%	6.5%
Exportações (bens e serviços) volume	8.0%	5.6%	7.5%	1.7%	-10.3%	2.7%	5.0%	5.8%
Importações (bens e serviços) volume	10.3%	18.8%	10.0%	2.2%	-8.5%	4.3%	4.4%	5.2%
Termos de troca	0.6%	4.3%	3.4%	1.1%	0.7%	0.3%	-1.0%	-30.0%
Taxa de câmbio nominal efectiva (média no período)	1.1%	-5.6%	-9.7%	-18.5%	12.6%	...		
Taxa de câmbio real efectiva (média no período)	0.5%	-2.5%	-3.3%	-11.6%	2.4%	...		
<b>Moeda e crédito</b>								
Activos domésticos líquidos	14.6%	15.4%	21.3%	9.6%	9.1%	10.6%	11.6%	11.6%
Oferta de moeda (incluindo depósitos em moeda estrangeira)	20.5%	22.5%	23.6%	14.8%	7.9%	12.6%	12.5%	12.2%
Velocidade de circulação (PIB/média da oferta de moeda)	1.5%	1.4%	1.3%	1.3%	1.2%	1.2%	1.2%	1.1%
Repo rate (final do período)	7.0%	9.0%	11.0%	11.5%	7.5%	...		
	(em % do PIB , excepto quando indicado de outra forma)							
<b>Investimento e poupança</b>								
Investimento (incluindo stocks)	18.1%	20.4%	21.9%	22.8%	22.3%	22.8%	23.3%	23.6%
Dos quais: investimento público (incluindo empresas públicas)	4.3%	4.9%	6.2%	7.5%	8.4%	8.7%	8.9%	8.8%
Investimento privado	12.5%	13.7%	15.0%	15.8%	15.4%	15.4%	15.4%	15.7%
Poupança nacional bruta	14.0%	14.0%	14.6%	15.4%	16.4%	16.4%	16.3%	16.3%
Pública (incluindo empresas públicas)	3.1%	3.8%	4.8%	3.5%	-0.7%	-70.0%	50.0%	1.4%
Privada	11.0%	10.1%	9.8%	11.9%	17.1%	17.1%	15.8%	14.8%
<b>Contas Públicas</b>								
Receitas, incluindo donativos	25.6%	26.5%	26.9%	26.4%	25.0%	24.6%	24.6%	25.3%
Gastos e financiamento líquido	26.2%	26.1%	26.1%	27.1%	29.4%	29.5%	28.6%	28.4%
Saldo Orçamental	-0.6%	0.4%	0.8%	-0.7%	-4.4%	-4.8%	-3.9%	-3.1%
Dívida Pública	35.3%	33.1%	28.5%	27.3%	30.2%	32.4%	33.0%	33.6%
Necessidades de financiamento do sector público não financeiro	-0.2%	-0.4%	-0.5%	2.9%	8.1%	8.3%	7.0%	4.6%
<b>Sector Externo</b>								
Balança Corrente	-4.0%	-6.5%	-7.3%	-7.4%	-6.0%	-6.4%	-6.9%	-7.4%
Dívida Externa total	19.1%	22.2%	26.6%	25.9%	27.3%	30.6%	32.5%	37.6%
Reservas brutas (SARB, mil milhões USD)	20.6	25.6	33.0%	34.1%	35.8%	35.8%	35.8%	35.8%
(em meses das importações estimadas para o ano seguinte)	2.9	3.1	3.7%	4.6%	4.5%	4.2%	3.9%	3.3%

Fonte: Fundo Monetário Internacional, Country Report No. 09/273, September 2009.

## **BASES DE DADOS**

Calendário de Acontecimentos Políticos e Económicos em Agosto e Setembro de 2010

### **CONJUNTURA ECONÓMICA**

Indicadores de Conjuntura Macroeconómica em Portugal  
Indicadores de Conjuntura Económica Internacional I  
Indicadores de Conjuntura Económica Internacional II

### **MERCADOS CAMBIAIS**

Cotações no mercado *Spot*  
Taxas Oficiais de Conversão para o EURO  
MTC-2

### **MERCADOS MONETÁRIOS**

Taxas de Juro Internacionais

### **MERCADOS DE OBRIGAÇÕES**

Indicadores do Mercado Doméstico de Obrigações  
Evolução dos Indexantes  
Taxa de Rendimento de Obrigações do Tesouro

### **MERCADOS DE ACÇÕES**

Indicadores dos Mercados Internacionais de Acções

### **COMMODITIES**

Índices CRB de Preços de Futuros de *Commodities*



**Calendário de Acontecimentos Políticos e Económicos Esperados em Agosto e Setembro 2010\***

<b>País / Entidade</b>	<b>Dia</b>	<b>Acontecimento / Indicadores Económicos</b>
<b>Agosto</b>		
Reino Unido	4-5	Reunião do Comité de Política Monetária
UEM	5	Reunião do Comité de Política Monetária
Japão	9-10	Reunião de Política Monetária do Banco do Japão
EUA	10	Reunião do Comité de Política Monetária da Reserva Federal (FOMC)
Reino Unido	11	Publicação do relatório de inflação
UEM	12	Publicação do boletim mensal do BCE
Reino Unido	18	Publicação das minutas da reunião de 4-5 de Agosto
EUA	31	Publicação das minutas da reunião de 10 de Agosto
<b>Setembro</b>		
UEM	2	Reunião do Comité de Política Monetária
Japão	6-7	Reunião de Política Monetária do Banco do Japão
EUA	8	Publicação do livro beje
Reino Unido	8-9	Reunião do Comité de Política Monetária
Suíça	16	Reunião de Política Monetária do BNS
EUA	21	Reunião do Comité de Política Monetária da Reserva Federal (FOMC)
Reino Unido	22	Publicação das minutas da reunião de 8-9 de Setembro

Notas: (-) Esperado durante o mês.

(\*) - Este calendário não pretende conter uma enumeração exaustiva de todos os acontecimentos futuros na Europa e América do Norte, mas sim listar alguns dos eventos que possam ter um impacto significativo nos mercados financeiros.

## Indicadores de Conjuntura Económica em Portugal

	2007			2008			2009			2010			Jul.	Ago.	Set.
	Out.	Nov.	Dez.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.			
<b>Contas Nacionais (Base 2000)</b>															
PIB <sup>(1)</sup>	1.9	0.0	-2.7	-0.6	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.7	-0.5	-0.2	-	-
Consumo privado <sup>(1)</sup>	1.7	1.7	-0.8	-0.7	-0.8	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-0.7	-	-
Consumo público <sup>(1)</sup>	0.0	1.1	3.5	2.4	3.5	2.4	2.4	1.5	1.5	1.5	-	-	-	-	-
Investimento <sup>(1)</sup>	3.4	0.5	-12.6	-12.6	-12.6	-12.6	-12.6	-3.8	-3.8	-3.8	-	-	-	-	-
Exportações <sup>(1)</sup>	7.8	-0.5	-11.6	-2.0	-11.6	-2.0	-2.0	8.5	8.5	8.5	-	-	-	-	-
Importações <sup>(1)</sup>	6.1	2.7	-9.2	-4.3	-9.2	-4.3	-4.3	5.2	5.2	5.2	-	-	-	-	-
<b>Preços e salários</b>															
Taxa de Inflação média (%)	2.5	2.6	-0.8	-0.6	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.8	-0.7	-0.5	-0.2	-	-
Taxa de inflação homóloga (%)	2.7	0.8	-0.1	-1.5	-0.6	-0.1	0.1	0.2	0.5	0.7	1.1	1.2	1.2	-	-
Taxa de inflação harmonizada (%)	2.7	0.8	-0.1	-1.6	-0.8	-0.1	0.1	0.2	0.6	0.7	1.1	1.1	1.1	-	-
Inflação de Bens (taxa harmonizada)	2.5	-0.5	-0.9	-3.1	-1.7	-0.9	-0.4	-0.3	0.5	0.8	1.2	1.5	1.5	-	-
Inflação de Serviços (taxa harmonizada)	3.1	3.0	1.0	0.6	0.6	1.0	0.8	0.8	0.8	0.5	0.9	0.9	0.7	-	-
Variação de salários sector privado (%) <sup>(2)</sup>	2.9	3.1	2.8	-	-	-	2.0	2.6	3.8	0.0	-	-	-	-	-
<b>Nível de actividade</b>															
Indicador de Condições Financeiras (BPI) <sup>(3)</sup>	1.14	0.76	0.74	-	-	0.84	-	-	0.88	-	-	-	-	-	-
Indicador coincidente do BdP (tvh)	2.2	-0.5	-2.0	-0.9	-0.5	-0.1	0.3	0.7	1.0	1.3	1.4	1.5	1.5	-	-
Índice de produção industrial (tvh)	1.1	-9.3	-1.5	-5.5	-5.9	-1.5	3.8	3.2	4.5	0.6	3.4	3.4	3.4	-	-
Índice de confiança na indústria	0	-3.1	-2.1	-2.5	-1.9	-2.1	-1.6	-1.7	-1.4	-1.2	-1.3	-1.3	-1.1	-	-
Índice de confiança dos consumidores	-35	-46	-33	-27	-30	-33	-29	-33	-35	-35	-40	-40	-40	-	-
Índice de confiança no sector da construção	-35	-41	-48	-40	-42	-48	-49	-52	-50	-50	-48	-46	-48	-	-
Índice de confiança no comércio a retalho	-7	-29	-17	-13	-13	-17	-11	-12	-8	-9	-4	-1	-	-	-
Vendas a retalho (tvh)	-1.7	-4.2	2.6	-1.4	-1.9	2.6	0.2	0.8	1.5	-0.2	0.8	-1.6	-	-	-
Vendas de automóveis (tvh)	12.3	37.9	-17.9	3.5	1.0	-17.9	61.9	53.0	87.0	32.9	46.7	62.5	-	-	-
Vendas de cimento (tvh)	0.9	-6.6	-15.6	-18.1	-5.5	-23.7	-7.3	-8.4	-11.6	-11.4	-2.2	-4.6	-	-	-
Dormidas na hotelaria	5.2	-1.3	-6.5	-5.9	-5.5	-2.5	1.6	-0.6	3.8	-4.9	0.4	-	-	-	-
Taxa de Desemprego (%)	8.0	7.6	9.5	10.1	10.1	10.1	10.6	10.6	10.6	10.6	-	-	-	-	-
<b>Exterior</b>															
Balança Corrente (ytd; M.E.)	-17,074	-21,699	-17,262	-14,120	-15,970	-17,262	-1,323	-2,602	-4,056	-4,056	-5,170	-	-	-	-
Bens e serviços (ytd; M.E.)	-21,617	-25,244	-19,560	-16,042	-17,840	-19,560	-1,412	-2,935	-4,696	-6,190	-7,779	-	-	-	-
Exportações Mercadorias (ytd; var.%)	8.9	1.0	-18.1	-21.6	-19.8	-18.2	5.8	9.3	14.6	15.2	14.7	-	-	-	-
Importações Mercadorias (ytd; var.%)	7.4	7.2	-18.1	-21.9	-20.1	-18.3	-3.4	4.6	7.6	9.2	9.9	-	-	-	-
Balança Financeira (M.E. - ytd)	13,530	17,941	15,606	5,845	5,845	5,845	5,845	5,845	5,845	5,845	5,845	-	-	-	-
Investimento directo em Port. (M.E. - ytd)	2,238	3,185	2,067	1,322	1,322	1,322	1,322	1,322	1,322	1,322	1,322	-	-	-	-
Investimento directo de Port. no exterior (M.E. - ytd)	-4,013	-1,872	-931	-288	-288	-288	-288	-288	-288	-288	-288	-	-	-	-
Outro investimento em Portugal (M.E. - ytd)	16,017	-8,954	877	13,853	13,853	13,853	13,853	13,853	13,853	13,853	13,853	-	-	-	-
Outro investimento de Portugal no exterior (M.E. - ytd)	-11,640	10,747	-139	-4,681	-4,681	-4,681	-4,681	-4,681	-4,681	-4,681	-4,681	-	-	-	-
<b>Finanças Públicas</b>															
Financiamento do SPA (ytd; M.E.)	3,387	4,572	15,737	3,758	3,758	3,758	3,758	3,758	3,758	3,758	3,758	-	-	-	-
Financiamento do SPA (ytd; M.E.)	3,387	4,572	15,737	2,398	2,398	2,398	2,398	2,398	2,398	2,398	2,398	-	-	-	-

Fontes: Dados compilados pelo BPI a partir de publicações do Banco de Portugal, INE, DGI, Bloomberg.

Notas: tvh: taxa de variação homóloga

<sup>(1)</sup> - 2006 a 2008 - tv anual; restantes -tv; <sup>(2)</sup> - Remun. médias implícitas na regulam.colectiva trabalho do sector privado; <sup>(3)</sup> - Valores anuais apresentados para o ICF correspondem a médias das observações trimestrais.

Indicadores de Conjuntura Económica Internacional I	2007			2008			2009			2010			Jul.	Ago.	Set.	
	Out.	Nov.	Dez.	Out.	Nov.	Dez.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.				Abr.
<b>Matérias Primas</b>																
Preço do petróleo (USD/Barril Brent)	93.89	41.76	77.2	74.4	77.91	77.2	70.46	76.68	81.3	85.99	73.74	73.87	78.28	-	-	-
Índice preços de matérias primas - USD (t.v.h.)	17.4	-26.5	41.5	21.2	31.6	41.5	32.7	40.7	31	33.2	11.5	14.1	-	-	-	-
<b>Custos laborais</b>																
EUA	0.7	1.7	-5.1	-	-5.1	-	-	-	-4.2	-	-	-	-	-	-	-
Euro12	2.8	4.3	1.7	-	1.7	-	-	-	2.1	-	-	-	-	-	-	-
Japão	-2.3	-1.5	-5.9	-1.9	-2.4	-5.9	-0.2	-0.7	1	1.6	0.1	1.5	-	-	-	-
<b>Taxas de Juro de Curto prazo</b>																
EUA	4.70	1.43	0.25	0.28	0.26	0.25	0.25	0.25	0.29	0.35	0.54	0.53	0.45	-	-	-
Euro12	4.68	2.89	0.66	0.67	0.68	0.66	0.61	0.60	0.58	0.61	0.63	0.71	0.83	-	-	-
Japão	0.90	0.83	0.28	0.33	0.30	0.28	0.26	0.25	0.24	0.24	0.25	0.24	0.24	-	-	-
<b>Taxas de Juro de Longo prazo</b>																
EUA	4.02	2.21	3.84	3.38	3.20	3.84	3.58	3.61	3.83	3.65	3.28	2.93	2.91	-	-	-
Alemanha	4.33	2.95	3.39	3.23	3.16	3.39	3.20	3.10	3.09	3.02	2.66	2.58	2.67	-	-	-
Japão	1.51	1.17	1.30	1.42	1.27	1.30	1.33	1.31	1.40	1.29	1.27	1.09	1.07	-	-	-
<b>Taxas de Cambio Efectivas</b>																
EUA (+ valorização;-depreciação)	-6.8	9.1	-7.0	-5.6	-8.4	-7.0	-7.2	-8.0	-9.2	-7.3	-1.7	0.2	-	-	-	-
Euro12	6.3	0.6	-1.0	8.5	6.7	-1.0	1.0	-1.6	-4.9	-3.8	-9.6	-10.4	-7.2	-	-	-
Japão	0.2	32.0	-3.8	7.9	2.0	-3.8	-6.7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Preços no Produtor</b>																
EUA	6.2	-0.9	4.3	-2	2.2	4.3	4.5	4.2	6	5.5	5.3	2.8	-	-	-	-
Euro12	4.6	1.2	-2.9	-6.6	-4.4	-2.9	-1	-0.4	0.9	2.8	3.1	-	-	-	-	-
Japão	2.6	0.9	-3.8	-6.8	-5	-3.8	-2.2	-1.6	-1.3	-0.1	0.5	0.5	-	-	-	-
<b>Preços no Consumidor</b>																
EUA	4.1	0.1	2.7	-0.2	1.8	2.7	2.6	2.1	2.3	2.2	2	1.1	-	-	-	-
Euro12	3.1	1.6	0.9	-0.1	0.5	0.9	1	0.9	1.4	1.5	1.6	1.4	-	-	-	-
Japão	0.7	0.4	-1.7	-2.5	-1.9	-1.7	-1.3	-1.1	-1.1	-1.2	-0.9	-0.7	-	-	-	-
<b>Massa Monetária</b>																
EUA (M2)	5.6	9.6	3.5	6	5.7	3.5	2	2.3	1.4	1.6	1.7	1.8	-	-	-	-
Euro12	11.6	7.6	-0.3	0.3	-0.2	-0.3	-	-0.4	-0.1	-0.2	-0.1	0.2	-	-	-	-
Japão	2.1	1.8	3.1	3.4	3.3	3.1	3	2.7	2.7	2.9	3.1	2.9	-	-	-	-

Fontes: IEA market report, Economist, UE, FMI, OCDE, BNP, Merrill Lynch, Bloomberg.

Notas: taxas de variação homóloga, excepto quando indicado o contrário.

Indicadores de Conjuntura Económica Internacional II	2007			2008			2009			2010		
	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
<b>Crescimento do Produto</b>												
EUA (anualizado)	1.9	0.0	-2.6		5.0	3.7			2.4			
Europa 12 (q/q)	2.8	0.4	-4.1		0.1	0.2			-			
Japão (q/q)	2.4	-1.2	-5.2		1.1	1.2			-			
<b>Desemprego</b>												
EUA	5.0	7.4	10.0	10.1	10.0	9.7	9.7	9.7	9.9	9.7	9.5	-
Europa 12	7.4	8.2	9.8	9.8	9.8	9.9	9.9	10.0	10.0	10.0	10.0	-
Japão	3.8	4.4	5.2	5.2	5.3	4.9	4.9	5.0	5.1	5.2	5.3	-
<b>Confiança das Empresas</b>												
EUA - Índice de confiança PME's	95	85	88	88	88	87	87	87	89	89	89	-
Europa 12 - Índice do Eurostat	2	-33	-16	-21	-19	-14	-13	-10	-7	-6	-4	-
Japão - Índice Iankan (grandes empresas:manufaturas)	19	-24	-24	-24	-24	-14	-14	-14	1	1	1	-
<b>Confiança dos Consumidores</b>												
EUA - Índice da Universidade de Michigan	75.5	60.1	72.5	70.6	67.4	74.4	73.6	73.6	72.2	73.6	76.0	67.8
Índice do Conference Board	90.6	38.6	53.6	48.7	50.6	56.5	46.4	52.3	57.7	62.7	54.3	50.4
Europa 12 - Índice do Eurostat	-9	-31	-16	-18	-17	-16	-17	-17	-15	-18	-17	-14
Japão - Índice do ESRI	38	26.2	37.6	40.5	39.5	39.0	39.8	40.9	42.0	42.8	43.5	-
Indicador Avançado da OCDE												
EUA	102.6	89.9	96.8	95.1	96.0	97.6	98.2	98.6	98.9	99.0	-	-
Europa 12	103.4	90.6	98.1	97.1	97.7	98.3	98.5	98.6	98.5	98.3	-	-
Japão	101.0	90.1	93.2	91.5	92.4	93.2	94.3	94.4	94.4	94.2	-	-
<b>Indicador da Actividade Industrial</b>												
EUA - ISM Manufaturas	48.7	32.5	54.9	55.2	53.7	54.9	56.5	59.6	60.4	59.7	56.2	55.5
Europa 12 - Reuters PMI Manufaturas	52.6	33.9	51.6	50.7	51.2	51.6	54.2	56.6	57.6	55.8	55.6	56.7
Japão - Índice da Actividade Industrial (sa)	102.9	95.6	93.6	94.1	93.9	93.6	94.7	94.1	95.9	96.1	-	-
<b>Produção Industrial (t.v.h.)</b>												
EUA	1.8	-9.4	-1.6	-5.6	-4.1	-1.6	1.5	2.2	4.4	5.5	7.9	8.2
Europa 12	1.9	-12.5	-3.4	-11.1	-7.1	-3.4	1.9	4.8	7.9	9.7	-	-
Japão	2.9	-3.2	6.4	-14.4	-2.9	6.4	18.9	31.3	31.8	25.9	20.4	17.0
<b>Vendas a retalho (t.v.h.)</b>												
EUA	3.1	-11.1	5.5	-2.0	2.4	5.5	4.0	4.7	8.5	8.7	6.9	4.8
Europa 12	-0.4	-2.2	-	-1.1	-1.9	-	-0.8	0.2	1.3	-0.5	-	-
Japão	2.2	-11.2	-10.9	-19.2	-14.6	-10.9	-3.8	-0.9	2.4	3.6	1.3	1.2
<b>Balança comercial (bil moeda local: últimos 12 meses)</b>												
EUA	-823.2	-834.7	-506.9	-514.9	-508.8	-506.9	-523.3	-537.0	-550.2	-568.8	-	-
Europa 12	12.1	-51.2	21.9	5.9	16.4	21.9	24.6	27.8	30.1	27.9	-	-
Japão	11,330	1,907	2,774	1,094	1,990	2,774	3,957	4,600	5,411	5,886	6,010	-

Fontes: Bloomberg, Conference Board, Economist, ESRI, Eurostat, Reuters e Universidade de Michigan.

Nota: os dados anuais correspondem a valores de final do período, com excepção do PIB.

**Cotações no Mercado Spot**

DATA	EUR/USD	EUR/JPY	EUR/GBP	EUR/CHF	USD/JPY
01-Jul-10	1.2328	108.14	0.8222	1.3178	87.72
02-Jul-10	1.2548	109.88	0.8252	1.3376	87.57
05-Jul-10	1.2531	109.93	0.8275	1.3325	87.73
06-Jul-10	1.2579	110.46	0.8295	1.3373	87.81
07-Jul-10	1.2567	109.56	0.8319	1.3312	87.18
08-Jul-10	1.2660	111.49	0.8356	1.3321	88.06
09-Jul-10	1.2637	111.85	0.8360	1.3331	88.51
12-Jul-10	1.2572	111.35	0.8363	1.3349	88.57
13-Jul-10	1.2569	110.95	0.8318	1.3337	88.27
14-Jul-10	1.2703	112.49	0.8343	1.3428	88.55
15-Jul-10	1.2828	113.11	0.8357	1.3420	88.17
16-Jul-10	1.3000	112.54	0.8454	1.3543	86.57
19-Jul-10	1.2957	112.84	0.8483	1.3640	87.09
20-Jul-10	1.2844	111.50	0.8475	1.3537	86.81
21-Jul-10	1.2817	111.52	0.8395	1.3440	87.01
22-Jul-10	1.2850	111.57	0.8428	1.3418	86.82
23-Jul-10	1.2897	112.48	0.8372	1.3488	87.21
26-Jul-10	1.2931	112.31	0.8343	1.3574	86.85
27-Jul-10	1.3033	113.79	0.8382	1.3775	87.31
28-Jul-10	1.2992	114.01	0.8340	1.3760	87.75
29-Jul-10	1.3069	113.64	0.8367	1.3660	86.95
30-Jul-10	1.3028	112.62	0.8349	1.3541	86.44
<b>Var. Mês (%)</b>	5.68	4.14	1.55	2.75	-1.45
<b>Var. em 2010 (%)</b>	-9.46	-15.72	-6.34	-8.96	-6.91
<b>Média mensal</b>	1.2770	111.73	0.8357	1.3460	87.50

Fonte: BPI, BCE.

**Taxas Oficiais de Conversão para o EURO**

Escudo (PTE)	200.482
Peseta (ESP)	166.386
Franco Francês (FRF)	6.55957
Lira (ITL)	1936.27
Marco Alemão (DEM)	1.95583
Libra Irlandesa (IEP)	0.787564
Markka Finlandesa (FIM)	5.94573
Florim Holandês (NLG)	2.20371
Xelim Austríaco (ATS)	13.7603
Franco Belga (BEF)	40.3399
Franco Luxemburguês (LUF)	40.3399
Dracma Grega (GRD)	340.75
Tolar Esloveno (SIT)	239.640
Lira Maltesa (MTL)	0.429300
Libra Cipriota (CYP)	0.585274
Coroa Eslovaca (SKK)*	30.1260

Fonte: BCE.

Nota: (\*) Desde 01/01/2009.

**MTC-II**

	Taxa Central face ao EURO	Bandas de Variação
DKK (Coroa dinamarquesa)	7.46038	+/-2.25%
EEK (Coroa estoniana)	15.6466	+/-15%
LTL (Litas lituana)	3.45280	+/-15%
LVL (Lats letão)	0.702804	+/-15%

Fonte: BCE.

---

**Taxas de Juro Internacionais**

	<b>T/N</b>	<b>1 Mês</b>	<b>3 Meses</b>	<b>6 Meses</b>	<i>30.Jul.10</i> <b>1 Ano</b>
EUR	0.35%	0.59%	0.83%	1.11%	1.39%
USD	0.24%	0.30%	0.44%	0.66%	1.03%
JPY	0.11%	0.16%	0.24%	0.44%	0.67%
GBP	0.55%	0.57%	0.75%	1.03%	1.48%
CHF	0.10%	0.13%	0.17%	0.23%	0.50%

*Fonte: BPI, Reuters.*

*Nota: Taxas de juro Libor para todas as moedas.*

	2008			2009			2010						
	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	
Valor de Obrigações emitidas no mercado interno e externo													
Saldo em final do mês (10 <sup>6</sup> euros)	207,339	255,770	243,594	246,806	243,190	248,072	252,724	255,770	258,893	262,032	263,699	263,621	258,969
Emissões líquidas (10 <sup>6</sup> euros)	35,358	48,498	1,409	3,211	-3,739	4,836	4,688	4,594	4,944	2,072	873	6,567	-6,473
Valor de Obrigações do Tesouro emitidas													
Emissões brutas OT's (10 <sup>6</sup> euros) <sup>1</sup>	12,372	15,763	1,835	1,023	0	749	1,108	0	1,054	2,995	1,968	2,100	1,025
Emissões brutas BT's (10 <sup>6</sup> euros) <sup>1</sup>	14,827	21,421	2,275	1,347	2,291	1,486	2,493	1,457	1,924	1,421	2,759	1,565	2,121
Emissões líquidas (10 <sup>6</sup> euros) <sup>2</sup>	9,470	15,410	-1,559	1,338	-1,715	2,338	1,210	2,637	154	1,514	702	4,308	-3,809
Valor Obrig. emitidas por Empresas (10 <sup>6</sup> euros)													
Saldo em final do mês (10 <sup>6</sup> euros)	38,256	40,245	41,607	42,266	41,354	41,732	41,434	40,245	40,642	41,048	40,465	40,919	42,094
Emissões líquidas (10 <sup>6</sup> euros) <sup>3</sup>	5,112	2,318	-261	650	-897	372	-296	-1,039	367	396	-540	446	1,147
Valor Obrig. emitidas por Instituições Financeiras (10 <sup>6</sup> euros)													
Saldo em final do mês (10 <sup>6</sup> euros)	54,081	79,367	72,391	73,909	72,448	75,027	78,917	79,367	83,918	84,175	85,006	86,858	83,895
Emissões líquidas (10 <sup>6</sup> euros) <sup>3</sup>	17,361	17,361	3,104	1,511	-1,409	2,576	3,888	444	4,527	247	855	1,820	-3,630
Divida Pública Transacionável em euros - Saldo Vivo (10 <sup>6</sup> euros)													
BT's	95,969	109,963	104,762	106,769	105,054	107,352	108,096	109,963	109,253	112,250	112,188	116,341	112,750
OT's	12,187	17,231	15,329	16,676	14,961	16,447	15,774	17,231	15,017	16,438	15,304	16,870	16,623
OTRV's	82,148	91,907	89,029	90,029	90,029	90,840	91,907	91,907	92,907	94,853	96,304	98,163	97,055
Outros Títulos (ECP, MTN's, etc)	1,004	825	404	64	64	65	415	825	1,329	959	580	1,308	1,776
Capitalização Bolsista de Divida Diversa (10 <sup>6</sup> euros)	2,785	2,987	2,983	2,962	3,012	2,994	3,192	2,987	3,023	2,904	2,702	2,517	2,483
Valor de Obrig. na posse de não residentes <sup>4</sup>	71,867	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Stock em fim de período/Capitalização Bolsista	1.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações de Obrigações do Tesouro no MEDIP <sup>5</sup> (média diária) (10 <sup>6</sup> euros)													
	203	238	200	176	435	469	504	189	281	158	172	221	73

Fonte: BPI, Banco de Portugal, BVLPI/GCP.

Notas: <sup>1</sup>. Inclui apenas emissões em mercado interno de Títulos de Divida Transacionáveis - BT's, OT's e OTRV's.

<sup>2</sup>. Inclui apenas emissões em mercado interno e externo pela Administração Central; inclui certificados de aforo.

<sup>3</sup>. Inclui emissões no mercado interno e externo; inclui títulos de participação.

<sup>4</sup>. Inclui apenas Divida Pública emitida no mercado interno e o valor encontra-se expresso em milhões de euros.

<sup>5</sup>. MEDIP: Mercado Especial de Divida Pública, a funcionar desde 24.07.00 (inclui EuroMTS).

## Evolução dos Indexantes

DATAS	TD3	EONIA	EQUIVALENTE <sup>(1)</sup>	TAXA	TBA <sup>(2)</sup>	EURIBOR (ACT/360)					LIBOR / EURO			
						1 mês	2 meses	3 meses	6 meses	9 meses	12 meses	1 mês	3 meses	6 meses
01-Jul-10	0.98522	0.48	1.00	0.860	0.5050	0.6000	0.7820	1.0560	1.1910	1.3200	0.4613	0.7175	1.0125	1.2950
02-Jul-10	0.98522	0.44	1.00	0.863	0.5130	0.6060	0.7900	1.0600	1.2000	1.3290	0.4650	0.7269	1.0194	1.3069
05-Jul-10	0.98522	0.41	1.00	0.866	0.5150	0.6080	0.7930	1.0600	1.2020	1.3290	0.4681	0.7306	1.0231	1.3094
06-Jul-10	0.98522	0.42	1.00	0.869	0.5180	0.6120	0.7970	1.0610	1.2050	1.3310	0.4700	0.7400	1.0288	1.3181
07-Jul-10	0.98522	0.41	1.00	0.873	0.5230	0.6170	0.8020	1.0650	1.2080	1.3340	0.4769	0.7419	1.0369	1.3206
08-Jul-10	0.98522	0.40	1.00	0.877	0.5340	0.6260	0.8100	1.0700	1.2110	1.3400	0.4894	0.7525	1.0363	1.3171
09-Jul-10	0.98522	0.39	1.00	0.880	0.5470	0.6390	0.8220	1.0810	1.2210	1.3510	0.4988	0.7600	1.0488	1.3288
12-Jul-10	0.98522	0.39	1.00	0.885	0.5530	0.6440	0.8270	1.0860	1.2260	1.3560	0.5050	0.7663	1.0525	1.3325
13-Jul-10	0.98522	0.75	1.00	0.889	0.5620	0.6520	0.8350	1.0900	1.2290	1.3580	0.5113	0.7750	1.0613	1.3338
14-Jul-10	0.98522	0.44	1.00	0.894	0.5680	0.6580	0.8400	1.0950	1.2330	1.3630	0.5169	0.7744	1.0669	1.3400
15-Jul-10	0.98522	0.49	1.00	0.899	0.5740	0.6640	0.8460	1.1010	1.2370	1.3690	0.5288	0.7813	1.0738	1.3488
16-Jul-10	0.98522	0.56	1.00	0.904	0.5970	0.6810	0.8610	1.1140	1.2530	1.3800	0.5500	0.7938	1.0850	1.3600
19-Jul-10	0.98522	0.56	1.00	0.909	0.6110	0.6900	0.8700	1.1220	1.2620	1.3900	0.5663	0.8081	1.0929	1.3694
20-Jul-10	0.98522	0.55	1.00	0.914	0.6200	0.6970	0.8760	1.1270	1.2670	1.3930	0.5713	0.8113	1.0969	1.3700
21-Jul-10	0.98522	0.53	1.00	0.920	0.6280	0.7040	0.8810	1.1300	1.2710	1.3980	0.5756	0.8144	1.0981	1.3729
22-Jul-10	0.98522	0.52	1.00	0.926	0.6310	0.7070	0.8840	1.1310	1.2730	1.3990	0.5788	0.8163	1.1000	1.3713
23-Jul-10	0.98522	0.50	1.00	0.932	0.6330	0.7090	0.8850	1.1330	1.2770	1.4020	0.5788	0.8213	1.1044	1.3806
26-Jul-10	0.98522	0.50	1.00	0.938	0.6350	0.7120	0.8890	1.1370	1.2810	1.4070	0.5806	0.8231	1.1063	1.3838
27-Jul-10	0.98522	0.49	1.00	0.944	0.6380	0.7150	0.8930	1.1410	1.2850	1.4130	0.5825	0.8275	1.1094	1.3886
28-Jul-10	0.98522	0.48	1.00	0.950	0.6400	0.7190	0.8960	1.1430	1.2870	1.4160	0.5844	0.8306	1.1100	1.3900
29-Jul-10	0.98522	0.45	1.00	0.956	0.6430	0.7230	0.8990	1.1450	1.2890	1.4190	0.5863	0.8334	1.1106	1.3910
30-Jul-10	0.98522	0.42	1.00	0.962	0.6450	0.7240	0.8960	1.1450	1.2880	1.4170	0.5863	0.8325	1.1088	1.3900

Fonte: BPI, Reuters, IGCP, Bdp.

Nota: A TD3 corresponde à média das taxas anuais de depósitos de 180 dias praticadas pelas três instituições de crédito com maior saldo neste tipo de depósitos ponderada pelos respectivos saldos.

<sup>(1)</sup> Ex-taxa de desconto do BP. De acordo com a Portaria nº 1227/2001, esta taxa passa a ser igual à taxa mínima de proposta aplicável às operações principais de refinanciamento pelo BCE.<sup>(2)</sup> Desde 1/2/99 a TBA passou a ser fixada segundo a seguinte fórmula:  $0.52 \times L3 + 0.47 \times L12 - 0.12$ , em que L3 e L12 representam as médias móveis das últimas 20 observações da Libor a 3 e 12 meses, respectivamente, terminadas no penúltimo dia útil ao dia a que se refere o cálculo.

De acordo com a Portaria nº 359/2002, de 5 de Abril, as taxas de juro Libor e Lisra foram substituídas pelas taxas Euribor correspondentes, deixando de ser divulgadas.

## Taxa de Rendimento de Obrigações do Tesouro

01.Ago.10

Título	Maturidade	Admitidas a negoc. (10 <sup>3</sup> EUR)	Vida		Cupão	Preço	Modified Duration	YTM
			Anos	Meses				
<b>Obrig. do Tesouro</b>								
Ots 5 Anos 05	2011-04-15	4,532,000.00	0	8	3.200%	100.54	0.69	2.401%
Ots 10 Anos 01	2011-06-15	4,957,600.00	0	10	5.150%	102.36	0.85	2.387%
Ots 10 Anos 02	2012-06-15	7,641,000.00	1	10	5.000%	103.64	1.77	2.973%
OTs 15 Anos 98	2013-09-23	7,968,500.00	3	1	5.450%	106.06	2.76	3.386%
OTs 10 Anos 03	2014-06-16	6,000,000.00	3	10	4.375%	101.81	3.50	3.861%
OTs 5 Anos 09	2014-10-15	5,317,300.00	4	2	3.600%	98.62	3.72	3.960%
OTs 10 Anos 05	2015-10-15	9,649,000.00	5	2	3.350%	95.56	4.53	4.317%
OTs 10 Anos 06	2016-10-15	5,000,000.00	6	2	4.200%	98.41	5.17	4.496%
OTs 10 Anos 07	2017-10-16	6,082,800.00	7	2	4.350%	97.49	5.84	4.766%
Ots 10 Anos 08	2018-06-15	6,273,000.00	7	10	4.450%	96.49	6.43	4.998%
Ots 10 Anos 09	2019-06-14	6,861,800.00	8	10	4.750%	98.20	7.03	5.005%
Ots 10 Anos 10	2020-06-15	6,194,900.00	9	10	4.800%	95.04	7.57	5.462%
OTs 15 Anos 05	2021-04-15	7,076,500.00	10	8	3.850%	88.50	8.30	5.281%
OTs 15 Anos 08	2023-10-25	6,528,200.00	13	2	4.950%	95.06	9.05	5.482%
OTs 30 Anos 06	2037-04-15	6,972,600.00	26	8	4.100%	78.43	14.31	5.688%

Fonte: BPI

Nota: O YTM é uma taxa anual

## Indicadores dos Mercados Internacionais de Ações I

	30.Jul.10	Var. % 1m	Var. % 6m	Var. % Ytd	Var. % face Mín. 52 sem.	Data Mín. 52sem.	Var. % face Máx. 52sem.	Data Máx. 52sem.	Var. % 1ano	Ind. Geral PER Estim.
DJ EURO STOXX 50	2,742.1	11.9	-0.3	-4.8	15.3	2010-05-25	-7.3	2010-01-11	7.0	10.8
DJ EURO STOXX	261.7	11.2	0.7	-2.2	14.7	2010-05-25	-6.0	2010-04-15	10.1	12.2
DJ EUROPE STOXX 50	2,476.2	10.8	1.3	-1.6	12.9	2010-05-25	-6.4	2010-04-15	11.1	10.3
DJ EUROPE STOXX	255.4	10.5	4.5	3.2	17.5	2009-08-17	-3.9	2010-04-15	16.5	12.1
MSCI EUROPE	n.a	5.8	0.6	-3.3	n.a	n.a	n.a	n.a	9.5	n.a
BBG EUROPEAN INTERNET	49.5	6.5	-1.4	2.7	17.8	2009-08-07	-8.7	2010-04-26	15.9	16.5
BBG US INTERNET	46.5	10.6	0.0	-8.0	15.5	2009-08-17	-14.4	2010-04-15	12.3	18.2
FTSE 100	5,397.1	11.6	2.2	-0.3	17.4	2009-08-03	-7.5	2010-04-16	17.1	11.1
DAX	6,292.1	7.9	10.2	5.6	22.0	2009-08-19	-0.8	2010-04-26	18.0	11.7
CAC 40	3,752.0	12.1	-1.6	-4.7	14.1	2010-05-25	-8.2	2010-01-11	9.5	11.5
PSI-20	7,512.6	6.2	-6.8	-11.2	14.4	2010-05-25	-15.7	2009-10-20	3.0	13.7
IBEX 35	10,835.4	17.1	-2.7	-9.3	26.5	2010-06-08	-11.5	2010-01-05	-0.2	10.8
DOW JONES INDUST.	10,465.9	10.0	3.4	2.1	16.8	2009-08-17	-5.4	2010-04-26	16.1	12.9
S&P 500	1,101.6	9.8	1.8	0.7	14.8	2009-08-17	-7.9	2010-04-26	13.7	13.6
NASDAQ COMPOSITE INDEX	2,254.7	9.6	4.7	1.1	18.9	2009-08-17	-9.5	2010-04-26	15.9	17.4
S&P UTILITIES	262.8	14.1	7.8	10.1	28.8	2009-07-31	-8.4	2010-04-30	28.1	15.7
S&P FINANCIALS INDEX	197.9	11.1	3.1	4.4	17.4	2009-07-31	-12.3	2010-04-15	15.6	14.1
NIKKEI 225	9,570.3	4.0	-7.7	-9.3	5.4	2009-11-27	-16.1	2010-04-05	-7.6	17.3
MSCI WORLD	n.a	5.7	0.8	-2.9	n.a	n.a	n.a	n.a	7.9	n.a

Fonte: Bloomberg.

## Indicadores dos Mercados Internacionais de Ações II

	30.Jul.10	Var. % 1m	Var. % 6m	Var. % Ytd	Var. % face Min. 52 sem.	Data Min. 52sem.	Var. % face Máx. 52sem.	Data Máx. 52sem.	Var. % 1ano	Ind. Geral PER Estim.
DJ EUROPE TELECOM	261.1	11.9	7.1	2.0	18.8	2010-05-25	-0.1	2010-08-02	12.6	10.3
DJ EUROPE BANK	222.1	21.7	8.0	4.0	27.3	2010-06-08	-5.1	2009-10-15	12.0	13.1
DJ EUROPE TECHNOLGY	193.6	4.6	-0.8	6.7	15.4	2009-08-19	-11.9	2010-04-21	12.1	16.1
DJ EUROPE INDUSTRIAL	280.6	9.7	15.1	16.3	37.2	2009-07-31	-0.8	2010-06-21	35.9	14.9
DJ EUROPE INSURANCE	151.8	13.7	4.1	2.8	19.3	2010-05-07	-5.9	2009-10-16	15.5	9.3
DJ EUROPE MEDIA	171.6	11.4	11.3	9.6	28.6	2009-07-31	-2.4	2010-04-26	27.6	12.4
DJ EUROPE FINANCIAL	236.0	11.3	7.1	3.7	17.0	2010-02-08	-2.9	2010-04-16	9.8	13.7
DJ EUROPE OIL&GAS	295.1	12.9	-5.9	-8.0	14.1	2010-07-01	-13.9	2010-04-21	4.8	9.3
DJ EUROPE UTILITY	304.1	8.9	-5.6	-9.0	10.1	2010-07-02	-10.1	2010-01-11	1.0	10.7
DJ EUROPE AUTO	259.5	9.9	16.8	11.4	31.7	2010-02-25	-2.0	2010-07-27	5.7	14.4
DJ EUROPE CONSTRUCT	251.7	8.1	-3.8	-6.4	11.7	2009-08-07	-13.2	2010-04-26	10.4	13.5
DJ EUROPE HEALTHCARE	356.6	-0.2	-2.6	-1.4	12.2	2009-08-17	-6.6	2010-03-25	10.1	10.4
DJ EUROPE PR & HO GOODS	369.2	5.9	9.5	13.3	33.5	2009-08-07	-2.1	2010-06-21	n.a	n.a
DJ EUROPE TRAVEL&LEISURE	119.5	8.8	9.5	14.7	34.8	2009-07-31	-5.4	2010-04-26	n.a	n.a
DJ EUROPE BAS.RESR	497.6	15.7	6.3	3.6	42.0	2009-08-17	-11.0	2010-04-07	32.6	10.1
DJ EUROPE FOOD&BEV	329.4	3.6	8.4	9.3	33.3	2009-08-17	-3.3	2010-07-23	29.2	15.6
DJ EUROPE CHEMICAL	456.6	8.1	7.0	2.0	30.0	2009-08-17	-2.2	2010-04-26	n.a	n.a
DJ EUROPE RETAIL	258.9	7.4	5.1	8.5	21.0	2009-10-05	-5.4	2010-04-26	n.a	n.a
S&P AUTOMOBILES	90.4	21.4	9.5	19.2	54.0	2009-10-02	-13.6	2010-04-26	35.5	9.5
S&P INFORMATION TECHNOLOGY	353.6	9.9	3.9	-2.7	17.2	2009-08-17	-9.3	2010-04-26	14.8	13.4
S&P CONSUMER DISCRETIONARY	247.5	10.3	7.9	7.4	28.5	2009-08-17	-11.3	2010-04-26	26.7	14.8
S&P CONSUMER STAPLES	278.0	6.9	1.5	2.3	13.4	2009-08-18	-3.4	2010-03-23	11.0	14.3
S&P ENERGY	403.1	12.0	-3.0	-3.3	13.6	2010-07-01	-10.6	2010-04-26	6.6	12.1
S&P HEALTH CARE	331.0	3.5	-9.7	-7.1	5.9	2009-08-06	-12.6	2010-01-20	3.8	11.1
S&P MATERIALS	193.6	16.1	4.3	-0.8	17.7	2010-07-01	-7.3	2010-04-26	13.2	15.8
S&P TELECOMMUNICATION SERVICES	110.1	9.2	6.0	-2.2	13.6	2010-05-06	-4.2	2010-01-05	3.9	15.0

Fonte: Bloomberg.

Índices CRB de Preços de Futuros de *Commodities*

	Peso	Preços						Variação				
		02.Ago.10	1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	Dez.09	1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	ytd
<b>CRB Futuros</b>												
Índice Global	100%	276.0	254.5	277.7	273.2	257.5	283.4	8.5%	-0.6%	1.0%	7.2%	-2.6%
<b>CRB Energia</b>												
Petróleo		79.9	72.1	86.2	77.2	69.5	79.4	10.8%	-7.2%	3.5%	15.1%	0.7%
Heating oil		211.8	191.6	228.9	203.2	179.4	211.9	10.6%	-7.5%	4.2%	18.1%	-0.1%
Gas natural		4.9	4.7	3.9	5.5	3.7	5.6	4.7%	25.2%	-10.0%	34.4%	-11.9%
<b>CRB Metais Preciosos</b>												
Ouro		1168.4	1242.4	1168.8	1083.0	927.2	1096.2	-6.0%	0.0%	7.9%	26.0%	6.6%
Platina		1563.4	1548.1	1733.7	1506.0	1167.6	1460.0	1.0%	-9.8%	3.8%	33.9%	7.1%
Prata		17.6	18.6	18.5	16.2	13.3	16.8	-5.3%	-5.0%	8.8%	32.9%	4.7%
<b>CRB Agrícola</b>												
Milho		379.3	325.0	360.5	356.5	320.8	414.5	16.7%	5.2%	6.4%	18.2%	-8.5%
Sementes de soja		1026.8	947.3	985.8	914.0	1057.5	1039.8	8.4%	4.2%	12.3%	-2.9%	-1.3%
Trigo		627.5	442.0	484.5	474.0	511.5	541.5	42.0%	29.5%	32.4%	22.7%	15.9%
<b>CRB Alimentares</b>												
Cacau		3046.0	2948.0	3198.0	3184.0	2803.0	3289.0	3.3%	-4.8%	-4.3%	8.7%	-7.4%
Café		173.1	161.5	134.5	131.7	122.9	136.0	7.2%	28.7%	31.4%	40.9%	27.3%
Sumo de laranja		146.2	143.5	134.4	136.1	91.6	124.0	1.9%	8.8%	7.4%	59.6%	17.9%
Açúcar		19.5	17.6	15.1	29.9	18.6	27.0	10.9%	29.1%	-34.8%	5.1%	-27.6%
<b>CRB Industriais</b>												
Cobre		334.8	290.4	333.8	308.5	261.7	332.8	15.3%	0.3%	8.5%	28.0%	0.6%
Algodão		80.7	83.7	81.7	69.0	57.1	75.6	-3.6%	-1.2%	16.9%	41.4%	6.7%
<b>CRB Gado</b>												
Bovino		91.9	90.7	99.0	85.8	84.0	86.0	1.3%	-7.2%	7.1%	9.4%	6.8%
Suíno		84.9	78.8	87.6	66.5	56.8	65.6	7.7%	-3.1%	27.6%	49.5%	29.3%

Fonte: Bloomberg, BPI.



"Esta publicação destina-se exclusivamente a circulação privada. A informação nela contida foi obtida de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do BPI nos mercados referidos. O BPI, ou qualquer afiliada, na pessoa dos seus colaboradores, não se responsabiliza por qualquer perda, directa ou potencial, resultante da utilização desta publicação ou seus conteúdos. O BPI e seus colaboradores poderão deter posições em qualquer activo mencionado nesta publicação. A reprodução de parte ou totalidade desta publicação é permitida, sujeita a indicação da fonte."

**BANCO BPI. S.A.**

Rua Tenente Valadim, 284  
Telef.: (351) 22 207 50 00

4100 - 476 PORTO  
Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1 - 9º  
Telef.: (351) 21 724 17 00

1269-067 LISBOA  
Telefax: (351) 21 353 56 94